

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Programa de Pós-graduação em Comunicação**

**JORNALISMO SOBRE INVESTIGAÇÕES:  
RELAÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E A IMPRENSA**

**SOLANO NASCIMENTO**

**Brasília, 2007**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Programa de Pós-graduação em Comunicação**

**JORNALISMO SOBRE INVESTIGAÇÕES:  
RELAÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E A IMPRENSA**

**SOLANO NASCIMENTO**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Comunicação da Universidade de Brasília  
como requisito para aprovação no processo de  
doutoramento**

**Orientadora:  
Profa. Dra. Zélia Leal Adghirni**

**Coorientadora:  
Profa. Dra. Maria Jandyra Cavalcanti Cunha**

**Brasília, julho de 2007**

**À Renata, ao Pedro e aos meus pais.**

**Agradeço à minha orientadora, Zélia Leal Adghirni, e à minha coorientadora, Maria Jandyra Cavalcanti Cunha, pelo muito que contribuíram para este trabalho;**

**Aos demais integrantes da banca, Bruno Amaral Machado, Cremilda Medina, Eugênio Bucci e Luiz Martins, por aceitarem examinar esta tese;**

**Ao professor Mauro Porto, pelas dicas e sugestões;**

**À minha cunhada, Raquel, à minha sobrinha, Eliana, e à minha amiga Grace, pela ajuda;**

**Aos jornalistas que aceitaram virar entrevistados;**

**E à minha mulher, Renata, que me incentivou desde antes do princípio.**

## RESUMO

Esta pesquisa propõe uma tipologia para diferenciar o **jornalismo investigativo** – resultado de investigação feita pelo próprio jornalista – do que neste estudo é denominado **jornalismo sobre investigações** – o que se dedica a divulgar informações de investigações feitas por autoridades. A partir dessa diferenciação e tendo por objeto as três maiores revistas semanais de informação do país – *Época*, *IstoÉ* e *Veja* -, a pesquisa avalia a produção jornalística nos anos de eleições presidenciais entre 1989 e 2002. O estudo concluiu que houve no período um aumento no volume de reportagens sobre investigações – o que não ocorreu com as reportagens investigativas - e que grande parte desse acréscimo se deve às relações entre a imprensa e o Ministério Público. Dessa forma, o levantamento mostra que a agenda da imprensa se tornou dependente da agenda do Ministério Público e que o jornalismo sobre investigações passou a superar, em muito, o jornalismo investigativo.

### **Palavras-chave:**

**Jornalismo investigativo; jornalismo sobre investigações; Ministério Público**

## **ABSTRACT**

This research offers a typology that differentiates **investigative journalism** – the result of investigation made by the journalist himself - from what, in this research, we named **journalism about investigations** - which disseminates information about investigations made by authorities. From this differentiation - and focusing on Brazil's three main information magazines: *Época*, *IstoÉ* and *Veja* -, the paper evaluates journalistic production in the presidential election years between 1989 and 2002. The study concluded that there was, in that period, a significant raise in the number of reports about investigations (although the same did not occur as to investigative reports) - and that a large part of this increase results from the relationship between the press and the Public Prosecution Service. As such, numbers reveal that the press' agenda had become dependant on the Public Prosecution Service's agenda, and that journalism about investigations surpassed, in no uncertain terms, investigative journalism.

**Keywords:**

**Investigative journalism; journalism about investigations; Public Prosecution Service**

# SUMÁRIO

<b>LISTAS DE QUADROS E GRÁFICOS</b>	<b>XI</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: A PESQUISA</b>	<b>5</b>
1.1- Organização da tese	5
1.2- Contextualização da pesquisa	6
1.3- Justificativa da pesquisa	8
1.4- Objetivos da pesquisa	9
1.5- Perguntas da pesquisa	10
1.6- Aspectos metodológicos preliminares	11
<b>CAPÍTULO 2: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS</b>	<b>16</b>
2.1- Definições de jornalismo investigativo	18
2.1.1- Exemplos de reportagens investigativas e sobre investigações	29
2.2- A história do jornalismo investigativo	39
2.3- O jornalismo investigativo no Brasil	47
2.4- O prestígio do jornalismo investigativo	54
2.4.1- A denúncia no modelo ocidental de jornalismo	55
2.4.2- A denúncia na autodefinição do jornalista	57
2.4.3- A denúncia passando pelo gate	58
2.4.4- Os valores-notícia de uma denúncia	60
2.4.5- A denúncia na espiral do silêncio	61
2.5- A importância do jornalismo investigativo	63
2.5.1- Escândalos e <i>accountability</i>	64
2.5.2- A construção da agenda política	69

2.6- O Ministério Público	76
2.6.1- O Ministério Público no Brasil	78
2.6.2- O surgimento da superfonte	82
<b>CAPÍTULO 3: METODOLOGIA</b>	88
<b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS DADOS</b>	92
4.1- Reportagens com denúncias em 1989	96
4.1.1- Reportagens investigativas em 1989	101
4.1.2- Reportagens sobre investigações em 1989	
4.1.2.1- Fontes de reportagens sobre investigações em 1989	102
4.1.2.2- Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1989	103
4.2- Reportagens com denúncias em 1994	104
4.2.1- Reportagens investigativas em 1994	111
4.2.2- Reportagens sobre investigações em 1994	112
4.2.2.1- Fontes de reportagens sobre investigações em 1994	113
4.2.2.2- Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1994	114
4.3- Reportagens com denúncias em 1998	114
4.3.1- Reportagens investigativas em 1998	119
4.3.2- Reportagens sobre investigações em 1998	120
4.3.2.1- Fontes de reportagens sobre investigações em 1998	122
4.3.2.2- Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1998	122
4.4- Reportagens com denúncias em 2002	123
4.4.1- Reportagens investigativas em 2002	132
4.4.2- Reportagens sobre investigações em 2002	133
4.4.2.1- Fontes de reportagens sobre	

investigações em 2002	136
4.4.2.2- Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 2002	138
4.5- Comparação entre reportagens com denúncias em 1989, 1994, 1998 e 2002	140
4.5.1- Comparação entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002	142
4.5.2- Comparação entre fontes de reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002	148
4.5.3- Comparação entre origem de fontes de reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002	149
4.6- A percepção de jornalistas	155
4.6.1- A percepção do fenômeno	156
4.6.2- As causas do fenômeno	157
4.6.2.1- Causas extra-redações	158
4.6.2.1.1- Melhoria no aparato fiscalizatório	159
4.6.2.1.1.1- O avanço do Ministério Público	161
4.6.2.1.2- A redemocratização e o fim da censura	164
4.6.2.2- Causas relacionadas a empresas jornalísticas	166
4.6.2.2.1- Receio de ações na Justiça	167
4.6.2.2.2- Outras causas relacionadas a empresas	168
4.6.2.3- Causas relacionadas a empresas jornalísticas e a jornalistas	170
4.6.2.3.1- A cobertura do governo	

Collor	170
4.6.2.3.2- O apreço por informações oficiais	173
4.6.2.4- Causas relacionadas a jornalistas	173
4.6.2.4.1- Experiências de jornalistas	174
4.6.2.4.2- Outras causas relacionadas a jornalistas	175
4.6.2.5- Comentários sobre as causas apontadas pelos entrevistados	176
4.6.2.5.1- Comentários sobre as causas extra-redações	177
4.6.2.5.2- Comentários sobre as causas relacionadas a empresas jornalísticas	178
4.6.2.5.3- Comentários sobre as causas relacionadas a empresas jornalísticas e jornalistas	179
4.6.2.5.4- Comentários sobre as causas relacionadas a jornalistas	180
<b>Capítulo 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	183
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	192
<b>ANEXO 1 – Revista <i>Época</i></b>	216
<b>ANEXO 2 – Revista <i>IstoÉ</i></b>	270
<b>ANEXO 3 – Revista <i>Veja</i></b>	344

## LISTAS DOS QUADROS E GRÁFICOS

### QUADROS:

<b>Quadro 1</b> – Reportagens com denúncias em 1989	100
<b>Quadro 2</b> – Fontes de reportagens sobre investigações em 1989	103
<b>Quadro 3</b> – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1989	104
<b>Quadro 4</b> – Reportagens com denúncias em 1994	111
<b>Quadro 5</b> – Fontes de reportagens sobre investigações em 1994	113
<b>Quadro 6</b> – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1994	114
<b>Quadro 7</b> – Reportagens com denúncias em 1998	119
<b>Quadro 8</b> – Fontes de reportagens sobre investigações em 1998	122
<b>Quadro 9</b> – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1998	122
<b>Quadro 10</b> – Reportagens com denúncias em 2002	132
<b>Quadro 11</b> – Fontes de reportagens sobre investigações em 2002	136

<b>Quadro 12</b> – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 2002	139
<b>Quadro 13</b> – Reportagens com denúncias em 1989, 1994, 1998 e 2002 publicadas por <i>Época</i> , <i>IstoÉ</i> e <i>Veja</i>	141
<b>Quadro 14</b> – Reportagens investigativas e reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002 publicadas por <i>Época</i> , <i>IstoÉ</i> e <i>Veja</i>	142
<b>Quadro 15</b> – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002 publicadas por <i>Época</i> , <i>IstoÉ</i> e <i>Veja</i>	150

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Divisão das reportagens com denúncias em 1989	143
<b>Gráfico 2:</b> Divisão das reportagens com denúncias em 1994	144
<b>Gráfico 3:</b> Divisão das reportagens com denúncias em 1998	145
<b>Gráfico 4:</b> Divisão das reportagens com denúncias em 2002	146

# INTRODUÇÃO

---

A primeira preocupação em relação ao que hoje chamo de jornalismo sobre investigações me surgiu em meados da década de 1990. O diretor de Redação do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS), Marcelo Rech, disse a um grupo de repórteres que relatórios produzidos por auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) deveriam servir como pauta – a informação inicial que deflagra uma reportagem -, e não como matéria jornalística. Ou seja, seriam uma informação para embasar a investigação do repórter, não uma informação para ser publicada sem haver apuração jornalística. No final da mesma década, na redação do *Correio Braziliense*, em Brasília, ouvi comentário muito semelhante do então diretor de Redação do jornal, Ricardo Noblat<sup>1</sup>. Ao invés de se referir a um trabalho de fiscalização de tribunais de conta, o diretor do *Correio* mirou investigações do Ministério Público. Disse

---

<sup>1</sup> Ricardo Noblat esteve à frente do *Correio Braziliense* até 2002. Já Marcelo Rech permanece no cargo de diretor de Redação da *Zero Hora* até esta data.

que essas investigações deveriam servir como o ponto inicial de um trabalho jornalístico, não como o ponto final.

Comecei a observar de forma mais crítica o jornalismo sobre investigações ao redor dos anos 2000 e 2001. Trabalhando na sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, fui um dos repórteres escalados para cobrir o caso que tratava de denúncias contra Eduardo Jorge, ex-secretário-geral da Presidência da República. Recordo-me de ter ficado um tanto impressionado com a quantidade de informações publicadas que tinham como origem única o Ministério Público. Essa relação entre jornalistas e o Ministério Público realmente passou a me preocupar quando matérias cuja fundamentação - principal ou até exclusiva - eram informações originárias em alguma investigação em andamento no Ministério Público passaram a figurar, com freqüência, entre finalistas e até mesmo serem vencedoras de alguns dos mais importantes prêmios jornalísticos do país.

Na edição 2000/2001, o Prêmio Embratel de Jornalismo teve entre seus finalistas uma reportagem da revista *Veja* sobre o então senador Jader Barbalho. A parte principal dessa reportagem era baseada em relatório do Ministério Público e tratava de irregularidades ligando o político ao Banco do Estado do Pará (Banpará). Outra finalista do prêmio foi uma reportagem da revista *IstoÉ* sobre a quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado, determinada pelo senador Antonio Carlos Magalhães. A reportagem se originou de uma gravação feita por um integrante do Ministério Público. Essa segunda foi a vencedora da categoria principal do prêmio. Na edição seguinte, 2001/2002, entre os indicados para o Prêmio Embratel estava uma reportagem da revista *Época* sobre as ligações da senadora Roseana Sarney com a empresa Lunus e com empreiteiras. A reportagem era baseada em investigações do Ministério Público e da Polícia Federal.

A categoria principal do Prêmio Esso, o mais importante do país, foi conquistada em 2001 pela mesma reportagem de *IstoÉ* sobre Antonio Carlos Magalhães. Na mesma edição do prêmio, a reportagem vencedora da categoria Regional Sudeste foi publicada pela *Folha de S.Paulo* com base em investigações do Ministério Público sobre a guerrilha do Araguaia. Entre os finalistas da edição de 2001 do Esso<sup>2</sup>, ainda estava uma outra reportagem da *Folha de S.Paulo* originária de documentos obtidos pelo Ministério Público a respeito da movimentação bancária de Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo.

O mérito jornalístico em jogo naquelas reportagens era o fato de um repórter ter conseguido, antes de um concorrente, o resultado de uma investigação oficial. Não havia maior apuração jornalística efetiva sendo julgada. A distinção entre uma matéria investigativa e uma matéria que divulga uma investigação oficial não foi levada em conta nas premiações, o que poderia ter conseqüências na formação de novas gerações de jornalistas. Uma pergunta se colocava: se conseguir com uma autoridade o resultado de uma investigação oficial podia garantir um importante prêmio jornalístico do país, por que jovens repórteres iriam dedicar tempo e esforço para fazer suas próprias investigações?

Nesse mesmo período, já início dos anos 2000, podia-se observar como o contato com o Ministério Público estava mexendo com redações. Notava-se que, em Brasília, sucursais de grandes veículos de São Paulo e do Rio de Janeiro haviam criado uma espécie de setoristas de Ministério Público, repórteres que se dedicavam de forma quase integral à busca de informações sobre investigações oficiais em andamento. O *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em um curto período de investimento forte na melhoria de qualidade e retorno ao grupo das grandes publicações brasileiras<sup>3</sup>, destacou

---

<sup>2</sup> Para uma análise profunda a respeito de reportagens vencedoras do prêmio Esso, ver Magno (2006)

<sup>3</sup> Nesse período, o diretor de Redação era Mário Sérgio Conti.

duas repórteres de sua sucursal brasiliense para serem setoristas da Procuradoria da República, o segmento do Ministério Público que à época mais rendia informações para a imprensa.

Partindo da observação desses fatos, decidi investigar o que para mim já era um fenômeno: o da relação entre a imprensa e o Ministério Público. O estudo se formalizaria a partir de 2002<sup>4</sup>, quando de minha entrada no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

---

<sup>4</sup> Ano da primeira seleção do curso de doutorado em Comunicação da UnB.

## CAPÍTULO 1

# A PESQUISA

---

---

Este primeiro capítulo é dedicado à apresentação, contextualização e justificativa da tese. Os objetivos e as perguntas que nortearam a pesquisa também serão apresentados.

### 1.1- Organização da tese

Esta tese está organizada em cinco capítulos. No capítulo dois, *Pressupostos teóricos*, a revisão bibliográfica vai mostrar antecedentes do jornalismo investigativo e aspectos de sua história. A principal função do capítulo será esclarecer as diferenças entre jornalismo investigativo - aquele resultante de uma investigação original e própria do repórter - e aquilo que será definido nesta tese como jornalismo sobre investigações, o tipo de jornalismo caracterizado pela divulgação de investigações feitas por autoridades. Além dessa revisão bibliográfica específica sobre jornalismo, serão também apresentados referenciais básicos sobre a história, organização, funções e atuação do Ministério Público no Brasil.

O terceiro capítulo é reservado à apresentação da *Metodologia*. Ainda que neste primeiro capítulo sejam explicitados alguns aspectos preliminares

da metodologia adotada na pesquisa, é no capítulo 3 que haverá o detalhamento dessa metodologia. Será mostrado como e por quais razões o *corpus* da pesquisa foi definido e analisado, como houve seleção de entrevistados e de que forma as entrevistas foram realizadas.

O capítulo quatro trata da *Análise dos Dados*. O capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, será feita a análise quantitativa de reportagens, inseridas no *corpus* da pesquisa, para a separação das matérias jornalísticas originárias de jornalismo investigativo daquelas resultantes de jornalismo sobre investigações. A seguir será feita a avaliação do resultado dessa separação. Na segunda parte do capítulo, será apresentado o resultado da aplicação de um questionário, composto de uma única pergunta, para um grupo de jornalistas a respeito do objetivo principal desta tese, apresentado na seção 1.4 deste capítulo.

No quinto e último capítulo, são feitas as *Considerações finais*, com a avaliação da pesquisa e discussão do resultado alcançado.

## **1.2- Contextualização da pesquisa**

Como se verá no segundo capítulo, o jornalismo investigativo é há décadas considerado uma espécie de vitrine do jornalismo. Reportagens investigativas não apenas têm o poder de fazer um jornalista dar saltos em sua carreira como também transformam repórteres em celebridades. São jornalistas investigativos aqueles que viram protagonistas dos filmes mais famosos que retratam a imprensa, e aquela que possivelmente é a reportagem mais conhecida no mundo inteiro - a que revelou o escândalo do Watergate - é uma espécie de marco do jornalismo investigativo.

Apesar desse destaque, o jornalismo investigativo ainda não é um objeto comum em pesquisas da área de Comunicação nem dos livros sobre a imprensa publicados no Brasil. A escassa bibliografia brasileira sobre o tema pode ser dividida, em uma simplificação até perigosa, em dois grandes grupos. De um lado, há trabalhos feitos em sua maioria por repórteres ainda na atividade jornalística em que são dadas dicas e informações a respeito de jornalismo investigativo. Trata-se de uma espécie de manual jornalístico, mesmo que muitas vezes não sejam definidos como tal, voltados principalmente para jovens repórteres ou estudantes de jornalismo. No outro grupo se encontram alguns livros e muitos artigos com críticas ao jornalismo investigativo a respeito de aspectos como direcionamento, manipulação, denunciismo, influência de interesses econômicos e políticos. Não são ataques ao jornalismo investigativo que levem em conta a apuração ou a investigação jornalística em si, mas sim questões mais relacionadas às possíveis intenções de veículos e jornalistas na publicação de determinadas reportagens.

Se são poucos os trabalhos com reflexões sobre a forma de apuração no jornalismo investigativo, pode-se dizer que, no país, são praticamente inexistentes as análises a respeito de jornalismo sobre investigações. Em dezembro de 2002, quando este projeto de pesquisa foi apresentado para a seleção do curso de doutorado em Comunicação da Universidade de Brasília, não havia sequer uma expressão na bibliografia brasileira que permitisse traduzir de forma precisa o tipo de reportagens que se dedica a mostrar o resultado de investigações feitas por autoridades. À falta de um termo melhor, o projeto utilizou àquela época a expressão “jornalismo divulgativo”, já que ele se dedica a divulgar investigações que não são feitas pelo jornalista. O termo não era o ideal, tinha uma carga pejorativa forte e beirava o depreciativo, já que passava claramente a impressão de se referir a algo negativo. Em meados de 2003, quando a pesquisa já estava em andamento, o livro *Os elementos do jornalismo*, de dois pesquisadores norte-

americanos, foi traduzido no Brasil fazendo chegar ao país a expressão “reportagem sobre investigações”, na qual se inspirou, como se verá no próximo capítulo, a definição de “jornalismo sobre investigações” nesta tese.

### **1.3- Justificativa da pesquisa**

Uma lacuna bibliográfica não é justificativa suficiente para uma pesquisa, já que vários temas não são pesquisados basicamente por não serem muito relevantes ou importantes para merecerem atenção de pesquisadores e/ou escritores. Não é o caso do jornalismo investigativo. Não é a fama que faz desse tipo de jornalismo algo merecedor de atenção, mas seu potencial. Como se detalhará no próximo capítulo, o jornalismo investigativo tem uma capacidade muito grande de intervenção positiva na sociedade, na medida em que, quando usado para o bem, influencia decisões de autoridades que podem melhorar ou proteger a vida de milhares de pessoas. Assim, refletir para melhorar a investigação jornalística e fazer um alerta a respeito de desvios nessa prática é uma forma de contribuir para que o potencial benéfico do jornalismo investigativo seja estimulado e aperfeiçoado.

Como os norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, autores da teoria do agendamento, revelaram no início da década de 1970, a imprensa tem um poder muito grande de definir temas que são discutidos pelo público. A relevância dada pela imprensa a determinados assuntos tem relação direta com a importância que o público dará a esses mesmos temas. Pesquisas demonstram também a capacidade de a imprensa influenciar na tomada de decisões por parte de autoridades, processo que alguns pesquisadores definem como “influência na construção da agenda política”. Dentro dessas duas formas de agendamento, o da opinião pública e o de

autoridades, há um papel muito importante desempenhado pelo jornalismo investigativo, de forma especial na revelação de irregularidades.

Utilizando pressupostos traçados pela teoria do agendamento – que serão vistos em detalhes na seção 2.5.2 - e pelos estudos que a aprofundaram, esta pesquisa busca descobrir se a agenda da imprensa brasileira, principalmente no que se refere à publicação de reportagens sobre irregularidades envolvendo autoridades públicas, se tornou dependente de investigações do Ministério Público. A importância de um estudo nessa linha está ligada diretamente ao efeito nocivo de dependência da imprensa em relação a uma determinada instituição, por mais bem intencionada que seja essa instituição. Como se detalhará no capítulo 2, é muito importante que a agenda dos jornalistas, ou seja, o conjunto das pautas de uma redação, seja definida por uma série de fatores, que incluem idéias e iniciativas originárias na reflexão e observação individual dos repórteres, informações produzidas por segmentos organizados da sociedade civil – como uma associação de empresários ou um movimento ambientalista – e dicas de autoridades ou pessoas que atuem próximas a elas. Essa pluralidade na origem da agenda jornalística é fundamental para a pluralidade na produção jornalística.

#### **1.4- Objetivos da pesquisa**

O objetivo principal desta pesquisa é verificar se a agenda da imprensa brasileira se tornou dependente da agenda do Ministério Público. Para chegar a isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos secundários:

1) indicar uma tipologia que contemple as diferenças entre uma reportagem gerada a partir de investigação de um repórter (jornalismo investigativo) e a gerada a partir de investigações de autoridades (jornalismo sobre investigações);

2) demonstrar o avanço das funções e da atuação do Ministério Público no Brasil;

3) quantificar dentro do *corpus* da pesquisa o total de reportagens investigativas e de reportagens sobre investigações;

4) verificar a origem dessas reportagens sobre investigações;

5) verificar se na origem das reportagens sobre investigações há predominância do Ministério Público, como fonte;

6) explicitar razões para o avanço do jornalismo sobre investigações no Brasil.

### **1.5- Perguntas da pesquisa**

Para alcançar os objetivos listados acima, a pergunta principal da pesquisa foi a seguinte:

**A agenda da imprensa brasileira se tornou dependente da agenda do Ministério Público?**

Para que fosse respondida essa questão, foram feitas outras três perguntas:

- **O número de reportagens sobre investigações, na comparação com o número de reportagens investigativas, vem aumentando?**
  
- **O Ministério Público aparece na origem de reportagens sobre investigações de forma mais freqüente que outras instituições?**
  
- **Se sim, por quê?**

### **1.6- Aspectos metodológicos preliminares**

O detalhamento da metodologia será feito no capítulo 3, mas de antemão é preciso antecipar alguns aspectos básicos de como a pesquisa foi realizada. O *corpus* escolhido foram as três maiores revistas semanais de informação que circulam no país: *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Foram analisados todos os exemplares dessas revistas publicados nos primeiros seis meses dos primeiros quatro anos de eleições presidenciais desde a redemocratização: 1989, 1994, 1998 e 2002. A revista *Época* começou a circular no final do primeiro semestre de 1998, mas - como se verá no capítulo 4 - as reportagens com denúncias nela publicadas só entram no levantamento a partir de 2002.

Como as revistas são semanais, o período analisado abrange, no total, 240 edições das três publicações. Reportagens de 2006, quando também houve eleição presidencial, não foram incluídas no *corpus* porque nesse ano a pesquisa já havia entrado em sua fase de finalização. Os

exemplares das revistas foram consultados nas bibliotecas da Universidade de Brasília, do Centro de Ensino Universitário de Brasília, do Senado Federal e no banco de dados do jornal *Correio Braziliense*. Dentro do período, foram encontradas 67 reportagens com denúncias, parte delas fruto de jornalismo investigativo e as demais resultado de jornalismo sobre investigações. As reportagens – todas incluídas no anexo deste trabalho – estão listadas a seguir. Na lista, da mesma forma que na montagem dos quadros e em outras partes desta tese, a ordem de citação dos nomes das três revistas foi alfabética, não sendo levados em conta critérios como prestígio, antigüidade ou vendagem das publicações.

## **1989**

### **Revista *IstoÉ***

- 1- Trem do Norte
- 2- Tudo em família
- 3- Drible na lei

### **Revista *Veja***

- 4- Negócio rápido
- 5- Rojões na saída
- 6- Viagem perigosa
- 7- A caça aos fantasmas
- 8- O mais novo suspeito

## **1994**

### **Revista *IstoÉ***

- 9- Desperdício oficial
- 10- Assalto ao cofre aberto
- 11- Sob proteção do SNI
- 12- Esquadrilha da fumaça
- 13- Praga renitente
- 14- O SNI nas pegadas do PT

**Revista *Veja***

- 15- Causa própria
- 16- Peixe graúdo na rede
- 17- Hora da ressaca
- 18- O grampo de Roriz
- 19- Empreiteiro orelhudo
- 20- Jogo arriscado

**1998**

**Revista *IstoÉ***

- 21- Saquearam o fundo
- 22- A um passo do tribunal
- 23- Sujeira sob o tapete
- 24- Mão nada santa

**Revista *Veja***

- 25- Dúvida jurídica
- 26- Voando de graça
- 27- Missão Santos
- 28- Vista grossa
- 29- Laços de sangue

**2002**

**Revista *Época***

- 30- Chance perdida
- 31- Pegadas na lavanderia
- 32- A devassa contra Murad
- 33- Por dentro dos envelopes
- 34- Muamba verde-oliva
- 35- Fora de combate
- 36- Aprontaram ou não?
- 37- A política como ela é
- 38- Xerife investigado
- 39- A última da Sudam
- 40- Dos dois lados do guichê
- 41- Passado escondido
- 42- Guerra no porão
- 43- A Sucesso vai em frente
- 44- A propina foi paga
- 45- Instituição usou BB para golpe
- 46- Os homens da mala
- 47- Flagra no esquema
- 48- Surpresa para todos

**Revista *IstoÉ***

- 49- Mãozinha federal
- 50- A segunda armação
- 51- Duplo haraquiri
- 52- Poder paralelo
- 53- Jogada ao mar
- 54- Fim do silêncio
- 55- Aparece o contato

- 56- A internação tucana
- 57- Um vice riquinho
- 58- O elo perdido
- 59- Operação maluco

### **Revista *Veja***

- 60- Rastro no paraíso
- 61- A fraude está até na placa
- 62- A sétima mentira sobre o dinheiro
- 63- Alvorço no ninho tucano
- 64- O laboratório campeão de genéricos
- 65- Um torpedo contra Garotinho
- 66- Tem famosos no meio
- 67- Descoberta a bancada da pesada

Para a quantificação das reportagens, foram criadas duas categorias. A primeira reúne as reportagens investigativas, fruto de investigação levada adiante pelo próprio repórter. A segunda é formada pelas reportagens sobre investigações, aquelas em que o repórter usa como base uma investigação oficial, feita por autoridades.

Para o questionamento a respeito das razões do aumento no volume de reportagens resultantes de investigações feitas pelo Ministério Público, foram entrevistados jornalistas que atuam em redações, como explicaremos na seção 4.6.

## CAPÍTULO 2

# PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

---

---

Não raro aparece um estudioso, repórter ou editor afirmando que jornalismo investigativo não existe. A argumentação varia um pouco entre um e outro defensor dessa idéia, mas a base costuma ser a mesma: a expressão jornalismo investigativo implicaria um pleonasma ou uma redundância, já que todo o jornalismo precisa investigar ou, se não fizer isso, não será jornalismo. Alinhados à mesma idéia, estão conhecidos nomes da imprensa do país. Uma das mais recentes publicações brasileiras sobre o tema, o livro *Jornalismo Investigativo*, de Lopes e Proença (2003), uma coletânea de depoimentos de profissionais da imprensa, mostra seis jornalistas de diferentes veículos e gerações defendendo essa linha de raciocínio.

Também está no grupo dos contrários à expressão o jornalista Ricardo Noblat, ex-diretor de Redação do jornal *Correio Braziliense* e responsável hoje por um dos mais importantes *blogs* de informações políticas no país. “Embora consagrada, acho redundante a expressão ‘jornalismo

investigativo'. Ou 'jornalismo de investigação'. Porque todo jornalismo pressupõe investigação" (2005, p.80). Noblat relata uma série de apurações feitas por ele para provar que, mesmo na localização de um frei ou um padre, é preciso ser feita uma grande investigação.

Então, meus caros, denunciar um escândalo ou um erro, contar a história de um acidente de carro ou de uma eleição fraudada, exige investigação. E exaustiva, muitas vezes. Claro, se quisermos fazer bom jornalismo ... (2005, p.81)

Não é uma implicância brasileira nem recente. No início da década de 1980, MacDougall, um pesquisador norte-americano, sentenciou: "Todo o jornalismo é investigativo." (MacDOUGALL, 1982, p.225 apud PROTESS et al, 1991, p.4)

Para rebater essa idéia, é bom se tomar um exemplo fictício. Em uma quarta-feira qualquer, o ministro da Agricultura concede às 18h uma entrevista coletiva e diz qual é a previsão para a próxima safra de grãos. Um repórter de um grande jornal deixa a coletiva às pressas às 18h30 e corre para seu computador, pois para conseguir que a matéria saia na edição nacional do jornal precisa entregar o texto até as 19h. Com 30 minutos para a tarefa, o repórter não tem tempo para telefonar a outras fontes, fazer pesquisa ou repercutir a informação dada pelo ministro. A matéria publicada no dia seguinte, com base no anúncio feito pelo ministro, é investigativa? Não, já que o trabalho de ouvir as declarações do ministro, fazer algumas perguntas e redigir o texto não é uma investigação. Levando-se em conta a idéia de que todo o jornalismo é investigativo e, caso não seja, não é jornalismo, seria preciso concluir que a matéria publicada pelo jornal sobre a coletiva não é uma matéria jornalística. E, pensando-se assim, se acabaria concluindo que quase 100% das matérias publicadas todos os dias pelos jornais e veiculadas em noticiários de rádio e televisão não são matérias jornalísticas. E então, são o quê?

Confrontados com esse tipo de argumento, alguns defensores da tese de que não existe jornalismo investigativo costumam partir para o condicional e afirmam que todo o jornalismo ‘deveria’ ser investigativo. Bem, em relação a isso já fica difícil discordar, pois se está entrando no terreno das utopias, dos desejos. Todas as sociedades deveriam ser igualitárias, todos os governos deveriam ser justos e incorruptíveis, todos os políticos deveriam ser honestos. Só que se todos esses desejos se realizassem e o mundo fosse finalmente o mundo ideal, o jornalismo investigativo provavelmente nem precisaria existir. No mundo real, a maioria das matérias publicadas pela imprensa não são investigativas, mas ainda assim são matérias jornalísticas. Dessa forma, como só algumas matérias jornalísticas são investigativas, é fato que o jornalismo investigativo existe e se diferencia do jornalismo diário e de outras formas mais comuns de se fazer jornalismo.

## **2.1– Definições de jornalismo investigativo**

Antes de avançar em direção a definições de jornalismo investigativo, é preciso esclarecer alguns conceitos. O primeiro deles é justamente o do próprio jornalismo. O estudioso português Nelson Traquina conclui o primeiro volume de um de seus livros, *Teorias do jornalismo* (2004), com uma definição muito boa, uma vez que muito abrangente:

O que é o jornalismo? A pergunta suscita outras perguntas: O que é notícia? O que são as notícias? Por que as notícias são como são? Afinal, qual é o papel do jornalismo numa sociedade democrática? As respostas oferecidas neste manual teórico para a prática jornalística apontam para o jornalismo como a realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico 1) e as diversas fontes, concebidas essencialmente como agentes sociais que querem utilizar o produto essencial do campo jornalístico – as notícias – como um recurso social para as suas estratégias de comunicação; 2) e outros jornalistas, membros de uma comunidade interpretativa, em que partilham como referência de toda a ideologia representada no pólo ideológico do campo jornalístico; e 3) a própria sociedade, devido ao fato de que toda a sua

cultura profissional aponta para um papel fundamental dos valores-notícia<sup>5</sup>. (TRAQUINA, 2004, p.205)

Como Traquina salienta, a primeira pergunta que se apresenta quando se pensa na definição de jornalismo é sobre as notícias. Os norte-americanos Harvey Molotch e Marilyn Lester ressaltam que as notícias são, de alguma forma, resultado de necessidade dos seres humanos de ter acesso ao “inobservado”.

Toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma. Ao invés, nós enchemo-nos uns aos outros de notícias. Embora aqueles que fazem a sua vida no trabalho jornalístico (repórteres, *copy editors*, *publishers*, tipógrafos, etc.) tenham necessidades suplementares de notícias, todos os indivíduos, em virtude dos modos como vêem e relatam aquilo que crêem ser o mundo pré-determinado, são diariamente produtores de notícias. As notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos *media*. (MOLOTCH e LESTER, 1999, p.34, grifos originais)

Um outro estudioso português, Jorge Pedro Sousa, oferece uma definição também abrangente para notícias.

(...) artefactos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos factores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural (ou seja, num determinado contexto), embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia. (SOUSA, 2000, p.15)

O professor e pesquisador da Universidade de Brasília Luiz Gonzaga Motta faz uma série de questionamentos sobre o que leva, enfim, um

---

<sup>5</sup> Aquilo que leva um acontecimento a virar notícia, como será visto na seção 2.4.4.

determinado acontecimento a virar notícia. Conclui que a relação entre notícias e fatos é bastante variável.

(...) notícia pode ser o fato, a versão do fato ou o metafato. Ela varia entre o que é real, o que é simbólico, até o que é super-simbólico. Entre outras palavras, na notícia, o fato significa a notícia, enquanto novo fato, constrói o seu próprio sentido, e a publicação cotidiana de notícias ajuda a construir as imagens culturais que edificam todas as sociedades. (MOTTA, 2002, p.319)

Avançando nos conceitos, alguns autores ressaltam a diferença entre notícia e reportagem. O pesquisador Nilson Lage discorre sobre a distância e a proximidade de ambas.

Entre os gêneros de texto correntes nos jornais, a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando um dado *conhecimento* do mundo. Há duas razões básicas para a confusão entre reportagem e notícia. Uma refere-se à polissemia da palavra *reportagem* que, além de designar um certo gênero de texto, é nome de seção das redações que produz indistintamente notícias e reportagens. A segunda resulta da importância peculiar que a estrutura da notícia assumiu na indústria da informação: freqüentemente, a reportagem na imprensa diária é escrita com critérios de nomeação, ordenação e seleção similares aos da notícia e apresentada com diagramação idêntica. (LAGE, 1982, p.35, grifos originais)

Quando se debruçou sobre o trabalho inovador de João do Rio, que atuou na imprensa carioca no início do século XX, a pesquisadora da Universidade de São Paulo Cremilda Medina também apontou a diferença entre notícia e reportagem.

O fato significativo como método de trabalho é que João do Rio não se satisfaz com a notícia imediata, o telegrama esqueleticamente informativo. Lança-se na reportagem que pretende mais, vale-se da enquete para ampliar as possibilidades informativas. (MEDINA, 1988, p.62)

Jornalista com passagem por alguns dos mais importantes veículos de comunicação do país, Cláudio Abramo também faz distinção entre esses dois tipos de relatos jornalísticos.

Existe jornalista que só conta o fato: um muro caiu na cabeça da dona Maria e ela morreu debaixo de 35 tijolos. Isso é um fato, puro e simples. Haverá outro jornalista que dirá que o muro caiu porque o dono do terreno se recusou a gastar dinheiro e usou um suporte ruim, que ameaçava cair. Aí começamos a desenvolver o que se passa, da narrativa do fato para a crítica da sociedade. (...) Caso se dê a notícia simplesmente, ela não é mentirosa: aconteceu aquilo. Mas a informação pode ir mais fundo, isto é, pode se dar mais informações sobre o atropelado e o atropelador, ou sobre o muro que caiu e a vítima. (...) A reportagem é uma narrativa, simplesmente uma narrativa. Ela depende muito do poder de observação do narrador, da maneira de transmitir essa observação em palavras e saber concatenar bem a forma de expressá-la. Uma observação cuidadosa não é necessariamente uma boa reportagem. Mas uma reportagem é necessariamente o fruto de uma observação cuidadosa. (ABRAMO, 1997, p. 110 e 111)

Abramo ressalta a questão dessa observação cuidadosa e da narrativa, e algumas distinções entre notícia e reportagem ainda levam em conta estilo de texto, tamanho do material produzido, riqueza de fontes e outros fatores. Na análise contida neste estudo, no entanto, as distinções entre reportagem e notícia - que envolvem conteúdo, estilo do texto e formas de apuração - não serão usadas para exclusão de determinado relato jornalístico do *corpus* estudado. Nesta pesquisa, a expressão reportagem é utilizada como sinônimo de matéria jornalística. Assim, todo o texto jornalístico publicado nas revistas pesquisadas que apresenta os pré-requisitos descritos no começo da seção 4 foi considerado uma reportagem ou uma matéria jornalística e fez parte do *corpus*. Esclarecido isso, se pode prosseguir em direção à definição que é central para este estudo.

É possível tentar definir jornalismo investigativo pelo tipo de tema que ele aborda. Nessa linha, o argentino Silvio Waisbord (2000), que atua como pesquisador e professor de jornalismo nos Estados Unidos, em estudo sobre o jornalismo investigativo na América do Sul, disse, como se verá com detalhes mais adiante, que esse tipo de jornalismo é marcado pela busca por irregularidades envolvendo pessoas do governo e outras autoridades. É por isso que o pesquisador usa a expressão *watchdog journalism*, algo como um 'jornalismo cão de guarda'. Também se pode definir jornalismo investigativo

pela reação que ele gera. O norte-americano David Protess (1991), que integra um grupo de pesquisadores que nos últimos anos têm se dedicado a estudar a influência do jornalismo na tomada de decisões por autoridades, considera uma característica essencial do jornalismo investigativo mostrar uma denúncia que provoque surpresa e revolta no público. Assim, ele gosta da expressão *jornalism of outrage*, o que poderia ser traduzido de forma livre como 'jornalismo da indignação'. Outra forma de definir determinado tipo de jornalismo como investigativo é analisar a apuração jornalística, ou seja, a forma como determinada reportagem foi obtida. Para o que se pretende neste estudo, essa terceira linha de definição é a mais importante.

O jornalista Bob Greene define jornalismo investigativo como aquele que produz a descoberta de alguma coisa e resulta do esforço e iniciativa dos repórteres (WAISBORD, 2000, p.XVI). Não é uma definição a ser menosprezada. Ganhador de dois prêmios Pulitzer, Greene é o jornalista que liderou o famoso Projeto Arizona, um grupo de repórteres de diversos veículos formado para investigar a corrupção da polícia e suas relações com o crime organizado. Esse grupo foi criado depois que, em 1976, o jornalista Don Bolles, do *Arizona Republic*, foi assassinado por tentar divulgar a denúncia. A intenção de Greene e seus companheiros era mostrar que matar um jornalista não é garantia de morte da informação. (SECANELLA, 1986, p.46)

Os pesquisadores norte-americanos James Ettema e Theodore Glasser (1998) trabalham com a idéia de que há uma distinção entre o jornalismo diário, escravo do tempo de apuração e da necessidade de *deadline* (prazo máximo para entrega de uma matéria), e o jornalismo investigativo, mais livre dessas amarras.

Verificar os fatos em cada uma e todas suas instâncias é o momento em que jornalistas investigativos mais profundamente tiram proveito da oportunidade de irem além dos limites do jornalismo diário para

confrontar a realidade mais diretamente e completamente. (ETTEMA; GLASSER, 1998, p.13, tradução do autor)

Ainda que não esteja lidando com a definição de jornalismo investigativo, o pesquisador britânico Ralph Negrine faz uma distinção semelhante ao abordar a diferença entre o que ele chama de apuração jornalística ativa e passiva. Na forma ativa, defende, o jornalista revela e reúne pedaços de informações, criando entre elas ligações até então desconhecidas, enquanto que a apuração passiva é caracterizada pela recepção, como o que ocorre com o vazamento de informação por alguma autoridade. (NEGRINE apud WAISBORD, 2000, p. XVI).

Algumas definições de jornalismo investigativo apresentam pré-requisitos para uma reportagem ser chamada de investigativa. Em uma publicação que produziu para o *International Center for Journalists*, instituição de Washington famosa por dar cursos a repórteres principiantes, a experiente jornalista norte-americana Lucinda Fleeson apresentou cinco características que tornam uma reportagem investigativa. A primeira: “Contém trabalho original, não ligado a investigações de autoridades.” (FLEESON, 2000, p.9, tradução do autor)

Quase duas décadas antes, em 1983, um manual de reportagem publicado pela *Investigative Reporters and Editors (IRE)*, entidade que reúne mais de 3 mil jornalistas norte-americanos, listara três pré-requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa. Eles foram reproduzidos por Protess et al (1991, p.5):

- 1) a investigação deve ser trabalho do repórter, não uma reportagem sobre uma investigação feita por outra pessoa;
- 2) o tema da reportagem deve ser de relativa importância para o leitor ou o espectador;
- 3) o assunto deve ser algo que esteja sendo escondido do público.

A pesquisadora argentina Petra Secanella (1986) parece ter se baseado no IRE para também listar três exigências. A primeira é esta:

“Que a investigação seja o resultado do trabalho do jornalista, não a informação elaborada por outros profissionais (por exemplo, a polícia ou as assessorias de imprensa).(SECANELLA, 1986, p.34, tradução do autor)

As demais exigências são que o tema da reportagem seja importante para uma grande parte da população e que os investigados tentem esconder do público o que o jornalista está buscando.

Outro argentino, o jornalista e professor universitário Daniel Santoro (2004), na mesma linha também lista três características que definem uma investigação jornalística:

- 1) ela é realizada pelo jornalista, não pela Justiça, pela polícia ou por particulares interessados;
- 2) ela é realizada com a superação de obstáculos dos que tentam manter a informação oculta;
- 3) ela trata de temas que interessam a opinião pública.

Sobre a primeira característica, o estudioso comenta:

Se durante uma busca se obtém uma investigação judicial, por exemplo, é razoável publicá-la imediatamente, porém como uma notícia à qual se deve agregar algum valor jornalístico como antecedentes, novos dados ou a versão dos acusados. Notícias são também nosso negócio, mas não entram no elenco de investigação jornalística. (SANTORO, 2004, p.24, tradução do autor)

O livro dos norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, resultado de 21 discussões públicas com a participação de cerca de 3 mil pessoas e ainda três centenas de testemunhos de jornalistas, traz uma classificação

peculiar e interessante de jornalismo em relação à investigação. Os pesquisadores separam em três tipos distintos as reportagens que lidam com investigações. São eles:

- 1) reportagem investigativa original;
- 2) reportagem investigativa interpretativa;
- 3) reportagem sobre investigações.

O primeiro tipo, a reportagem investigativa original, é o modelo clássico de jornalismo investigativo.

Esse tipo de reportagem envolve os *próprios* repórteres na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público. É um tipo de reportagem que quase sempre acaba em investigações públicas oficiais sobre o assunto ou a atividade denunciada, um exemplo clássico da imprensa pressionando as instituições oficiais em nome do público. Pode usar táticas similares ao trabalho policial, como sair em busca de informação, consultas a documentos públicos, uso de informantes e até, em circunstâncias especiais, trabalho secreto ou monitoração subreptícia de atividades. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 176 e 177, grifo original)

Os autores citam diversos exemplos desse tipo de reportagem nos Estados Unidos, que vão desde revelações sobre a essência da Ku Klux Klan até denúncias sobre efeitos do uso de pesticidas.

A segunda forma de reportagem, denominada pela dupla de pesquisadores como reportagem investigativa interpretativa, guarda semelhanças com a reportagem investigativa original. A principal diferença é que a reportagem interpretativa não trata apenas de fatos completamente desconhecidos, mas sim de uma ligação ou uma rede de ligações nova para algo que já era de domínio público.

A reportagem investigativa interpretativa surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma idéia, bem como uma busca obstinada dos fatos para reunir informação num novo e mais complexo contexto, o qual fornece ao público um melhor entendimento do que acontece. Normalmente envolve assuntos mais complexos ou um

conjunto de fatos, mais do que numa denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto. (Ibidem, p. 178)

O exemplo clássico desse tipo de reportagem, para os dois estudiosos, é o caso que ficou conhecido como *The Pentagon Papers*. Tratava-se de uma documentação do governo norte-americano, obtida pelo *New York Times* e analisada por um grupo de repórteres, editores e especialistas em política externa e na guerra do Vietnã (1961-1975). Graças à interpretação feita pelo grupo foi possível provar que o governo dos Estados Unidos havia mentido ao povo daquele país sobre o desempenho de suas tropas na guerra. Foi possível provar que apesar de estar perdendo posições no conflito, o governo enganou deliberadamente a população dizendo que a guerra estava sendo ganha. “Sem essa síntese e interpretação, *The Pentagon Papers* pouco ou nada significariam para grande parte dos cidadãos.” (Ibidem. p. 179). Como é possível ver, essas duas formas de jornalismo investigativo – original ou interpretativo – se assemelham muito e têm efetivamente uma participação ativa do jornalista, ou na revelação de um fato desconhecido ou na demonstração de um elo desconhecido entre fatos conhecidos. A pequena diferença entre elas é que, no segundo caso, os fatos são parcialmente conhecidos, como bem definiram Kovach e Rosenstiel. De qualquer forma, em ambos os casos se trata de uma descoberta efetivamente feita pelo jornalista.

O último tipo de reportagem tratado por Kovach e Rosenstiel é bem distinto. É o que eles chamam de reportagem sobre investigações. É interessante ver que, já pela denominação usada, essa forma de jornalismo perde o adjetivo “investigativo”. Na prática, a investigação deixa de ser uma forma de apuração da reportagem, o que qualificaria o tipo de jornalismo, e passa a ser o tema da reportagem. São matérias jornalísticas que se dedicam ao acompanhamento de investigações em andamento.

Trata-se de um desdobramento recente do conceito que tem se tornado bastante comum. De acordo com esse conceito, a reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais. Temos aqui um gênero de primeira necessidade na capital americana, onde o governo quase sempre conversa consigo próprio através da imprensa. Acompanhar investigações é coisa comum sempre que gente do governo está trabalhando. Os investigadores do governo costumam cooperar de forma ativa com os repórteres por muitas razões: para mudar dotações orçamentárias, influir sobre testemunhas potenciais ou formar opinião pública. (Ibidem, p. 180 e 181)

Para Kovach e Rosenstiel, em parte esse tipo de jornalismo surgiu por causa da criação, ocorrida na esteira do Watergate – episódio que será abordado na seção 2.2 -, de leis sobre ética e departamentos e instituições encarregados de monitorar e fiscalizar a ação de funcionários públicos e autoridades. O exemplo mais recente desse tipo de jornalismo dado pelos autores do livro é o caso do envolvimento do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky, que virou escândalo em 1998. Grande parte das matérias publicadas sobre o caso se originou na investigação do promotor independente Kenneth Starr e em informações vazadas por funcionários da Casa Branca. Kovach e Rosenstiel não desmerecem esse tipo de reportagem, que trata basicamente da divulgação de investigações em andamento, mas apontam alguns riscos, e o principal deles é a dependência muito grande do repórter em relação à fonte. Como têm acesso só à parte da investigação que lhes é liberada, os jornalistas não têm controle sobre o processo, o que aumenta a possibilidade de serem usados pelas fontes. “No lugar de funcionar como um guardião de instituições poderosas, a imprensa fica vulnerável e se converte num instrumento dessas mesmas organizações” (Ibidem, p. 183).

Todas essas definições, feitas por jornalistas e por pesquisadores, têm um traço em comum: o jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por algum investigador que não seja o jornalista não são

considerados exemplos de jornalismo investigativo. É interessante observar uma ressalva adicional que aparece nos manuais de Fleeson (2000) e do IRE – reproduzido por Protess et al (1991) - e nos estudos de Secanella (1986), Santoro (2004) e Kovach e Rosenstiel (2003). Todos eles chamam a atenção para o fato de não poder ser considerada investigativa uma reportagem que revela uma investigação feita por autoridades que têm como ofício fazer investigações. Aqui os autores fazem uma distinção clara entre tipos de fontes que levam ao jornalismo investigativo ou ao jornalismo não-investigativo. Portanto, se um jornalista está apurando uma denúncia que envolve um prefeito e consegue, entre outras provas, um depoimento de um antigo motorista do prefeito, isso não deixa de ser uma investigação jornalística. Aqui foi o jornalista que conseguiu uma testemunha que não tem como função observar ou denunciar o prefeito. No entanto, se um jornalista reproduz uma informação obtida de um delegado de polícia que está investigando o prefeito, o jornalista não encontrou uma testemunha nem fez uma investigação jornalística. Ele está publicando o resultado de uma investigação policial, que foi feita por uma autoridade que é paga pelos contribuintes justamente para investigar. Há uma clara diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade. É esta a linha adotada neste estudo: jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista. Por isso será utilizada aqui a expressão “reportagem sobre investigação”, adotada por Kovach e Rosenstiel, e uma derivante dela, a expressão ‘jornalismo sobre investigações’. Ambas serão usadas como classificações que se distinguem de reportagem investigativa e jornalismo investigativo.

### 2.1.1 – Exemplos de reportagens investigativas e sobre investigações

A análise de matérias jornalísticas que, de alguma forma, contribuíram para as mais importantes perdas de mandatos eletivos pós-redemocratização no Brasil permite elucidar melhor a diferença entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações. Em 1992, como será abordado também na seção 2.3, o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, perdeu o mandato após uma série de denúncias que o ligavam a um complexo esquema de corrupção. Na década seguinte, no ano de 2001, duas outras figuras importantes do cenário político brasileiro renunciaram aos mandatos no Senado às vésperas do julgamento de processos que poderiam culminar com suas cassações. Um deles era Antonio Carlos Magalhães, ex-ministro, ex-governador da Bahia e um dos políticos mais influentes do país. O outro era Jader Barbalho, então presidente do Congresso Nacional e que também já havia sido governador do Pará e ministro.

A capa da edição da revista *Veja* do dia 27 de maio de 1992 trazia uma foto do irmão do presidente e a frase: “Pedro Collor conta tudo”. Não era a primeira denúncia contra o governo de Fernando Collor de Mello. A própria *Veja*, na edição do dia 13 de maio daquele ano, publicara uma reportagem – ‘Tentáculos de PC’ - tratando de negócios no exterior de Paulo César Farias<sup>6</sup>, o ex-tesoureiro da campanha eleitoral de Collor de Mello conhecido pelas iniciais PC. Outros veículos de imprensa também estavam divulgando acusações na mesma linha. Ainda assim, a entrevista exclusiva de Pedro Collor à *Veja* foi um disparo sem precedentes contra o presidente. No estilo conhecido como pingue-pongue<sup>7</sup>, a entrevista entrou de forma rápida para a

---

<sup>6</sup> Paulo César Farias foi morto em 1996, quando estava com sua namorada. Até hoje há dúvidas sobre o que efetivamente ocorreu, se um duplo homicídio ou um suicídio seguido de homicídio. Ver FIGUEIREDO (2000)

<sup>7</sup> Tipo de entrevista publicada na forma pergunta-resposta. Ver MARTINS (1990) e GARCIA (1999).

galeria das mais importantes da história da imprensa brasileira. Começava assim:

Na tarde da última quarta-feira Pedro Collor tomou um avião em Maceió e chegou a São Paulo após uma escala em Recife. Em companhia da mulher, Maria Tereza, e de uma irmã, Ana Luiza, Pedro Collor deu uma entrevista de duas horas a VEJA. A seu pedido, o encontro ocorreu nas dependências da revista. A mulher e a irmã de Pedro Collor foram testemunhas de suas declarações, e chegaram a colaborar em algumas respostas. Além de fazer novas denúncias sobre a atividade de PC Farias no governo, Pedro Collor diz que ele é “testa-de-ferro” do presidente Fernando Collor. Diz que o jornal *Tribuna de Alagoas*, que PC Farias quer lançar em Maceió, na verdade pertence a seu irmão. Também garante que um apartamento de Paris que se supunha ser propriedade do empresário na realidade pertence a Fernando Collor. Para Pedro Collor, existe uma “simbiose profunda” entre os dois. (*Veja*, 27/05/1992, p.18)

Na entrevista, Pedro Collor detalhava a relação entre o presidente e Farias, falava do aumento do patrimônio de Collor de Mello na Presidência da República e discorria inclusive sobre o uso de drogas pelo irmão na juventude. Logo após a entrevista pingue-pongue, *Veja* dedicou outras duas páginas para explicar, em tópicos, as denúncias de Pedro Collor. Eram informações específicas sobre tráfico de influência, extorsão e arrecadação ilegal de recursos para campanha.

Na edição seguinte, *Veja* criticou, em reportagem com o título ‘O acordão nacional’, um pacto que envolvia empresários, políticos de oposição, governadores e até o próprio Pedro Collor. Segundo a revista, o acordo tinha dois itens básicos.

Primeiro, é preciso preservar o presidente da República. Vale dizer: a todo custo, não se deve investigar as ligações entre Fernando Collor e seu ex-caixa da campanha eleitoral. O segundo ponto do pacto estabelece que os negócios de PC devem ser investigados a fundo. (*Veja*, 3/06/1992, p.16)

Apesar do acerto atacado pela revista, a entrevista de Pedro Collor foi o ingrediente que faltava para que o Congresso criasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os negócios de Paulo César Farias. Uma semana depois, *Veja* publicou uma outra matéria, ‘O acordo faz água’, na qual mostrava que o governo não controlava a CPI, como supunha, e que a comissão poderia trazer surpresas muito ruins para o Palácio do Planalto.

O trabalho da CPI prosseguiu e Paulo César Farias depôs e se complicou ainda mais – admitiu tráfico de influência e entrou em contradição sobre seus negócios. Mesmo assim, as investigações derrapavam e, na edição de 1º de julho, *Veja* afirmou na capa que a hipótese mais provável era que Collor de Mello se mantivesse no cargo, ainda que enfraquecido. Foi nesse momento que surgiu a testemunha Eriberto França, que até o mês de abril daquele ano trabalhara como motorista de Ana Acioli, secretária do presidente Collor de Mello. Com base em documentos obtidos por *IstoÉ* e no depoimento dado com exclusividade por Eriberto à revista, uma reportagem publicada na edição do dia 1º de julho, com o título ‘Testemunha chave’, revelou que o dinheiro de Paulo César Farias estava pagando despesas de Collor de Mello e abastecendo contas bancárias da primeira-dama, Rosane Collor, e de uma série de outros familiares do presidente. Eriberto contou como recolhia dinheiro e cheques na empresa de táxi-aéreo Brasil-Jet, de Paulo César Farias, para fazer depósitos na conta usada por Ana Acioli para pagar despesas da Casa da Dinda<sup>8</sup>, residência do presidente, e transferir dinheiro a pessoas ligadas a Collor de Mello. A conta de Ana Acioli havia sido aberta com o nome de uma correntista fictícia chamada Maria Gomes. Os próprios automóveis dirigidos por Eriberto eram alugados pela Brasil-Jet. Um dos documentos apresentados pela reportagem foi um cheque da conta de Ana Acioli - abastecida com dinheiro depositado por Eriberto França -

---

<sup>8</sup> Residência no Setor de Mansões do Lago Norte, em Brasília, usada por Fernando Collor durante sua estada na Presidência da República. A casa virou atração turística e foi objeto de reportagens que detalharam reformas milionárias no imóvel.

para depósito na conta de Rosane Collor. A reportagem foi um baque na estratégia de Collor de Mello e alguns de seus colaboradores que tentavam fazer com que a CPI mirasse basicamente Paulo César Farias e deixasse o presidente de lado. O depoimento e os documentos mostravam uma ligação muito forte entre o dinheiro de Farias e o cotidiano do presidente.

Na verdade, as revelações de Eriberto deixam o presidente Fernando Collor numa situação extremamente complicada: na ante-sala do seu gabinete está lotada uma pessoa de sua intimidade, a secretária particular, comprometida com recursos oriundos de PC Farias. Pior: se receber um presente de sua própria mulher, estará ganhando, desde que comprovadas as denúncias, algo provavelmente comprado com dinheiro fornecido por PC, já que frequentemente (sic) a conta de Rosane na CEF era abastecida por dinheiro da conta de Ana Acioli. E, nesta linha de raciocínio, ao utilizar a eletricidade da Casa da Dinda, Collor já estaria devendo favores a PC Farias. A conta de luz da Casa da Dinda de dezembro do ano passado, por exemplo, no valor de Cr\$ 693.848, foi paga com um cheque de Maria Gomes de sua conta no Bancesa. (*IstoÉ*, 1º/07/1992)

O depoimento foi reforçado pela publicação de documentos por *Veja*, *IstoÉ* e outros veículos de imprensa que mostravam vários outros depósitos com origens suspeitas em contas de pessoas ligadas a Collor de Mello. O desfecho do caso é bem conhecido. O *impeachment* de Collor foi aprovado em dezembro daquele ano e o político alagoano deixou a presidência da República<sup>9</sup>.

Quase 10 anos depois, a edição da revista *IstoÉ* do dia 28 de fevereiro de 2001 mostrava em sua capa uma foto do senador Antonio Carlos Magalhães, conhecido pela sigla ACM, apertando a mão do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A frase na capa 'Facada pelas costas' chamava para uma reportagem exclusiva da revista, com base em conversa do senador com três procuradores da República: Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. A reportagem contava que na tarde do dia 19 de fevereiro, uma segunda-feira, ACM foi ao prédio da

---

<sup>9</sup> Em 2006, Fernando Collor de Mello foi eleito senador pelo estado de Alagoas e, no ano seguinte, tomou posse no Senado.

Procuradoria da República em Brasília para o encontro com os procuradores. Na edição da matéria, que recebeu o título 'Abaixo da cintura', a revista deu prioridade às acusações feitas por ACM ao então presidente da República, um antigo aliado do senador.

Antônio Carlos Magalhães faz discurso no Senado com ataques a ministros, finge que preserva Fernando Henrique Cardoso, mas vai ao Ministério Público dar dicas de como “pegar” Eduardo Jorge e envolver o presidente nas denúncias de corrupção. Na conversa com três procuradores da República, ACM mostra que seu desejo de vingança se volta contra integrantes dos Três Poderes: do ministro do STF, Nelson Jobim, passando por Eliseu Padilha, Jader Barbalho e indo até a senadora petista Heloísa Helena. Como um boxeador que luta para se manter em pé a qualquer preço, ACM apelou e foi buscar a ajuda daqueles que, até outro dia, considerava inimigos. (*IstoÉ*, 28/02/2001, p.24)

A frase de ACM na conversa que ganhou maior destaque na edição da revista foi a que tratava do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge, que nos meses anteriores havia sido alvo de várias denúncias publicadas pela imprensa e, em grande parte, originárias de investigações de procuradores da República.

Depois de ter desempenhado papel decisivo para impedir que as denúncias contra o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira fossem apuradas, ACM reabriu o caso EJ. “Os dados que vocês receberam do Eduardo Jorge estão incompletos. O que pega Eduardo Jorge são os sigilos bancários de 94 e 98. Se pegar o Eduardo Jorge, chega ao presidente”, assegurou, para a surpresa dos procuradores. (*IstoÉ*, 28/02/2001, p.26)

Não foi esse, no entanto, o trecho da reportagem que gerou maior repercussão. Na quarta página da matéria, a revista revelou uma parte das declarações de ACM em que, de forma indireta, o senador confessava uma infração ao regimento interno do Senado. Pelas normas da instituição, votações de cassações de mandatos são secretas, de forma que nem o público nem os próprios senadores ficam conhecendo o voto de cada um dos parlamentares. Na conversa com os procuradores, Antonio Carlos Magalhães demonstrou conhecer o voto de colegas na votação que aprovou

a cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, cassado depois de uma série de denúncias envolvendo seus negócios e a ligação deles com uma obra irregular do fórum trabalhista de São Paulo.

Na ânsia de se mostrar aos procuradores como um político poderoso e bem-informado, ACM acabou confessando um crime. Contou que tem em seu poder uma lista de quem votou a favor e contra a cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, apesar de a votação pelo painel eletrônico ter sido secreta. Foi além: acusou a senadora Heloísa Helena de ter votado a favor de Estevão, atendendo a pedido do novo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, também de Alagoas. “Não podemos falar porque o Luiz Estevão vai tentar anular (a cassação)”, advertiu, numa tentativa de manter sob sigilo a operação que promoveu para descobrir os votos dos senadores. (*IstoÉ*, 28/02/1001, p. 27)

A confissão de quebra do sigilo do painel eletrônico teve muito mais impacto que as demais informações dadas por ACM e foi noticiada e detalhada nos dias seguintes por diversos veículos de imprensa. Foi na edição seguinte que *IstoÉ* revelou como havia obtido as informações. A capa da revista mostrava uma foto do procurador Luiz Francisco de Souza, com um gravador na mão. ‘A fita do procurador’ era a chamada da capa para a reportagem interna que contava que a conversa de ACM com os três membros do Ministério Público havia sido gravada por Luiz Francisco.

Durante a última semana, a existência de gravações e sua divulgação causaram uma guerra interna na Procuradoria da República. Na realidade, foram gravadas três fitas, duas delas em um microcassete que o procurador Luiz Francisco carregava no bolso do paletó, com o conhecimento de seus dois colegas. A terceira, considerada inaudível até a última sexta-feira, foi gravada na sala do próprio Luiz Francisco, separada apenas por uma divisória de madeira do gabinete de Eliana Torelly, onde ocorreu a conversa com ACM. As duas primeiras fitas captaram a conversa com nitidez. *ISTOÉ* teve acesso a elas no final da manhã de quarta-feira, 27, o que, horas depois, gerou a crise no Ministério Público. Numa tensa reunião na sala de Torelly – da qual participaram outros procuradores -, ela e Schelb criticaram o comportamento de Luiz Francisco, que, depois de muita discussão, jogou no chão um saco de plástico com as fitas e o pisoteou, com isso quebrando o invólucro de uma delas. Ato contínuo, Eliane as recolheu e guardou. (*IstoÉ*, 07/03/2001, p. 26)

Na reportagem, a revista contava ter encomendado a um perito a degravação da fita tida como inaudível e, com isso, obtido mais detalhes sobre a conversa do senador com os três procuradores. Nas semanas que se seguiram, o caso foi investigado e debatido no Congresso Nacional. O Conselho de Ética do Senado colheu depoimentos de funcionários da instituição sobre a quebra do sigilo do painel. O mais importante foi o da ex-diretora-geral do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Borges, que confirmou ter recebido ordens para descobrir os votos dos parlamentares na votação da cassação de Luiz Estevão e ter passado a lista nominal para Antonio Carlos Magalhães. Na edição do dia 31 de maio, a capa da revista *IstoÉ* voltava a estampar uma foto de Magalhães. Dessa vez, o político aparecia de costas, caminhando, e acompanhado da frase 'O fim de uma era'. Dentro da revista, a reportagem contava que ACM, depois da derrota que sofrera no Conselho de Ética do Senado, resolveu renunciar ao mandato antes que sua cassação fosse votada no plenário da instituição. A matéria jornalística também explicava que José Roberto Arruda - que era senador pelo PSDB do Distrito Federal e, como as investigações mostraram, havia tido acesso à lista nominal dos votos -, também resolvera seguir o mesmo caminho. A renúncia permitia que ambos voltassem a se candidatar nas eleições do ano seguinte<sup>10</sup>.

Depois de promover investigações que comprovaram o crime, o Conselho aprovou na quarta-feira 23, por 13 votos a dois, o pedido de cassação de ACM e de seu parceiro na empreitada, José Roberto Arruda. Para escapar da perda dos direitos políticos por oito anos, Arruda fez um discurso simplório para comunicar a renúncia ao mandato na manhã de quinta-feira 24. O último dos coronéis, no entanto, promete barulho no pronunciamento marcado para a quarta-feira 30: vai tentar disfarçar a saída pela porta dos fundos do Senado com ataques que terão como principal alvo o presidente Fernando Henrique. Mais do que a renúncia de um parlamentar para fugir da punição pela quebra do decoro parlamentar, a queda de Antônio Carlos simboliza o fim de uma era em que, certas da impunidade, autoridades todo-poderosas julgam que as leis só valem para os outros. Uma era em que oligarcas regionais conseguiram transformar o governo federal numa extensão de seus quintais. (*IstoÉ*, 30/05/2001, p.27 e 28)

---

<sup>10</sup> Isso efetivamente ocorreu. Ambos foram candidatos em 2002. ACM reconquistou sua vaga no Senado e Arruda assumiu um mandato de deputado federal.

Na edição seguinte, a revista relatou que o discurso de Antonio Carlos Magalhães frustrou expectativas e não apresentou o que o político prometera.

O coronel baiano engambelou o País com promessas de revelações bombásticas e, como sempre, na hora H apresenta dossiês malfeitos e faz discursos pífiros e ressentidos. (*IstoÉ*, 06/06/2001, p.26)

Mais ou menos no mesmo período em que *IstoÉ* publicou as matérias sobre a caso envolvendo a quebra do sigilo do Senado, a revista *Veja* divulgou várias reportagens que tratavam de denúncias contra o então presidente do Senado, Jader Barbalho. Uma das primeiras e importantes matérias da série teve a chamada ocupando toda a capa da edição da revista do dia 11 de abril de 2001, com o título ‘A máfia grampeada’.

Em setembro do ano passado, um grupo de agentes da Polícia Federal começou, discretamente, a instalar escuta em dezoito linhas telefônicas. O grampo, autorizado pela Justiça, espalhou-se por quatro Estados. Todos os telefones tinham um dado em comum: eram usados por pessoas que trabalhavam ou mantinham negócios na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam. As escutas telefônicas estão em atividade desde então e até a semana passada já haviam captado 369 diálogos de cerca de trinta interlocutores. As conversas estão reunidas num inquérito de 5 000 páginas, ao qual VEJA teve acesso. A leitura é uma viagem, sempre repugnante mas às vezes até cômica, pelo coração de um portentoso esquema de corrupção que já sangrou os cofres públicos em pelo menos 360 milhões de reais e estava planejado para, com o passar do tempo, alcançar a assombrosa cifra de 1,5 bilhão de reais – algo tão robusto que só encontra paralelo, em termos de dinheiro, em grandes golpes da História. A investigação começou há dois anos a partir de uma suspeita miúda. Em Paraíso do Tocantins, cidadezinha a 76 quilômetros de Palmas, capital do Estado, um ilustre desconhecido abriu três empresas que, mais tarde, iriam arrancar 14,2 milhões de reais da Sudam. Mas um dado chamou a atenção do Ministério Público: o desconhecido usava documentos falsos, abriu as três empresas num único dia e seus “donos” eram humildes balconistas de uma distribuidora de bebidas. Aos poucos, o trabalho de investigação foi crescendo como fermento, incluindo novos personagens, novas suspeitas, desvendando grandes e pequenos trambiques. (*Veja*, 11/04/2001, p.38 e 39)

Na reportagem, o nome de Jader Barbalho é citado porque algumas das pessoas grampeadas pela PF diziam que a eleição do senador do Pará seria boa para o esquema de corrupção. Além disso, alguns dos diálogos mostravam que parte do dinheiro desviado da Sudam servira para financiar campanhas de políticos ligados a Barbalho, e o deputado federal José Priante, também do PMDB do Pará, primo e colaborador do senador, aparecia como envolvido no esquema. Na edição de 18 de julho, *Veja* apresentou os elementos mais fortes contra Jader Barbalho. A reportagem com o título 'As provas do crime do Banpará' mostrou documentos produzidos na investigação feita pelo Banco Central e pelo Ministério Público sobre desvios de recursos daquela instituição financeira que beneficiaram o senador e seus familiares. Tratava-se de uma documentação que havia meses vinha sendo buscada por diversos veículos de comunicação.

A papelada mostra que o Banpará foi saqueado em 2,5 milhões de reais, em valores atuais – e não em 10 milhões de reais, como chegou a ser divulgado, inclusive por VEJA. Também mostra que a roubalheira começou em 1984 e durou até 1988. Os papéis provam ainda que, na mesma conta para a qual os 2,5 milhões foram desviados, houve depósitos de outras fontes, num total de 8,4 milhões de reais. E provam, por fim, que todo o dinheiro (os 2,5 milhões do Banpará, os 8,4 milhões de outras fontes e mais lucros obtidos com as aplicações financeiras) foi parar nas contas da constelação de Jader Barbalho. (*Veja*, 18/07/2001, p. 38)

Na edição seguinte, *Veja* registrou que, pressionado por colegas de partido, Jader Barbalho se afastou da presidência do Senado. Não foi o suficiente. Depoimentos à Polícia Federal e ao Ministério Público e a revelação de novas denúncias reforçaram a série de acusações contra Barbalho, que a exemplo de seu ex-colega Antonio Carlos Magalhães também acabou renunciando para escapar do risco de cassação dos direitos políticos e ter oportunidade de disputar as eleições de 2002<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Jader Barbalho se elegeu deputado federal em 2002.

As diferenças da forma como jornalistas e veículos de imprensa aparecem nos episódios que resultaram nas perdas de mandatos de Collor, Magalhães e Barbalho são claras. No caso do *impeachment* do presidente da República, uma revista, a *Veja*, publicou a entrevista exclusiva com Pedro Collor que provocou a criação da CPI para investigar o governo, e outra revista, a *IstoÉ*, publicou documentos e uma entrevista exclusiva com o motorista Eriberto França, que revelou detalhes da circulação de dinheiro dentro do esquema de corrupção montado no Executivo. Assim, além de documentos e outros indícios revelados pela imprensa durante o processo que resultou no *impeachment*, foram duas reportagens que mostraram as principais provas testemunhais contra Collor de Mello. Ambas foram resultado do trabalho de jornalistas sem reproduzir nenhuma investigação oficial e, por isso, são fortes exemplos de reportagens investigativas.

Nos casos que resultaram nas renúncias de Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, a situação é distinta. A denúncia contra Magalhães de quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado, publicada com exclusividade por *IstoÉ*, teve por base uma gravação feita por um procurador da República, em horário de expediente, dentro das instalações da procuradoria, e fazendo exatamente seu ofício de investigar denúncias. A principal confirmação do episódio saiu do depoimento de uma ex-diretora do Prodasen ao Conselho de Ética do Senado, não se tratou de uma testemunha encontrada pela imprensa. Em relação a Jader Barbalho, as principais denúncias publicadas por *Veja* tiveram origem clara em investigações da Polícia Federal, do Banco Central e do Ministério Público. Em nenhum dos dois episódios, no que se refere às acusações mais importantes contra Magalhães e Barbalho, há um trabalho de investigação feito por jornalistas, e sim a publicação do resultado de investigações de autoridades. Assim, são reportagens sobre investigações, e não investigativas.

## 2.2– A história do jornalismo investigativo

Não é tarefa fácil definir o marco zero do jornalismo investigativo no mundo. Apesar de muitas definições convergirem, não há um modelo fechado do que seja uma reportagem investigativa, por isso determinado trabalho jornalístico antigo poderia ou não ser considerado investigativo, conforme o critério de análise usado. Além disso, são poucas as informações disponíveis sobre a história do jornalismo fora do mundo ocidental, e alguma grande reportagem feita, por exemplo, no Japão há muitos anos poderia acabar sendo ignorada.

Pode-se, no entanto, buscar alguns exemplos de trabalhos pioneiros de jornalismo investigativo em países ocidentais, cujo modelo jornalístico influenciou e influencia a trajetória da imprensa brasileira. Como se verá, a maior parte desses exemplos se refere aos Estados Unidos. São muitos os pesquisadores que detectam na imprensa norte-americana as origens do jornalismo investigativo. O europeu Jorge Pedro Sousa data essas origens no final do século XIX, quando o empresário norte-americano Joseph Pulitzer – cujo trabalho será tratado em detalhes ainda nesta seção – inovou em *The World*, um de seus jornais, com recursos gráficos e grandes manchetes.

Outra das principais inovações de Pulitzer registrou-se no domínio dos conteúdos. Ele deu atenção aos escândalos e ao combate à corrupção e ao compadrio (este primeiro jornalismo de investigação designou-se *muckraking journalism*<sup>12</sup> e os jornalistas que o faziam foram intitulados *muckrakers*). (Sousa, 2004, p.84, grifos originais)

O argentino Daniel Santoro (2004) é também taxativo, ainda que divirja de Sousa em alguns anos no que se refere à datação. “O jornalismo investigativo, que hoje consideramos um nível mais profundo dos ramos

---

<sup>12</sup> A origem da expressão será explicada em seguida, ainda nesta seção.

informativo, interpretativo e narrativo do jornalismo, nasceu nos Estados Unidos no começo do século XX.” (SANTORO, 2004, p.18, tradução do autor)

Para os brasileiros Lopes e Proença (2003), foram os jornalistas norte-americanos que produziram as reportagens investigativas mais famosas no mundo inteiro. “Os trabalhos de Jornalismo Investigativo mais conhecidos se situam nos anos pós-Segunda Guerra Mundial e quase todos se originam dos Estados Unidos.” (p.13)

Os norte-americanos Kovach e Rosenstiel (2003) contam que uma mudança no Prêmio Pulitzer, o mais importante prêmio jornalístico dos Estados Unidos – e o mais famoso do mundo -, também marcou a trajetória do jornalismo investigativo.

Em 1964, o mais ambicionado prêmio do jornalismo americano, o Pulitzer, foi para o *Philadelphia Bulletin* na categoria de reportagem. O prêmio enaltecia o trabalho do jornal ao denunciar a corrupção policial na cidade, mostrando como os oficiais da corporação estavam envolvidos numa rede de jogatina, sobretudo numa espécie de loto ilegal, atividades desenvolvidas fora de seus locais de trabalho. A série de matérias era um prenúncio do que se converteria depois num amplo escrutínio sobre a corrupção policial nas cidades americanas. O prêmio tinha também outro significado: marcava o reconhecimento formal pela imprensa escrita de uma nova era no jornalismo dos Estados Unidos. A nova categoria do Prêmio Pulitzer era denominada Reportagem Investigativa. Executivos dos jornais de todo o país que administravam o Pulitzer sob os auspícios da Universidade de Columbia haviam criado essa nova categoria para substituir uma antiga, que, segundo eles, não precisava mais ser reconhecida – a chamada Reportagem Local. Davam assim maior ênfase ao papel da imprensa como um setor ativo, reformista, denunciador. Assim fazendo, o *establishment* jornalístico americano outorgava seu aval a um tipo de trabalho feito, com maior frequência em anos recentes, por uma nova geração de jornalistas. (KOVACH E ROSENSTIEL, 2003, p. 169 e 170))

De qualquer forma, é importante não descartar a hipótese de que pelo menos parte desse destaque maior dado aos Estados Unidos na história do jornalismo investigativo – e na história do jornalismo, de uma forma geral – também possa estar ligada à grande produção bibliográfica norte-americana sobre o tema e à facilidade para se obter essa produção.

Assim, como as informações sobre a imprensa dos Estados Unidos são bastante acessíveis, há chance de autores estarem freqüentemente reprisando exemplos norte-americanos em detrimento de outros menos conhecidos.

Em 25 de setembro de 1690, Benjamin Harris publicou em Boston, nos Estados Unidos, a única edição do jornal *Publick Occurrences*, na qual era denunciada a violência contra soldados franceses praticada por índios norte-americanos, aliados dos britânicos. O jornal também criticava a aliança da Grã Bretanha com os índios. “Quatro dias depois, autoridades de Massachusetts revogaram a licença de impressão de Harris”. (PROTESS et al, 1991, p.30, tradução do autor). Em 1721, também nos Estados Unidos, James Franklin usou seu *New England Courant* para fazer uma série de denúncias acusando as autoridades religiosas de terem cometido erros em um programa de vacinação contra a varíola e espalhado a doença entre moradores de Boston. Franklin seguiu com ataques contra autoridades em outras reportagens e no ano seguinte acabou preso. (Ibiden, p.31)

Estudiosos – entre outros, Protess (1991) e Thompson (2002) - convergem para o fato de o jornalismo investigativo, como tendência, ter surgido com força mesmo no final do século XIX. No outro lado do oceano, um dos exemplos pioneiros que merecem citação é o trabalho de W. T. Stead no periódico inglês *Pall Mall Gazette*, de tendência liberal, a partir de 1880. Ele se dedicou a publicar denúncias sobre prostituição e tráfico de menores, práticas que muitas vezes contavam com envolvimento e conivência de autoridades e homens ricos. Sua intenção era pressionar pela criação de uma lei que, entre outras coisas, proibisse o comércio sexual de jovens com menos de 18 anos. Com o intuito de comprovar suas denúncias, Stead chegou a comprar uma menina de 13 anos e apresentá-la a um bordel de Londres, fingindo pretender deixá-la trabalhando como prostituta. As conseqüências do episódio foram assim descritas por Thompson (2002):

Stead foi subseqüentemente condenado por seqüestro e colocado na prisão por três meses, mas sua corajosa denúncia do comércio com a prostituição ajudou a definir um papel emergente para jornalistas investigadores, que poderiam usar a revelação de fatos secretos para intervir no debate público, e a *Gazette* continuou a desempenhar um papel central nos escândalos que foram prevalentes no final do século XIX na Inglaterra. (THOMPSON, 2002, p.84)

Nos Estados Unidos, às vésperas do final do século, barões da imprensa como Joseph Pulitzer, William Randolph Hearst, Adolph S. Ochs, E. W. Scripps e Joseph Medill também criaram verdadeiras cruzadas jornalísticas com grandes denúncias. Protes (1991) destacou essa multiplicidade de alvos da imprensa naquele período.

O *St. Louis Post-Dispatch*, de Pulitzer, por exemplo, atacou democratas e republicanos indistintamente, tanto em relação a monopólios de combustíveis e carros, casas de jogos quanto a motéis no começo dos anos 1880." (PROTESS et al, 1991, p.33, tradução do autor)

A que seria chamada de idade do ouro do jornalismo investigativo apareceria logo em seguida, no começo do século XX, nos Estados Unidos. As reportagens foram publicadas tanto em jornais quanto em revistas como *McClure's*, *Cosmopolitan* e *Hampton's*, que foram responsáveis pela revelação de grandes escândalos econômicos. O crescimento das tiragens das publicações, para satisfazer um público ávido por informação, e a competição entre veículos de imprensa são apontados como alguns dos principais fatores que impulsionaram as reportagens com denúncias na época. (Ibidem, p.36)

Foi nesse período, mais precisamente em 1906, que o presidente Theodore Roosevelt comparou durante um discurso o trabalho de jornalistas investigativos com um personagem do romance *Pilgrim's Progress*<sup>13</sup>, de John Bunyan, chamando-os de *muckrakers*, aqueles que mexem com a lama, algo que pode ser entendido como 'cavadores de informação'. A intenção de

---

<sup>13</sup> Há várias traduções da obra disponíveis no Brasil, com o nome de *O peregrino*. Uma delas tem notas e comentários. Ver Bunyan (2005)

Roosevelt era ofender os jornalistas, mas a expressão passou a ser utilizada como sinal de distinção de um tipo de repórter metuculoso e interessado a ir fundo em assuntos. “Uma vez mais, o que começou como insulto se converte em etiqueta de orgulhosa auto-identificação.” (SECANELLA, 1986, p.52, tradução do autor) Diferentemente do que apareceria mais tarde, o jornalismo investigativo desse período, além de atacar a corrupção e outras mazelas de autoridades, também se dedicava a revelar crimes econômicos e injustiças sociais.

Para os cavadores de informação, vilania estava intimamente ligada a sacrifício e injustiça social. Para cada ganancioso homem de negócio, havia uma criança abandonada, um imigrante, um membro de uma minoria ou um trabalhador sofrendo. Para cada político trapaceiro, havia um contribuinte cujo dinheiro havia sido tomado.(PROTESS et al, 1991, p. 39, tradução do autor)

Em 1902, Ida Tarbell denunciou manipulações de mercado e outras irregularidades por trás do império econômico de John Rockefeller na revista *McClure's*; em 1904 Upton Sinclair trabalhou disfarçado na indústria de carne para mostrar a falta de higiene; em 1905 a *Public Opinion* revelou a existência de 66 mil acidentes fatais com operários; em 1905 e 1906 a *Cosmopolitan* mostrou a corrupção em seguradoras, e assim por diante (Ibidem, p. 37-38-39).

As cinco décadas seguintes, que abrigaram duas guerras mundiais, assistiram a um arrefecimento do jornalismo investigativo e da onda de denúncias na imprensa. Entre as razões desse declínio estão a redução da competição entre publicações, com o fechamento de várias delas, e a cooptação de jornalistas investigativos para trabalhar no governo. (PROTESS et al, 1991, p. 42 e 43). Os ataques de Roosevelt aos *muckrakers* convenceram parte do público e isso reforçou a redução de matérias.

Os leitores foram abandonando pouco a pouco os meios mais agressivos. Os semanários nacionais voltaram a suas antigas formas de tratamento, mais políticas e oficialistas, tendência que foi reforçada com a Primeira Guerra Mundial. (SECANELLA, 1986, p.53, tradução do autor)

E foi uma outra guerra, a do Vietnã, que acabou abrindo o processo de reaparecimento do jornalismo investigativo como uma tendência nos Estados Unidos. Em novembro de 1969, Seymour Hersh publicou por meio de um serviço para jornalistas que atuavam como free lance sua primeira reportagem sobre o massacre de My Lai, no qual militares norte-americanos haviam deixado um rastro de pelo menos 109 civis deliberadamente mortos (PROTESS et al, 1991, p. 48). Outras reportagens sobre as atrocidades no Vietnã continuaram sendo mostradas por Hersh, um dos mais longevos repórteres dos Estados Unidos, que continua na ativa e em 2004 voltou a denunciar militares por abusos, dessa vez no Iraque.

O marco do jornalismo investigativo no mundo ocidental apareceu em junho de 1972, quando os repórteres Bob Woodward e Carl Bersnstein, do jornal norte-americano *Washington Post*, começaram uma série de reportagens que mostrariam as ligações do governo dos Estados Unidos com a invasão de um comitê do Partido Democrata, no escândalo que ficou conhecido como Watergate, nome do edifício onde estava o imóvel invadido. A dupla de jornalistas, que mais tarde detalhou a apuração no livro *Todos os homens do presidente*, entrou no caso exatamente no dia do arrombamento, 17 de junho de 1972.

Os cinco homens presos às 2h30min da madrugada vestiam ternos completos, e todos usavam luvas cirúrgicas de borracha, marca Playtex. A polícia havia apreendido um *walkie-talkie*, quarenta rolos de filme virgem, duas câmaras fotográficas de 35 mm, gazuas, armas de gás lacrimogêneo do tamanho de uma caneta e instrumentos transmissores aparentemente capazes de interceptar tanto as conversas telefônicas, como as que ocorressem no próprio recinto. (BERNSTEIN e WOODWARD, 1976, p.15)

Quando houve a invasão, o republicano Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, estava preparando o anúncio oficial de sua

candidatura à reeleição. O Comitê de Reeleição do Presidente (CRP) sustentou a princípio a tese de que os cinco arrombadores presos eram ligados a um movimento anti-Fidel Castro e pretendiam descobrir se havia indícios de doações do governo de Cuba para o comitê dos democratas. Essa versão foi aceita pela maior parte da imprensa norte-americana, mas os dois repórteres do *Post* começaram a coletar elementos que apontavam para o envolvimento direto do CRP no arrombamento. Bernstein e Woodward primeiro descobriram que parte dos arrombadores havia trabalhado para a CIA (a agência norte-americana de inteligência); depois ficaram sabendo que os cinco tinham sido pagos; a seguir apuraram que o CRP guardava uma reserva secreta para bancar espionagem e, a partir daí, conseguiram as provas de que saíra desse fundo o dinheiro da invasão do Watergate.

O aprofundamento da apuração jornalística mostrou cada vez mais a possibilidade de envolvimento direto de altos funcionários da Casa Branca no arrombamento. O trabalho dos dois repórteres foi auxiliado por uma fonte sigilosa, de dentro do próprio governo, que foi apelidada de *Deep Throat* (Garganta Profunda), nome de um filme pornográfico da época. Tratava-se de Mark Felt, vice-diretor do FBI, que só teve sua identidade revelada em maio de 2005<sup>14</sup>. Na maior parte das vezes, tanto o Garganta Profunda quanto outros investigadores que estavam trabalhando no caso ajudavam apenas a dupla de repórteres a confirmar informações e fatos que eles já haviam descoberto com base em outras fontes.

Deep Throat tinha livre acesso a informações da Casa Branca, do Departamento de Justiça, do FBI e do CRP. Seus conhecimentos refletiam uma amálgama de informações concretas, num constante fluxo de ida e vinda, de várias origens. Não foi sem relutância que reconheceu que Woodward e Bernstein estavam certos quanto à responsabilidade de chefões no arrombamento do Watergate, bem como em outras atividades ilegais. (Ibidem, p.109)

---

<sup>14</sup> A promessa de Woodward e Bernstein de não revelarem a fonte foi cumprida. Foi o próprio Mark Felt que divulgou ser ele o Garganta Profunda. Depois disso, Woodward (2005) publicou um livro com detalhes de sua relação com Felt.

Os jornalistas do *Post* localizaram documentos e encontraram testemunhas para poder sustentar as denúncias que faziam. Nos meses que se seguiram, a competição dos dois com repórteres do *The New York Times* permitiu a revelação de uma série de outras irregularidades envolvendo o governo e os fundos de campanha. Para Traquina (2000), foi fundamental a obstinação da dupla de repórteres do *Post* no processo.

No Caso Watergate a insistência e a determinação dos jornalistas foram necessárias para quebrar não só o obstáculo do “fenômeno de incredibilidade” (neste caso, a existência de valores consensuais que fornecem uma imagem colectiva da honestidade do Presidente) mas também outros obstáculos erguidos pelos “homens do presidente” para dificultar o acesso à informação. (Traquina, 2000, p.38)

Foi aberta uma longa investigação oficial sobre o caso, a parte principal dela tocada por uma comissão do Congresso, e durante esse processo se descobriu que Nixon teve conhecimento do arrombamento. Também nessa investigação se soube que o presidente havia gravado conversas com interlocutores em seu gabinete. A relutância para entregar as fitas dessas conversas, a omissão de trechos no material finalmente entregue e outras ações do presidente fizeram com que ele fosse acusado de obstrução da Justiça. Por isso, em 1974, Richard Nixon – ameaçado de impedimento - se tornou o primeiro presidente norte-americano a renunciar ao cargo.

O episódio do Watergate, depois de descrito no livro de Bernstein e Woodward, foi retratado no filme que também se chamou *Todos os homens do presidente*. A dramatização do episódio, com a interpretação de Robert Redford e Dustin Hoffman como os repórteres do *Washington Post*, deu publicidade a esse trabalho de jornalismo investigativo, vindo a influenciar o comportamento de jornalistas, como apontaria Protess et al:

Para a nova geração de jornalistas, reportagens investigativas poderiam influenciar a opinião pública, ajudar a acabar com guerras e derrubar presidentes. Poderiam também dar fama e reconhecimento aos próprios

jornalistas investigativos (PROTESS et al, 1991, p. 53, tradução do autor).

Foi entre o final da década de 1960 e meados da de 1970 – período em que foram publicadas as reportagens de Hersh e sobre o Watergate - que surgiram nos Estados Unidos algumas grandes entidades ligadas ao jornalismo investigativo. Em 1969, foi criado o *Fund for Investigative Journalism*, destinado a financiar reportagens investigativas, e em 1975 começou a funcionar o já mencionado *Investigative Reporters and Editors* (SECANELLA, 1986, p. 45-46).

O jornalismo investigativo que reaparece nessa época é distinto daquele praticado no começo do século XX. A distinção se deve a uma característica que, como se verá mais adiante, é muito importante para este estudo. Os novos jornalistas investigativos definiam como prioridade as irregularidades envolvendo autoridades do governo. Ao contrário de seus antecessores, eles não costumavam mostrar crimes econômicos envolvendo grandes corporações, e quando isso aparecia era como parte de uma história sobre mau funcionamento de alguma instituição governamental. Os *muckrakers* da era Watergate também davam pouca atenção a problemas sociais, a não ser quando se tratava de um problema com vínculo claro a um erro do governo. Isso pode tanto ter sido resultado de uma espécie de alienação dos jornalistas em relação às desigualdades sociais como um efeito da melhor organização de movimentos sociais, que já conseguiam, de forma rotineira, cobertura para suas manifestações. (PROTESS et al, 1991, p. 54)

### **2.3– O jornalismo investigativo no Brasil**

A exemplo do que ocorre com a história do jornalismo em outros países, não é fácil definir o momento exato em que as reportagens

investigativas começam a aparecer no Brasil. Isso exigiria um levantamento profundo, uma espécie de arqueologia do jornalismo brasileiro, para determinar se antigas reportagens carregavam os elementos cruciais do jornalismo investigativo listados anteriormente. No entanto, é possível encontrar alguns exemplos de reportagens produzidas durante o século XX no país que têm pelo menos algumas das principais características de reportagens investigativas. Em novembro de 1923, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou matéria acusando o ex-presidente da República Epitácio Pessoa de ter beneficiado exportadores de açúcar em troca de uma jóia oferecida a sua mulher. O episódio ficou conhecido como O Caso do Colar e rendeu processos contra o jornalista Mário Rodrigues, que dirigia o jornal (SODRÉ, 1999, p. 361).

Criada em 1928 com inovações gráficas e de apuração jornalística, a revista *O Cruzeiro*<sup>15</sup> publicou nas décadas seguintes reportagens sobre escândalos políticos, problemas sociais e comportamento. O estudioso Juarez Bahia identifica na publicação elementos de um aprofundamento jornalístico sem precedentes no país. “Valorizadas por flagrantes fotográficos de um profissional que se especializa e se distingue do retratista, e assinadas, as reportagens trazem a marca da investigação, da criatividade e da coragem dos repórteres” (1990, p. 189). Em meados da década de 1940, já no final da ditadura de Getúlio Vargas, houve uma operação irregular, envolvendo o Banco do Brasil, na tentativa de criar um monopólio no mercado do algodão. O caso foi revelado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, mas ninguém foi punido. (BRICKMANN, 1992)

Apesar dos muitos e bons exemplos isolados, estudiosos como Souza (1988), Fortes (2005), Porto (1996) e Waisbord (2000) convergem para a opinião segundo a qual, como tendência, o jornalismo investigativo só aparece no Brasil após a redemocratização. Nos 20 anos que se seguiram

---

<sup>15</sup> A revista foi fechada durante o regime militar, e em grande parte por causa dele. Ver NETTO (1998)

ao golpe de Estado de 31 de março de 1964, que derrubou o ex-presidente da República João Goulart, se sucederam no poder militares que com uso de censura, intimidação, violência e até assassinatos tentaram impedir a publicação de reportagens contrárias ao regime ditatorial imposto. Para Waisbord, o processo foi muito semelhante em países da América do Sul como Brasil, Argentina, Colômbia e Peru, onde grande parte da grande imprensa se manteve fiel ao Estado, inclusive em regimes de exceção, e a instabilidade política e a violência do Estado dificultaram a utilização do modelo norte-americano de jornalismo.

Uma independente, politicamente neutra imprensa era uma quimera quando governos civis e militares fechavam veículos de comunicação, censuravam redações com firmeza e perseguiram e mataram jornalistas independentes. Os poucos editores e repórteres que tomaram distância do governo e permaneceram fazendo jornalismo investigativo com frequência pagaram com prisão, tortura, exílio e morte. (WAISBORD, 2000, p. 22, tradução do autor)

As dificuldades impostas pelo regime militar à prática do jornalismo investigativo não equivale a dizer, é claro, que nesse período não houve reportagens investigativas. Basta, por exemplo, ver a lista de vencedores do Prêmio Esso entre 1964 e 1984 para se observar que houve nesses anos muitas reportagens com denúncias exclusivas<sup>16</sup>. Foi também nesse período a experiência da revista *Realidade*, precursora de *Veja*. A publicação existiu durante 10 anos, justamente de 1966 a 1976 – ou seja, teve toda sua trajetória dentro do regime militar -, mas inovou em linguagem, técnica de reportagem e temática<sup>17</sup>. O jornalista Fernando Molica, organizador do livro *10 reportagens que abalaram a ditadura*, afirma na introdução da obra:

São trabalhos que se destacam em meio a uma grande e mesmo surpreendente quantidade de ótimas matérias publicadas em uma época pouco propícia para o exercício do jornalismo – reportagens que todo bom jornalista gostaria de assinar. (MOLICA, 2006)

---

<sup>16</sup> Além do trabalho de MAGNO (2006), já citado, também MACEDO (2006) avalia a produção de matérias vencedoras do Esso durante a ditadura militar. Para analisar a relação completa dos ganhadores das 50 primeiras edições do prêmio e detalhes da produção de algumas das reportagens, ver ainda BELOCH e FAGUNDES (2006).

<sup>17</sup> Sobre a *Realidade* e suas contribuições, ver MOREIRA (1997).

Em 1985, depois de uma frustrada campanha que tentou reimplantar no país o processo de eleições diretas para presidente da República, o cargo voltou a ser ocupado por um civil: José Sarney. Ele chegou ao posto porque era o vice-presidente da chapa encabeçada por Tancredo Neves, que fora escolhido presidente da República por um Colégio Eleitoral composto para esse fim e que deveria ter assumido o cargo em 15 de março daquele mesmo ano. Hospitalizado na véspera da posse, Tancredo Neves não se recuperou e morreu no dia 21 de abril. (BRITTO e CUNHA, 1985) Com o inusitado da situação política na Nova República, militares continuaram ligados ao poder e com grande influência em decisões de governo nos primeiros anos da volta dos civis à Presidência, mas o ambiente proporcionado pela redemocratização abriu espaço para o jornalismo investigativo. Para Mauro Porto, professor e pesquisador da Universidade de Brasília hoje atuando nos Estados Unidos, essas circunstâncias foram propícias para o desenvolvimento do jornalismo investigativo. “No caso brasileiro, esse tipo de jornalismo se fortalece com a Nova República” (PORTO, 1996, p. 51).

Repórter e professor universitário, Leandro Fortes também ressalta o avanço do jornalismo investigativo após o regime militar.

No Brasil, o *boom* da investigação jornalística teve que esperar o fim da ditadura militar (1964-1985) para acontecer. Durante os 21 anos de rodízio de generais no Palácio do Planalto, a imprensa brasileira ficou, em maior e menor escala, sufocada pela censura e pela força da repressão. Vivia, aqui e ali, de iniciativas pontuais. Com a redemocratização do país, em 1985, os jornalistas começaram a respirar, a fugir do noticiário oficial e, finalmente, a buscar a melhor notícia – aquela que está escondida. (FORTES, 2005, p.10)

Na avaliação de Maria do Carmo Campello de Souza, pesquisadora da Universidade de São Paulo, a eclosão de denúncias na imprensa na segunda metade da década de 1980, mostrando irregularidades, chegou a contribuir para uma imagem negativa da democracia. Isso ocorreu, para a

autora, principalmente entre jovens que pouco conheciam da então história recente do país, com a cobertura jornalística fazendo “uma ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos” (SOUZA, 1988, p. 588). Para a estudiosa, a falta de informações nas reportagens sobre eventos semelhantes ocorridos no regime militar foi uma das principais causas da ligação equivocada.

É preciso acrescentar que esse mesmo jornalismo investigativo que pode ter prejudicado a imagem da democracia então emergente no país iria, nos anos seguintes e até hoje, revelar torturas e execuções praticadas por militares, ajudando a colocar o rótulo de funesto no regime autoritário que comandou o país entre 1964 e 1985. A ascensão do jornalismo investigativo na América do Sul é inseparável de um clima de busca pela verdade sobre os abusos e assassinatos cometidos pelas ditaduras militares (WAISNBORD, 2000, p.189).

Uma reportagem investigativa que reflete com clareza a tendência que estava se costurando no começo da redemocratização foi a ganhadora em 1987 do troféu principal do Prêmio Esso. Tratava-se da reportagem ‘Concorrência da ferrovia Norte-Sul foi uma farsa’, de autoria de Jânio de Freitas e publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 13 de maio daquele ano. O primeiro parágrafo da reportagem era tão direto quanto o título:

Foi fraudulenta e determinada por corrupção a concorrência pública, cujos resultados o governo divulgou ontem à noite, para construção da ferrovia Maranhão-Brasília (ou Norte-Sul): a **Folha** publicou os 18 vencedores, disfarçadamente, há cinco dias e antes até de serem abertos, pela estatal Valec e pelo Ministério dos Transportes, os envelopes com as propostas concorrentes. (FREITAS, 1987, negrito original)

Na reportagem, o autor contava ter publicado na seção de anúncios classificados do jornal um anúncio cifrado, no qual indicava trechos da ferrovia e apontava quais seriam os ganhadores da concorrência. A reportagem listava outros indícios revelando que o conluio envolvia empreiteiras, a empresa estatal Valec, responsável pela obra, e o Ministério dos Transportes.

O repórter Jânio de Freitas e o jornal *Folha de S. Paulo* se destacaram no surgimento do jornalismo investigativo como tendência do país no final da década de 1980, mas o apogeu das matérias investigativas ocorreu de fato no começo da década seguinte. “Sem dúvida, a mais festejada investigação jornalística foram as descobertas de fatos ilegais envolvendo o antigo presidente Fernando Collor de Mello” (WAISBORD, 2000, p. 40). Eleito em 1989 ao derrotar o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva nas primeiras eleições diretas para a Presidência da República depois do golpe militar de 1964, Collor começou seu governo no ano seguinte mantendo a linha de ataques a benefícios de funcionários públicos que marcara sua campanha eleitoral e derrubando barreiras para ingresso de produtos estrangeiros no país. Já nos primeiros meses de seu governo, algumas reportagens começaram a questionar a legalidade e moralidade de suas relações com empreiteiras e com agências de publicidade que haviam trabalhado para ele na campanha eleitoral, mas o primeiro grande golpe apareceu na matéria de capa da revista *Veja* do dia 27 de maio de 1992, já mencionada na seção 2.1.1. O título ‘Pedro Collor conta tudo’ e uma foto do irmão do presidente chamavam o leitor para a entrevista na qual Fernando Collor de Mello era acusado de envolvimento com corrupção e drogas. Para o estudioso Bernardo Kucinski, começava aí o primeiro caso importante de “ruptura no padrão complacente” da imprensa brasileira.

Foi uma campanha curta mas devastadora o autoproclamado Collorgate, que levou ao *impeachment* de Fernando Collor no Congresso em setembro de 1992, por uma expressiva votação de 441 votos contra apenas 38. Como no Watergate original, o escândalo que levou à

renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon em 1973, duas publicações, as revistas *Veja* e *IstoÉ*, revezaram-se na revelação da existência de uma rede de corrupção no governo e das tentativas de Collor de encobri-la. Enquanto competiam comercialmente pelo mesmo público leitor, as duas revistas juntaram suas forças na rejeição ao presidente. Ganharam a democracia e o povo. (KUCINSKI, 1998, p.170, grifos originais)

Kucinski lembra que o “esquentamento” da imprensa começou com uma denúncia da revista *Istoé*, em outubro de 1990, a respeito do envolvimento de Paulo César Farias em fraude eleitoral em Alagoas. No entanto, a grande mudança na linha da imprensa ocorreria mesmo a partir da publicação da entrevista de *Veja*.

Durante os meses de junho e julho, *Veja* e *IstoÉ* conduziram o processo, revezando-se na revelação de provas de corrupção no governo Collor, entrevistando personagens que podiam corroborar as suspeitas com conhecimento direto. No dia 1º de julho, *IstoÉ* publica a outra matéria considerada determinante em todo o caso Collor. A entrevista do motorista de Collor, Francisco Eriberto França, a Augusto Fonseca e João Santana, em que ele revela os nexos entre o esquema PC Farias e a casa de Collor, a famosa Casa da Dinda. Foi apenas em meados de julho que o Congresso passou a ocupar o centro do palco, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito se apossou de cheques bancários confirmando a rede de corrupção e seus nexos com a casa de Collor. (KUCINSKI, 1998, p.175, grifos originais)

Fortes vê nas investigações dos escândalos envolvendo Collor influências sobre a formação de jovens jornalistas, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos por causa das reportagens do *Washington Post*. Para o autor, o Watergate atuou como uma espécie de “sombra” sobre o Collorgate.

Durante o governo Collor, essa ascendência simbólica tornou-se fato e alimentou uma geração inteira de jornalistas, a maioria com menos de trinta anos de idade e pouco tempo de profissão. Essa geração, de onde saíram tanto embustes como profissionais brilhantes, deu cara e tamanho ao conceito de jornalismo investigativo no país, ao ponto de proclamá-lo, sem fazê-lo formalmente, como um tipo de especialização dentro da profissão. (Fortes, 2005, p.21)

Nos anos que se seguiram ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello<sup>18</sup>, houve outras reportagens revelando práticas ilegais de parlamentares, principalmente em relação ao Orçamento da União, e de integrantes do governo federal. Investigações jornalísticas longas e profundas mostraram ainda violações de direitos humanos e assassinatos cometidos por policiais de São Paulo e do Rio de Janeiro. O jornalismo investigativo como tendência, que havia aparecido na década de 1980, tinha se fortalecido e apontava principalmente para irregularidades relacionadas a autoridades ou funcionários de governos.

#### **2.4– O prestígio do jornalismo investigativo**

Como vimos anteriormente, o jornalismo investigativo pode garantir fama e prestígio para repórteres e veículos de comunicação. Na rotina de redações, repórteres investigativos são vistos quase como celebridades, enquanto jornais, revistas, emissoras de televisão e de rádio provocam admiração ao divulgarem reportagens investigativas. Esse prestígio que o jornalismo investigativo tem dentro da imprensa está muito ligado ao fato de reportagens investigativas, pelas características já tratadas anteriormente, apresentarem com frequência denúncias exclusivas. Desde as reportagens sobre abusos contra soldados franceses e comércio de adolescentes para exploração sexual – publicadas respectivamente nos séculos XVII e XIX, como visto na seção 2.2 - até os seus casos históricos como o Watergate e o *impeachment* de Collor de Mello, o jornalismo investigativo se preocupa em denunciar. E, como se verá na seção 2.5.2, reportagens com denúncias levam uma série de vantagens no percurso que sai da intenção de um repórter de publicar determinada matéria, passa pela efetiva publicação e termina em efeitos produzidos pela reportagem.

---

<sup>18</sup> Sobre os bastidores do Collorgate, ver CONTI (1999) e NASSIF (2003), que têm visões bem distintas do episódio.

O verbo “denunciar” descende da palavra *denunciare*. Em latim, *denunciare* significa “anunciar”, “falar”, “trazer uma notícia” (COMBA, 1977, e ROMANELLI, 1963). O *Dicionário Aurélio Eletrônico*, de Aurélio Buarque de Holanda, em sua versão de 1998, lista 15 significados para o verbo “denunciar”. Muitos deles se mantêm fiéis à origem latina, como “evidenciar” e “anunciar”, mas outros ficam no significado mais corrente da palavra em seu uso atual no Brasil, com um tom mais acusatório. O primeiro significado da lista é “fazer ou dar denúncia, acusar, delatar”. A palavra “denúncia” e o verbo “denunciar” têm grande uso e função no meio jurídico. Uma testemunha pode denunciar um crime, por exemplo. O Ministério Público, ao concluir uma investigação, pode apresentar formalmente uma denúncia, que é o nome oficial da acusação que faz perante o Judiciário. Apesar desse uso largo em tribunais, é curioso que o exemplo dado por Holanda em seu dicionário para explicitar o primeiro significado da palavra “denunciar”, citado acima, seja: “O jornalista denunciou os criminosos”.

#### **2.4.1- A denúncia no modelo ocidental de jornalismo**

A publicação de denúncias na imprensa está diretamente atrelada a determinados modelos de jornalismo. Nelson Traquina (1999) afirma que no decorrer do século XIX, a imprensa ocidental passou por uma transição do jornalismo partidário, aquele claramente engajado em causas e ligado a grupos, para o jornalismo factual. Essa transformação implica, para o autor, uma clara mudança no papel que a imprensa escolhe para si.

Esta evolução implicou a subordinação da lógica político-ideológica à lógica econômica, nomeadamente na procura de públicos mais vastos, crescentes vendas e receitas (incluindo a publicidade) e a apresentação de um produto que privilegia factos e não opiniões e implica um novo conceito de notícia, em termos dos interesses de uma nova classe de leitores. Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a

realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica. A expansão da imprensa, com as suas acrescidas responsabilidades, surge acompanhada do conceito de “Quarto Poder”, em que a defesa e vigilância da nova força chamada “opinião pública” é invocada como dever e actua como legitimadora da nova força social que é a imprensa. (TRAQUINA, 1999, p.23)

Para exercer a autoconcedida função de quarto poder, a imprensa depende enormemente da denúncia. O quarto poder é basicamente o de fiscal. A função primordial de um fiscal é encontrar e apontar coisas erradas. Ao contrário do que ocorre com um fiscal do Ministério da Saúde, um policial ou um procurador, que têm a fiscalização como uma de suas tarefas básicas, o jornalista não conta com um sistema formal, oficial e já montado, para encaminhar a descoberta de irregularidades e detonar um processo de punição. No processo não-formal e não-oficial de trabalho do jornalista, o encaminhamento da descoberta de algo que ele considera errado é a publicação. Ao publicar o que considera irregular ou incorreto, o jornalista faz uma denúncia.

De forma um pouco diferente, mas na mesma linha de Traquina, Jorge Pedro Sousa (2000) faz uma distinção entre quatro modelos de jornalismo:

- 1) jornalismo revolucionário;
- 2) jornalismo comunista;
- 3) jornalismo para o desenvolvimento;
- 4) jornalismo ocidental.

Os três primeiros modelos têm, respectivamente, causas específicas: mudar a ordem vigente, implantar um novo sistema e se engajar em determinados programas e projetos. O modelo revolucionário limita o uso da denúncia, já que ela não pode ser feita contra pessoas, movimentos e instituições que estão, na disputa pelo poder, do mesmo lado que a imprensa está. O modelo comunista, com a imprensa controlada pelo Estado,

praticamente elimina a denúncia, já que ela não combina com censura. A não ser, claro, que seja uma denúncia que interesse ao próprio Estado. De qualquer forma, o uso da denúncia é muito reduzido nesse modelo. No Jornalismo para o Desenvolvimento ocorre quase o mesmo. Como a imprensa está engajada em campanhas e em projetos, quase sempre junto ao Estado, ela não vai fazer denúncias que abalem o Estado.

Já no modelo Ocidental, que é aquele em que o papel de quarto poder aparece com clareza, o uso da denúncia é fundamental. É o modelo no qual, teoricamente, a imprensa deve ser independente e livre para apontar irregularidades e ações erradas, como afirma Sousa.

O Modelo Ocidental de Jornalismo preconiza que a imprensa deve ser independente do estado e dos poderes, tendo o direito a reportar, comentar, interpretar e criticar as actividades dos agentes de poder, inclusivamente dos agentes institucionais, sem repressão ou ameaça de repressão. (SOUSA, 2000, p.36)

Como a imprensa brasileira, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e em países da Europa, se enquadra nesse modelo de jornalismo, fica clara a importância e o espaço que ela dá para publicação de denúncias.

#### **2.4.2 - A denúncia na autodefinição do jornalista**

Muito ligado aos modelos de jornalismo está a auto-imagem que os jornalistas têm – ou pelo menos dizem ter – de si mesmos. Relatando estudo que trata do assunto, Sousa descreve as duas correntes entre os jornalistas no que se refere a sua própria imagem e, conseqüentemente, ao papel que atribuem para si na sociedade.

A auto-imagem que os jornalistas têm do seu papel poderá ser um factor de grande influência na seleção de informação e, portanto, um elemento importante para a configuração da notícia. Por exemplo, Johnstone, Slawski e Bowman (1972) mostraram que alguns jornalistas se consideravam “neutros”, perspectivando-se como meros canais de

transmissão, e que outros se viam como “participantes”, acreditando que os jornalistas necessitariam de explorar, esquadrinhar e sacar a informação em ordem de descobrir e desenvolver as histórias. Os jornalistas “neutros” olhavam para as suas obrigações profissionais como resumindo-se a recolher, processar e difundir rapidamente informação para uma audiência o mais vasta possível, evitando histórias cujo conteúdo não estivesse suficientemente verificado; os “participantes” viam-se como “cães de guarda”, paladinos da investigação jornalística, em ordem a controlar os poderes, pelo que investigavam as informações governamentais, providenciavam análises para problemas complexos, discutiam as políticas e desenvolviam interesses intelectuais e culturais. (SOUSA, 2000, p.44)

Sousa cita os Estados Unidos e Portugal como alguns dos países em que os jornalistas se consideram “participantes”. Ainda que não seja conhecida pesquisa a respeito, é fácil concluir que na imprensa brasileira essa também é a auto-imagem preponderante. O modelo brasileiro se inspira claramente no norte-americano. Ora, de novo os jornalistas brasileiros estão dentro de um grupo que tende a valorizar enormemente as denúncias, já que não se pode imaginar o exercício da função de paladino e cão de guarda sem que seja possível publicar reportagens que apontem irregularidades. Para se sentirem guardiões, os jornalistas tendem a denunciar.

#### **2.4.3- A denúncia passando pelo *gate***

Em um artigo publicado originalmente em 1950, o pesquisador norte-americano David Manning White estabeleceu as bases da teoria do *gatekeeping*. Ele acompanhou o trabalho de um jornalista com cerca de 40 anos de idade e 25 de profissão que atuava como editor em um jornal de uma cidade norte-americana com cerca de 100 mil habitantes. Sua função principal era selecionar entre as notícias chegadas por telégrafo quais deveriam ser publicadas e quais deveriam ser descartadas, além também de definir o destaque que deveria ser dado ao material publicado. Era, assim, a pessoa que abria ou fechava o portão (*gate*) para as notícias. White pediu ao editor, que apelidou de “Mr. Gates”, que fizesse, no material que decidia não publicar, anotações sobre a razão que o levava a fazer isso. O resultado

dessas anotações rendeu os pressupostos básicos da teoria do *gatekeeping*.

É somente quando analisamos as razões apresentadas pelo “Mr. Gates” para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura do décimo para o qual ele tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de “notícias” é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. Neste caso particular, os 56 enunciados apresentados podem ser divididos em duas categorias principais: (1) rejeição do incidente devido à sua pouca importância, e (2) seleção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento. (WHITE, 1999, p.145, grifos originais)

Uma denúncia pode ser rejeitada, dentro da primeira categoria observada por White, por não ser considerada relevante. No entanto, como as denúncias apuradas pela imprensa, e não aquelas em que ela simplesmente serve como meio de divulgação, costumam ser dadas com exclusividade por determinado veículo de comunicação, elas não se enquadram na segunda categoria. Não se pode imaginar entre as diversas matérias investigativas produzidas durante o Watergate ou divulgadas em meio ao escândalo sobre Collor de Mello uma com o risco de ser descartada por causa da repetição de relatos de um mesmo acontecimento. Claro que se está falando de grandes denúncias, mas isso ocorre também com as pequenas. A denúncia implica novidade. Ninguém denuncia alguém pela segunda vez pelo mesmo fato. Isso não seria denúncia, seria uma repetição de um relato. Não se verá vários relatos sobre o desvio de dinheiro por parte de um ministro, sobre a poluição de um rio por parte de uma grande indústria no momento em que isso, pela primeira vez, for denunciado. Isso parece óbvio, mas é importante para deixar claro que as denúncias produzidas pelo jornalismo investigativo estão protegidas de uma das duas principais razões apontadas pelo estudo sobre o *gatekeeping* para rejeição de matérias.

#### 2.4.4 - Os valores-notícia de uma denúncia

Enquanto com o “Mr. Gates” se pode ver o que leva uma matéria a não ser publicada, com os estudos sobre os valores-notícia é possível detectar as razões que, ao contrário, podem ajudar uma reportagem a conseguir passar pelos filtros. Eles analisam a noticiabilidade, ou seja, o que o estudioso italiano Mauro Wolf chama de “aptidão” que um acontecimento tem para ser transformado em notícia. De acordo com o autor, valores-notícia garantem essa noticiabilidade.

Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias? (1999, p.195)

Wolf explica ser difícil listar os valores-notícia, porque eles mudam no tempo e não permanecem sempre os mesmos. Ainda assim, ele separa os valores-notícia em quatro grupos: os referentes ao conteúdo da notícia, os ligados à disponibilidade do material, os que se referem ao público e os que dependem da concorrência. No primeiro grupo, o mais relevante no que se refere à discussão sobre denúncias no jornalismo, ele cita quatro valores-notícia: 1) grau e nível hierárquico dos envolvidos; 2) impacto sobre a nação; 3) quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e 4) relevância quanto à evolução futura de uma determinada situação. Não há garantia de que uma denúncia carregue os três primeiros valores-notícia desse grupo. Ela pode ou não carregá-los. No entanto, é muito difícil uma denúncia não ter o quarto valor-notícia listado, pois a capacidade potencial de uma matéria que aponta alguma irregularidade gerar uma consequência, uma evolução futura, é enorme. Assim, no que se refere ao conteúdo da informação, a denúncia existente em uma reportagem investigativa já aparece com pelo menos um dos valores-notícia apontados por Wolf assegurado.

Um antigo e desgastado clichê jornalístico, o *bad news, good news* – algo como ‘coisas ruins são boas notícias’ -, aponta também para um outro valor-notícia bem importante: o grau de negatividade. Na verdade, ele permeia os quatro valores-notícia citados por Wolf em relação ao conteúdo. E, mais uma vez, ele está garantido na denúncia, já que, é claro, ninguém denuncia uma coisa boa. Isso é um anúncio, uma revelação, mas não uma denúncia.

Os valores-notícia referentes à concorrência podem ajudar a fazer uma denúncia passar pelo filtro, mas não só ela. Na prática, eles valorizam o furo jornalístico, ou seja, a notícia dada com exclusividade. Assim, o anúncio em primeira mão de determinado projeto novo do governo – um financiamento com juros baixos para a casa própria, por exemplo -, carrega valores-notícia referentes à concorrência e nada tem de denúncia. No entanto, é claro que grandes denúncias, por serem exclusivas, têm um peso enorme no sistema de competição entre veículos, como fica claro na análise, citada na seção 2.3, que Kucinski (1998) faz do período do *impeachment* de Fernando Collor de Mello ou na mencionada disputa entre *Washington Post* e *The New York Times* durante o Watergate.

#### **2.4.5 - A denúncia na espiral do silêncio**

Segundo a professora alemã Elisabeth Noelle-Neumann, criadora da teoria, a espiral de silêncio ocorre por causa do medo dos indivíduos do isolamento.

A teoria da espiral do silêncio se apóia no pressuposto de que a sociedade – e não somente os grupos em que os membros se conhecem mutuamente – ameaça com isolamento e exclusão os indivíduos que se desviam do consenso. Os indivíduos, por sua parte, têm medo em grande medida subconsciente do isolamento, provavelmente determinado geneticamente. Esse medo do isolamento faz com que as pessoas tentem comprovar constantemente quais opiniões e modos de comportamento são aprovados ou desaprovados em seu meio, e quais

opiniões e formas de comportamento estão ganhando ou perdendo força. (NOELLE-NEUMANN, 1995, p.259, tradução do autor)

O medo do isolamento, diz a pesquisadora, faz com que as pessoas manifestem com confiança opiniões que estão de acordo com as aprovadas em seu meio e silenciem em relação às demais. Por isso, conclui, os indivíduos observam o que a mídia está tratando para verificar se determinadas opiniões têm mais ou menos chances de serem aprovadas. Na avaliação de Sousa (2000), essa teoria pode servir como reforço para a teoria do agendamento, que será abordada na seção 2.5.2. Ele crê que os estudos sobre a espiral do silêncio demonstram que o agendamento da opinião do público que recebe informações da mídia só ocorre – ou pelo menos ocorre com maior facilidade – quando há grande divulgação de determinadas notícias e também não existem divergências relevantes entre os principais veículos de comunicação no enfoque que dão a determinados fatos.

Grande parte do material produzido pela mídia não é consensual e, por isso, à luz das teorias do agendamento e da espiral de silêncio, pode ter mais dificuldade para influenciar no pensamento das pessoas. Não é fácil para um indivíduo saber hoje, com base no que vê na mídia brasileira, por exemplo, se uma opinião contra alimentos transgênicos é a mais aceita. Quem a sociedade vai isolar, nesse caso, aquele que é a favor ou aquele que é contra os alimentos geneticamente modificados? Da mesma forma, um indivíduo terá dificuldades para escolher como se manifestar a respeito da construção ou não da usina nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro. Esse tipo de dúvida dificilmente aparece quando se trata de grandes denúncias divulgadas em reportagens investigativas. Se um determinado veículo revelar que há um vazamento perigoso na usina nuclear de Angra 1, já deixam de existir dúvidas sobre qual é a opinião mais aceita. Teoricamente, ninguém pode ser favorável a um vazamento de produto radioativo. Assim, fica mais fácil identificar a opinião a se ter para fugir do isolamento. As denúncias

facilitam o surgimento de consensos na sociedade, como se viu nos casos do Watergate e do impeachment de Collor de Mello. Criados esses consensos, o processo de exclusão ou inclusão de indivíduos em determinados meios é simplificado. Por isso, reportagens que envolvem denúncias facilitam o desencadeamento da cadeia que produz a espiral do silêncio.

Assim, pelo que se viu nos últimos parágrafos, o fascínio da imprensa por denúncias que recheiam reportagens investigativas pode ser – e muitas vezes deve ser – criticado, mas nunca visto com surpresa. Esse encantamento é plenamente explicável.

## 2.5– A importância do jornalismo investigativo

O jornal em vez de ser um sacerdócio, tornou-se um meio para os partidos, e de meio passou a ser um negócio. Não tem fé, nem lei. Todo o jornal é, como disse Blondet<sup>19</sup>, uma loja onde se vendem ao público palavras da cor que deseja. Se houvesse um jornal dos corcundas, haveria de provar noite e dia a beleza, a bondade, a necessidade das corcundas. Um jornal não é feito para esclarecer, mas para lisonjear as opiniões. Desse modo, todos os jornais serão, dentro de algum tempo, covardes, hipócritas, infames, mentirosos, assassinos. Matarão as idéias, os sistemas, os homens, e, por isso mesmo, hão de tornar-se florescentes. (BALZAC, 1981, p.175)

A crítica proferida pelo personagem Cláudio Finot do livro *Ilusões perdidas*, concluído por Balzac em 1843, foi uma das mais contundentes, mas nem a primeira nem a última, é claro, condenação à imprensa. O jornalismo – e por conseqüência o jornalismo investigativo – é alvo de freqüentes ataques que questionam ou descartam sua capacidade de provocar mudanças benéficas. Em um deles, que mira de forma especial o jornalismo investigativo, John Thompson (2002) enumera uma série de conseqüências negativas dos escândalos midiáticos, que incluem o

---

<sup>19</sup> Referência ao intelectual Émile Blondet, personagem de Balzac que aparece nas obras *Comédia Humana* e *Estudos de Mulher*.

enfraquecimento de instituições e a desvalorização da competência de políticos.

### 2.5.1 – Escândalos e accountability

Para compreender as conseqüências negativas que Thompson detecta nos escândalos midiáticos é preciso primeiro ver como ele os define. Segundo o estudioso, trata-se de um tipo de escândalo muito diferente daquele escândalo localizado, que pode ter conseqüência em uma vizinhança ou no meio de um grupo restrito de pessoas e cuja disseminação implica a necessidade de um contato face a face. O escândalo midiático tem repercussões muito maiores.

[O escândalo é] um evento que implica a revelação através da mídia de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma seqüência de ocorrências posteriores. (THOMPSON, 2002, p. 82)

É um escândalo que só existe em função da mídia e por causa dela. Para o estudioso, a divulgação de um escândalo atrai a mídia por diversos fatores, entre eles o fato de uma matéria sobre algo escandaloso vender bem e o entendimento de jornalistas de que a revelação de segredos do poder é uma forma de executar sua missão de ‘guardiões do interesse público’.

Na avaliação de Thompson, as conseqüências dos escândalos políticos se devem ao fato de eles atingirem duas bases: a reputação e a confiança.

Os escândalos não necessariamente destroem a reputação e enfraquecem a confiança, mas eles têm a *capacidade* de fazer isso. E é devido a essa capacidade, esse potencial de prejudicar a reputação e corroer as relações de confiança, que os escândalos têm tanta importância no campo político. (Ibidem p.296, grifo original).

Para entender essas conseqüências é preciso analisar as características de cada uma das duas bases. A reputação, para Thompson, tem quatro características principais: 1) é preciso um longo período de tempo para consegui-la; 2) é contestável; 3) o uso não a esgota; e 4) é dificilmente restaurável. O estudioso ainda divide a reputação em dois tipos básicos, a de competência, ligada às habilidades de um indivíduo para desempenhar determinada função, e a de caráter, vinculada diretamente à honestidade. As características da confiança são: 1) seu uso não só não a esgota como a reforça; 2) é vulnerável; e 3) pode ser suplementada por vários mecanismos, como contratos, cartas de acordo e procedimentos.

A partir da avaliação de como os escândalos midiáticos atingem as características básicas da reputação e da confiança, Thompson elenca uma série de conseqüências negativas desses escândalos. Uma delas é o risco de geração de um clima de desconfiança generalizada que resulte na criação de diversos mecanismos de suplementação da confiança, aumentando assim níveis de burocracia e ineficiência. Outra é o fato de o escândalo midiático produzir um ambiente que valoriza mais a reputação de caráter - a mais abalada e abalável principalmente dentro da política - que a reputação de competência. Levado ao extremo, isso pode resultar na escolha de líderes muito honestos, porém incompetentes. Thompson também cita o risco de uma desconfiança profunda, gerada por escândalos midiáticos, ser auto-reforçadora e difícil de ser superada.

Repetidas quebras de confiança podem gerar uma atitude de profunda desconfiança entre alguns setores da população; indivíduos podem ser levados a desconfiar não apenas dos líderes específicos ou potenciais líderes, mas nos políticos *como tais*." (Ibiden, p.307, grifo original)

Assim, as pessoas podem ser levadas, defende o estudioso, a não só deixar de acreditar em determinados indivíduos que integram determinados governos ou em um político específico que pertence a um partido específico, mas no governo e nos partidos de uma forma geral. Isso pode produzir um

ambiente de niilismo e ceticismo capaz de levar setores da população a abandonarem totalmente o processo político. Para o autor, “é difícil evitar a conclusão de que a cultura política do escândalo provavelmente não poderá contribuir para tornar mais fácil a construção de uma forma de democracia mais forte e mais participativa”. (Ibiden, p.311)

A crítica de que reportagens que revelam exemplos de mau comportamento de autoridades acabam por prejudicar instituições aparece com frequência no Brasil - ainda que sem a profundidade da análise de Thompson - como reação à revelação pela imprensa de alguns escândalos<sup>20</sup>. Também são freqüentes avaliações de cientistas políticos, em períodos eleitorais, que apontam uma espécie de super-valorização do caráter de candidatos em detrimento da análise de competências.

Ao se deter sobre o jornalismo investigativo na América do Sul, Silvio Waisbord (2000) chega a alguns pontos que se opõem à avaliação de Thompson. O próprio Waisbord faz uma ponte com a discussão de Thompson ao afirmar que o jornalismo investigativo tem um papel fundamental no surgimento do escândalo midiático, já que ele transforma relacionamentos privados em assuntos públicos através da revelação de transgressões que antes dessa divulgação só eram conhecidas por aqueles que delas participaram. O estudioso explica, no entanto, que nem toda a divulgação de denúncias vira escândalo. Essa mutação depende de uma série de fatores, como o número de pessoas que ela afeta; os valores-notícia (como drama humano e envolvimento de celebridades) que ela carrega; e a situação econômica do país no momento de sua divulgação. Avançando ainda mais na discussão, Waisbord ressalta que mesmo quando uma denúncia vira escândalo midiático a existência ou não de conseqüências práticas também vai depender de uma série de fatores. No caso de um escândalo político, por exemplo, há uma dependência grande da mobilização

---

<sup>20</sup> Sobre reportagens que tratam de escândalos envolvendo parlamentares brasileiros, ver VAZ (2005).

do Congresso, da atuação do Poder Judiciário e da movimentação de grupos de pressão.

Bem, mas se tudo isso ocorrer, se uma denúncia feita pela imprensa gera um escândalo, e se esse é seguido por fatores que o levam a produzir conseqüências, quais serão elas? Serão muitas, e elas estão de forma íntima ligada ao que Wainsbord se refere como *accountability*, palavra que é traduzida para o português como 'responsabilidade', mas envolve hoje conceitos como democracia, transparência e fiscalização de instituições públicas.

Um modo pelo qual a imprensa contribui para a *accountability* é através da revelação de irregularidades. Fazendo isso, ela contribui para a *accountability* em democracias onde segredos de Estado continuam a ser um problema sério. O jornalismo investigativo permite o conhecimento público de ações ilegais, um recurso fundamental para a *accountability*. (WAINSBORD 2000, p.229, tradução do autor)

Para o estudioso, além de revelar esses problemas, a mídia pode estimular suas conseqüências ao “forçar” o Congresso e o Judiciário a agirem e ao cobrir mobilizações populares que exigem punição dos envolvidos. Todo esse processo culmina muitas vezes, afirma Waisbord, com a renúncia de autoridades flagradas pela imprensa agindo de maneira irregular, o que pode ter, além do aspecto prático, um aspecto simbólico de punição, de reforço de uma cultura contra a impunidade. O autor não é, no entanto, um fã incondicional do jornalismo investigativo. Diz que a mídia se interessa muito mais pelas irregularidades de autoridades institucionais que as de empresários, até para não incomodar anunciantes; não demonstra muito interesse pela denúncia de problemas sociais, tão abundantes na América do Sul; e prefere apontar falhas em indivíduos que em sistemas.

No que se refere ao desinteresse do jornalismo investigativo por problemas sociais, Luiz Martins, professor e pesquisador da Universidade de Brasília, aprofunda as críticas.

Assuntos como campanha de trânsito e combate ao abuso contra crianças dão notícia? A resposta é sim, mas desde que haja “fatos” ou “ganchos” novos. E, mesmo quando a imprensa cobre bem o lançamento de programas, políticas e medidas governamentais, estagnamos no oficialismo do “anúncio” dos projetos. O jornalismo investigativo, em geral, não se preocupa em acompanhar tais ações dos governos e verificar se os resultados foram efetivos. No Brasil, a imprensa é tida como um poder fiscal, mas não nesse sentido de auditoria das políticas públicas, nem no sentido de valorizar como notícias os resultados positivos eventualmente obtidos. Mesmo o fracasso das políticas públicas não é noticiado com ênfase, a não ser que haja alguma denúncia de impacto a ser feita. (MARTINS, 2006, p. 59 e 60)

Waisbord afirma que as consequências do jornalismo investigativo para a *accountability* podem ser vistas por dois ângulos. O primeiro, e positivo, leva a se ver na imprensa um papel fundamental para a democracia, já que ela torna públicos abusos e irregularidades. O segundo, e negativo, sugere que a mídia produz no melhor dos casos um ritual de exorcismo de imoralidade e ilegalidade, sacrificando indivíduos, mas poupando as estruturas problemáticas que geram os desvios imorais e ilegais. No entanto, Waisbord chama a atenção para a necessidade de se distinguir as responsabilidades e limitações da mídia das funções de outras instituições.

Seria injusto julgar a performance da imprensa somente com base em sua contribuição para reformas substanciais, já que, como mencionado anteriormente, a implementação de mudanças substanciais depende de desenvolvimento político e de instituições fortes. Concluir que a ausência de reformas é um sinal de que o jornalismo investigativo é politicamente improdutivo seria reducionismo. (WAINSBORD 2000, p.242, tradução do autor)

O que se concluir do embate entre as duas visões? Vistos de forma simplificada, os argumentos de Thompson mostram que a mídia, ao divulgar escândalos, prejudica a democracia pois enfraquece instituições e cria um ceticismo que leva setores da população a abandonarem o processo político. E Waisbord afirma que o jornalismo investigativo tem problemas, mas, por ser responsável pela revelação de escândalos políticos, fortalece a democracia, já que é básico para a *accountability*. Independentemente de uma posição estar mais correta que a outra, há uma grande diferença dos

pontos para os quais ambas encaminham. Thompson não chega a sugerir, no texto analisado, nenhuma grande alternativa. Restaria então a hipótese absurda de, para não enfraquecer mais ainda a democracia, a mídia deixar de revelar escândalos. Para se ficar só em exemplos mencionados por Thompson e tratados na seção 2.2, seria melhor W. T. Stead, em 1880, se negar a denunciar a prostituição e o tráfico de menores? Ou o *Washington Post*, quase um século depois, esconder o Watergate? Ou seja, não há saída. Já os problemas apontados por Waisbord no jornalismo investigativo são, ainda que com dificuldade, sanáveis – é possível se investigar mais o mundo dos negócios; é possível se denunciar problemas sociais; e é possível mostrar as falhas dos sistemas e não somente dos indivíduos.

### **2.5.2 – A construção da agenda política**

Ao discorrer sobre a imprensa dos Estados Unidos, Protess e seus colegas pesquisadores também insistem não ser possível sobrecarregar o jornalismo investigativo com um peso que ele não sustenta. Afirmam que repórteres buscam informações e apontam irregularidades para melhorar o sistema norte-americano, não para derrubá-lo. Assim, concluem, “jornalistas investigativos são reformistas, não revolucionários” (PROTESS et al, 1991, p.11, tradução do autor). Esse grupo de estudiosos vê a importância do jornalismo investigativo principalmente no que chama de construção da agenda política, um desdobramento dos estudos referentes à teoria do agendamento, também conhecida por sua denominação em inglês, *agenda-setting*.

Um artigo dos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, publicado em 1972, é considerado o marco da teoria do agendamento, segundo a qual os meios de comunicação têm o poder de agendar a opinião pública. No artigo, os dois afirmam ter partido de uma

hipótese formulada quase 10 anos antes por Bernard Cohen a esse respeito. Segundo Cohen, citado por McCombs e Shaw (2000, p.49), ainda que a imprensa, “na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar”.

Para comprovar a hipótese, os dois estudiosos fizeram uma pesquisa a respeito da campanha presidencial de 1968 na cidade norte-americana de Chapel Hill. Por meio de análises do conteúdo de informações veiculadas pelos meios de comunicação e entrevistas com eleitores, fizeram uma comparação entre o que os moradores da cidade diziam ser as questões mais importantes da campanha e o que a mídia estava veiculando. Para o levantamento, foi feita uma triagem que permitiu a seleção somente de eleitores indecisos.

Ao final do estudo, descobriram uma coincidência muito grande entre os assuntos considerados mais importantes para a mídia e os que eram tidos também como fundamentais pelos eleitores. Concluíram, ainda, não haver uma relação direta entre preferências partidárias e atenção dada às notícias. Ou seja, eleitores simpáticos ao Partido Republicano não assistiam com maior frequência a notícias orientadas para essa organização política. Com isso, os pesquisadores atacaram os resultados de estudos feitos dentro da teoria dos efeitos limitados, que afirmavam justamente o oposto.

Nesse artigo de 1972, McCombs e Shaw foram cautelosos:

As correlações aqui apresentadas não *provam* a existência de uma função de agendamento por parte dos *media*, mas os dados estão em consonância com as condições que têm de existir no caso de a função referida ocorrer. (McCOMBS; SHAW, 2000, p. 57, grifos originais)

Os autores concluem o texto sugerindo uma série de levantamentos complementares:

Os estudos futuros sobre o comportamento relativo à comunicação e o estabelecimento da agenda política devem ter em conta variáveis psicológicas e sociológicas: o conhecimento de ambas é crucial para o estabelecimento de instrumentos teóricos sólidos. (Ibidem, p.61)

No texto *A Natureza da Notícia*, de 1922, Lippmann já apresentara alguns elementos que só seriam encontrados bem mais tarde na teoria do agendamento. Ao tratar das formas como os fatos viram notícias dentro dos jornais – se antecipando a pressupostos que mais tarde embasariam discussões sobre *newsmaking* e rotinas em redações -, o autor mostra como acontecimentos que resultam em registros acabam virando notícia e, por isso, se tornando objeto de discussão do público.

O exemplo que abre o texto é o de um homem que, por causa de dificuldades financeiras, acaba indo à ruína. Ainda que já enfrentasse problemas há muito tempo e isso fosse conhecido de seus amigos, o homem não tinha virado notícia e, assim, sua história não era conhecida. Essa questão do registro faz com que, segundo Lippmann, aspectos da indústria e do governo, transações imobiliárias e outros casos se tornem notícias, enquanto o comércio de balcão, por exemplo, não.

Os acontecimentos não registrados são referidos como opiniões pessoais e convencionais ou não são notícia. Não tomam forma enquanto alguém não protesta, enquanto alguém não investiga, ou enquanto alguém, publicamente, no sentido etimológico da palavra, não lhes dá *saída*.” (LIPPMANN, 1970, p.190, grifo original).

Assim, ao explicar como a partir de registros alguns acontecimentos viram notícias e, só por isso, acabam sendo discutidos pelo público, Lippmann descreve uma situação muito semelhante à do processo de agendamento.

O artigo de Lippmann chega a tocar em um ponto que só apareceria depois dos estudos iniciais sobre o agendamento, no aprofundamento da

teoria. A conclusão de McCombs e Shaw de que a mídia agenda os temas de discussão na opinião pública desencadeou uma série de pesquisas sobre o que, então, agenda a mídia. Ao discorrer sobre a atuação de assessores de imprensa, Lippmann explica que movimentos sociais se deram conta de que, para garantir a divulgação de suas idéias, precisavam assegurar presença nos meios de comunicação e concluíram que só conseguiriam isso usando recursos publicitários para criar fatos ou polêmicas.

Os sufragistas sabiam disso e, se bem não apreciavam particularmente o conhecimento do fato, agiam de acordo com ele, e conservavam o sufrágio nas manchetes muito tempo depois que os argumentos contrários e favoráveis já se haviam diluído em suas bocas e as pessoas se dispunham a pensar que o movimento sufragista era uma instituição firmada da vida norte-americana. (Ibidem, p.191)

Estudos muito recentes, inseridos dentro da teoria do agendamento, comprovam, por exemplo, como o Greenpeace, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e várias organizações não-governamentais têm usado artifícios descritos por Lippmann há quase um século.

Três anos depois do artigo de McCombs e Shaw que criou a teoria do agendamento, três pesquisadores norte-americanos resolveram analisar sob o ponto de vista dessa teoria a publicação de notícias durante o episódio do Watergate. Os pesquisadores eram David H. Weaver, Maxwell E. McCombs – um dos criadores da teoria – e Charles Spellman. Para eles, o estudo mostrou que o agendamento ocorre de forma mais relevante num grupo mais sensível de leitores de jornais. Isso, para os pesquisadores, aumentava ainda mais a responsabilidade da imprensa.

Se, como sugere este estudo, são as pessoas mais interessadas e indecisas as mais susceptíveis à ênfase colocada pelos *media* em determinados assuntos, a grande responsabilidade dos seus profissionais não se restringe a tratar os assuntos políticos com equidade; devem também considerar a sua responsabilidade na escolha quer dos acontecimentos e assuntos a tratar quer da dimensão a conferir a esse tratamento, com a mesma equidade. (Weaver et al, 2000. p.76, grifo original)

Em um artigo publicado 25 anos depois de sua pesquisa que originou a teoria do agendamento, McCombs e Shaw fizeram uma revisão do tema. Uma revisão profunda.

O agendamento é bastante mais do que a clássica asserção do que as notícias nos dizem *sobre o que é que devemos pensar*. As notícias dizem-nos também *como devemos pensar sobre o que pensamos*. Tanto a seleção de objectos para atrair a atenção como a seleção dos enquadramentos para pensar sobre esses objectos são tarefas poderosas do agendamento. (McCOMBS; SHAW, 2000, p.131, grifos originais)

Os dois pesquisadores, nesse artigo de revisão, tecem uma série de elogios a sua própria teoria e a apresentam como um conjunto de pressupostos passíveis de atualização e como um grande guarda-chuva sob o qual devem se abrigar diversas outras hipóteses e conceitos. “O agendamento é uma teoria sobre transferência de relevância, tanto dos objetos como dos seus atributos”. (Ibiden, p.131)

Na avaliação de McCombs e Shaw, mesmo quando os meios de comunicação apresentam uma série de atributos de um mesmo objeto, algum ou alguns deles são priorizados, e isso é fundamental para determinar como a opinião pública vai avaliar esse objeto. É por isso que, ao final do artigo de revisão do agendamento, os dois pesquisadores são muito mais enfáticos e taxativos do que haviam sido no texto produzido mais de duas décadas antes e praticamente enterram o pressuposto de Cohen. “Os media não só nos dizem sobre o que devemos pensar, mas como pensar sobre isso. Ou seja, o que pensar.” (Ibiden, p.135).

Da mesma forma que os criadores da teoria, outros pesquisadores se dedicaram a testar o modelo de McCombs e Shaw e também concluíram que a capacidade de agenda dos meios de comunicação vai bem além do proposto na década de 1970. Traquina comenta:

Certamente, ao longo dos anos, nos diversos estudos relacionados com o conceito de agendamento, o poder do jornalismo foi conceituado de uma forma cada vez mais alargada, ultrapassando o conceito inicial que limitava a influência da agenda jornalística sobre a agenda pública à simples saliência das questões e ocorrências que tinham merecido destaque como notícia. (TRAQUINA, 2001, p.39)

A evolução da teoria do agendamento passa também pela idéia de que, além de agendar a opinião pública, a mídia agenda governantes e outras autoridades. Em uma pesquisa para comprovar a teoria do agendamento, cujo resultado foi publicado primeiramente em 1986, Donna Leff, David Protess e Stephen Brooks relataram a reação da opinião pública a três séries de reportagens veiculadas em Chicago, nos Estados Unidos: uma sobre fraudes no sistema de saúde, outra sobre o tratamento dado a casos de violação de mulheres e a terceira sobre a violência policial, chamada *Beating Justice*, do *Canal 5*. Na avaliação do caso da violência policial, além de reforçarem a idéia sobre o agendamento da opinião pública, os pesquisadores também encontraram elementos que mostram as conseqüências desse tipo de reportagem no comportamento de autoridades.

Avaliamos também as mudanças na definição das políticas, entrevistando funcionários públicos após a emissão da série e monitorizando os *media* de modo a ter conhecimento de alterações de política que pudessem atribuir-se à reportagem do Channel 5. A alteração mais significativa foi uma ordem geral, emitida pelo superintendente da polícia a 8 de Março de 1983, um mês após a emissão de "Beating Justice". A ordem estabelecia um amplo programa de identificação e tratamento de agentes policiais que apresentavam "padrões de comportamento que justificavam preocupação", incluindo aqueles contra quem tinham sido registradas queixas de abuso de força. (LEFF et al, 2000, p.92, grifo original)

No Brasil não há uma tradição de estudos sobre contágio da agenda governamental por meio de reportagens, mas isso claramente não se deve à escassez de matérias que estiveram na origem de decisões de autoridades. O caso que resultou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, no qual uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar denúncias divulgadas pela imprensa, é o mais famoso, mas há vários outros menos conhecidos. No dia 25 de outubro de 1999, o jornal

*Correio Braziliense*, de Brasília, começou a publicar uma série de reportagens mostrando que, por causa da má fé de empresários e da inépcia do governo, estava sendo desrespeitada a legislação que define índices mínimos de adição de iodo ao sal. Esse incremento é feito porque a falta de iodo gera problemas de surdo-mudez, retardo no crescimento, deficiências mentais, bócio e outros males. As reportagens também revelavam que em muitas áreas do país crianças e adolescentes estavam padecendo com a insuficiência de iodo. As reportagens mobilizaram parlamentares, o Ministério Público e instituições que defendem direitos de consumidores e crianças. Dez dias depois da publicação da primeira reportagem, 11 indústrias de sal foram fechadas por determinação do Ministério da Saúde. Foi também assinada uma portaria que estava engavetada havia seis meses e criava uma comissão especial para, em caráter emergencial, rever a legislação e as normas sobre a colocação de iodo no sal. Cinco meses depois da publicação das reportagens, entrou em vigor nova regulamentação para o setor. Em 2001, uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde mostrou que a carência de iodo em estudantes havia sido reduzida de forma drástica em muitas áreas do país.

Em trabalho anterior (NASCIMENTO, 2004), indicamos que não se podem atribuir todas as mudanças na política de iodação do sal à reportagem publicada pelo *Correio Braziliense*. Como a própria reportagem mostrava, seis meses antes da publicação um grupo já havia elaborado um documento pedindo mudanças urgentes nessa política. No entanto, a cronologia das ações governamentais deixa claro que, na hipótese mais comedida, a reportagem ao menos apressou uma série de atitudes do governo, já que a matéria conseguiu agendar o assunto na opinião pública e criar um processo de pressão.

O contágio da agenda de autoridades, a influência de uma reportagem investigativa sobre a agenda política, varia muito entre uma e outra

reportagem, como já visto na avaliação de Waisbord (2000), e não depende somente da imprensa, do jornalista ou da própria reportagem. Protess (1991) e seus companheiros de pesquisa citam, entre os fatores que influenciam nesse contágio, o impacto que a reportagem causa na opinião pública, o envolvimento ou não de grupos de pressão e a forma como a reportagem é tratada pela imprensa, o que envolve a retomada do tema pelo próprio veículo que a divulgou e a veiculação ou não do caso em outros órgãos de comunicação.

Protess e sua equipe fizeram uma classificação dos resultados da influência de uma reportagem investigativa na construção da agenda política. Os primeiros são o que eles chamam de resultados deliberativos, quando são criadas comissões ou realizadas audiências para discussão do problema apontado. Outro tipo são os resultados individualizados, quando a consequência são sanções, demissões, rebaixamentos ou outros tipos de punições individuais. O terceiro grupo é o dos resultados substanciais, que envolvem regulamentação, legislação e/ou mudanças administrativas. (PROTESS et al, op. cit. p. 240). Foi o caso tanto da reportagem sobre a violência policial em Chicago quanto da que tratou da adição de iodo ao sal no Brasil.

## **2.6 – O Ministério Público**

Embora a origem mais consensual do modelo de Ministério Público instalado no Brasil apareça na França, estudiosos encontram alguns dos genes da instituição já na Antigüidade. Para o jurista Sauwen Filho, havia entre os egípcios há mais de 5 mil anos funcionários da realeza com algumas funções semelhantes às exercidas hoje pelo Ministério Público (1999, p.11-12). Registros do período mostram que esses funcionários, entre outras coisas, precisavam proteger cidadãos pacíficos, acolher pedidos

contra perseguições, proteger viúvas e órfãos, indicar disposições legais e buscar a verdade na solução de pendengas. Em Roma, os antepassados do Ministério Público são identificados por alguns estudiosos entre grupos distintos de funcionários ligados ao imperador. É o que mostra José Narciso da Cunha Rodrigues, ex-procurador-geral de Portugal.

São cinco as instituições do direito romano em que a generalidade dos autores vê traços de identidade com o Ministério Público: os *censores*, vigilantes gerais da moralidade romana; os *defensores das cidades*, criados para denunciar ao imperador a conduta dos funcionários; os *irenarcas*, oficiais de polícia; os *presidentes das questões perpétuas*; e os *procuradores dos cesares*, instituídos pelo imperador para gerir os bens dominiais. (grifos originais , RODRIGUES apud SAUWEN FILHO, 1999, p.25-26)

Tanto Rodrigues quanto Sawen Filho vêm nas atribuições dos funcionários romanos um serviço basicamente direcionado à proteção e auxílio do imperador e de seus interesses, o que distanciaria esses funcionários das atribuições do Ministério Público - que em muitas situações trilha por um caminho oposto -, mas a estrutura de funcionamento das instituições romanas e gregas guarda semelhanças com a do Ministério Público. Em relação às origens francesas, há uma convergência grande de pesquisadores e juristas. Entre eles está a pesquisadora e funcionária do Ministério Público no Distrito Federal Ana Queiroz.

Segundo a maior parte da doutrina jurídica, o Ministério Público tem como origem a França, onde a figura do procurador de Justiça aparecia com o nome de procurador e advogado do rei: funcionários incumbidos da defesa dos interesses do monarca perante os tribunais, principalmente em relação ao fisco e à intenção de deter o crescimento do poder dos senhores feudais. Eram também os fiscais da Justiça e da polícia (QUEIROZ, 2000, p.22)

Foi com um decreto datado de 25 de março de 1302 que Felipe, o Belo<sup>21</sup>, reuniu esses dois grupos de funcionários, os procuradores e os advogados, em uma única instituição. Os séculos que se seguiram produziram mudanças no modelo, e a instituição deixou de cuidar apenas dos interesses dos soberanos franceses e se dedicou também à defesa do próprio Estado (SAUWEN FILHO, 1999, p.38). O Ministério Público francês correu risco de ser extinto pela Revolução Francesa de 1789, pois na visão de populares estava se dedicando mais a proteger as regalias da coroa que a defender interesses públicos, mas os líderes do movimento acabaram optando por alterá-lo ao invés de fazer a eliminação.

As modificações previstas pela Assembléia Nacional Constituinte de 1789 foram orientadas para retirar do Ministério Público a natureza política que até então desfrutava, para torná-lo um simples órgão judiciário. (Ibiden, p. 42).

Foi esse modelo modificado que influenciou a estruturação do Ministério Público em diversos outros países ocidentais, inclusive o Brasil.

### **2.6.1 – O Ministério Público no Brasil**

Para Sauwen Filho, o embrião do Ministério Público brasileiro surgiu no dia 7 de março de 1609, ainda na fase colonial, quando foram criados os cargos do Procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, que atuava diretamente ligado ao imperador, e do Promotor de Justiça, a quem competia velar pela integridade da Jurisdição Civil. A Constituição Portuguesa de 1822, que vigorou no Brasil, reconheceu a legitimidade do Promotor de Justiça. Depois da proclamação da independência, em 1822, a constituição de 1824 mencionou em seu artigo 48 a atuação do Procurador da Coroa e Soberania Nacional. “No Juízo dos crimes, cuja acusação não pertence á

---

<sup>21</sup> Felipe IV, rei da França (1268-1324).

Camara dos Deputados, accusará o Procurador da Corôa, e Soberania Nacional.” (CAMPANHOLE; CAMPANHOLE, 1978, p. 656, grafia original)

A instituição que se transformaria no Ministério Público atual sofreu algumas modificações ainda durante a monarquia, e a primeira constituição republicana, de 1891, mencionou em seu artigo 58 o cargo de Procurador Geral da República. A menção foi feita dentro da seção III, que tratava do Poder Judiciário. “O Presidente da Republica designará, dentre os membros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da Republica, cujas atribuições se definirão em lei.” (Constituição de 1891, p. 399, grafia original)

No entanto, foi somente a partir de 1934 que o Ministério Público “passou a ser tratado como instituição, aparecendo em seção própria e dentro de um capítulo relativo aos três poderes” (QUEIROZ, 2000, p.23).

As constituições que se seguiram produziram mudanças, de dimensões distintas, nas funções e estruturas do Ministério Público. As mais importantes para este estudo são as alterações produzidas pelas últimas constituições. Pela Constituição de 1967, o Ministério Público era um órgão do Poder Judiciário. Depois, na de 1969, passou a pertencer ao Poder Executivo. Com essa subordinação, necessitava de uma requisição do ministro da Justiça em vários tipos de ações, o que era conveniente a um regime ditatorial como o que havia se imposto pelo golpe de 1964.

Pela Constituição de 1988, a atual, o Ministério Público passou a não pertencer a nenhum dos três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Ministério Público ganhou nessa Carta uma seção específica, e a garantia de independência foi dada pelo artigo 127: “Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa (...)”. (Constituição, 1988, p.90). O artigo seguinte reforça a independência de promotores e

procuradores dando a eles garantias como a vitaliciedade, a inamovibilidade, salvo por decisão de órgão colegiado, e a irredutibilidade de vencimentos.

Ao contrário da Constituição de 1969, promulgada durante o regime militar, a Constituição de 1988 entrou em vigor já em um governo civil e às vésperas de uma eleição presidencial direta. Os avanços que o novo texto constitucional representou para o Ministério Público são considerados por juristas exemplo do espírito democrático que se expandia pelo país. É o caso de Mazzili: “Há estreita ligação entre a democracia e um Ministério Público forte e independente”. (1989, p.49). E de Moraes:

A Constituição atual situa o Ministério Público em capítulo especial, fora da estrutura dos demais poderes da República, consagrando sua total autonomia e independência e ampliando-lhe as funções, sempre em defesa dos direitos, garantias e prerrogativas da sociedade. (MORAES, 2002, p.1513)

O artigo 129 da Constituição de 1988 lista as funções institucionais do Ministério Público, reforçadas com a autonomia dada na nova Carta. Uma das principais é a defesa da cidadania e do patrimônio público. Isso está descrito no inciso II: “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”. (Constituição 1988, p.92).

Para poder cumprir suas incumbências, o Ministério Público ganhou novos poderes que lhe permitem, sem necessidade de nenhuma autorização de outro órgão ou instituição, requisitar investigações e instalação de inquéritos policiais, exigir a entrega de documentos, expedir notificações, colher depoimentos e tomar outras providências.

Apesar de as novas funções do Ministério Público terem sido aprovadas no texto da Constituição de 1988, só nos anos seguintes as alterações começaram realmente a ser colocadas em prática. A

regulamentação dos novos poderes foi feita pela lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e também foi preciso alterar a estrutura do Ministério Público e fazer novas contratações. Hoje o Ministério Público é formado pelo Ministério Público da União, que se subdivide em Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios, e pelo Ministério Público dos estados. Para este estudo, interessa de forma especial a atuação dos procuradores da República – que, na esfera do Ministério Público Federal, investigam denúncias de irregularidades envolvendo autoridades e interesses da União - e dos promotores - que pertencem ao Ministério Público dos estados e em muitas situações também investigam autoridades, só que em nível estadual.

Também graças ao novo texto constitucional, a hierarquia dentro do Ministério Público só existe no plano administrativo, não no funcional. Assim, promotores e procuradores não podem receber ordens para suspender algum tipo de investigação ou mudar a forma como ela está sendo conduzida. “Nem seus superiores hierárquicos podem ditar-lhes ordens no sentido de agir desta ou daquela maneira dentro do processo.” (MORAES, 2002, p.1.517)

Depois de as mudanças necessárias terem sido concluídas, a partir de meados da década passada, promotores e procuradores começaram a atuar, de forma sem precedentes no Ministério Público, no controle da atividade de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O órgão parece, com isso, estar se adequando ao espírito que para alguns juristas permeou as mudanças inseridas na Constituição.

A opção do constituinte de 1988 foi, sem dúvida, conferir um elevado *status* constitucional ao Ministério Público, quase erigindo-o a um *quarto Poder*: desvinculou a instituição dos Capítulos do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário (...).” (MAZZILLI, 1989, p.46, grifos originais)

A coincidência do uso, para definir o Ministério Público, da expressão “quarto poder”, historicamente usada para referir o trabalho da imprensa, é sintomática, como se verá adiante.

### **2.6.2 – O surgimento da superfonte**

O fato de a Constituição de 1988 ter definido como características da atuação de promotores e procuradores do Ministério Público a autonomia, a inexistência de subordinação funcional e a incumbência de proteger o patrimônio público e social - o que os botou no rastro de irregularidades praticadas por autoridades - transformou esses profissionais em fontes jornalísticas privilegiadas. Por causa dessas características, promotores e procuradores têm uma série de vantagens como fontes jornalísticas em relação até a outros profissionais que também investigam, como policiais e fiscais de determinados órgãos de governo, que são subordinados aos poderes executivos municipais, estaduais ou federal. Por conta dessa subordinação, não é muito freqüente a Polícia Civil repassar para jornalistas o resultado parcial de uma investigação que comprometa um político ligado ao governador ou a partidos que o sustentam no poder. O mesmo ocorre com policiais federais em relação a autoridades do governo federal. Muitas vezes acontece esse tipo de vazamento, mas são exceções, pois o controle das investigações feitas por policiais é rígido. Ao contrário de um procurador, um delegado de polícia que divulgar uma informação considerada incômoda por governantes pode ser transferido, afastado da investigação ou sofrer algum outro tipo de punição. Com autonomia e sem risco de represálias de superiores, os procuradores e promotores do Ministério Público podem repassar à imprensa o que quiserem. Na prática, os integrantes do Ministério Público podem agir com a independência que teoricamente os jornalistas possuem e com o poder de investigação que os policiais têm.

Há diversos outros componentes que fazem procuradores e promotores se tornarem ótimas fontes para repórteres. Um fundamental é o fato de os investigadores do Ministério Público estarem a serviço de uma instituição pública e, por conseqüência, serem o que na rotina jornalística é denominado fontes oficiais ou institucionais. As fontes oficiais são assim definidas pelo estudioso Nilson Lage:

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc. (LAGE, 2001, p.63)

Na avaliação de Wolf, credibilidade e produtividade são alguns dos principais critérios que levam um jornalista a procurar determinada fonte e, de forma freqüente, a optar pelas fontes oficiais. Ao se ver a descrição feita pelo autor desses critérios, pode-se concluir que integrantes do Ministério Público se adaptam muito bem a eles.

A produtividade, por seu lado, diz respeito às razões pelas quais, normalmente, prevalecem as fontes institucionais: é que elas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, permitindo, assim, que os órgãos de informação não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obterem os dados ou os elementos necessários. A produtividade associa-se não só ao tipo e à qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas também à necessidade que o órgão de informação tem de limitar – em igualdade de condições – o número de fontes a consultar, de forma a não ter custos demasiado elevados e prazos demasiado dilatados. Tendencialmente, as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras a essas necessidades organizativas das redacções. O factor da credibilidade está ligado à observação anterior: do ponto de vista dos jornalistas, as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controlo. Caso contrário, a notícia teria de ser verificada a partir de, pelo menos, duas fontes diferentes, mas se a informação puder ser explicitamente atribuída a uma única fonte, o problema da credibilidade passa do jornalista para a fonte explicitamente citada na notícia. Do ponto de vista dos procedimentos produtivos jornalísticos, as fontes estáveis, institucionais, acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e também ela rotinizada. (Wolf, 1999, p. 225)

O sociólogo norte-americano Michael Schudson reforça essa idéia tratando como “tendência” o fato de as notícias serem dependentes da

legitimação de fontes oficiais (2003, p.54). No que se refere às fontes institucionais, Adghirni endossa a opinião de Wolf.

Concordamos com a hipótese de Wolf de que, a vantagem de se trabalhar com fontes institucionais é que elas fornecem materiais credíveis e suficientes para se fazer a notícia, permitindo assim que os órgãos de informação não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obterem os dados ou elementos necessários. (ADGHIRNI, 1997, p.455).

Waisbord lembra que, mesmo entre as fontes oficiais, existem algumas que ganham maior ou menor prestígio entre os jornalistas. As que ganham maior prestígio costumam ser aquelas que reúnem pelo menos uma destas características: 1) têm muita informação; 2) são próximas a suspeitos; 3) assumem ter conhecimento sobre corrupção; ou 4) conseguem em primeira mão informação sobre investigações judiciais ou parlamentares (2000, p.100). Bem, as fontes do Ministério Público reúnem todas essas características. Pelo trabalho que fazem, promotores e procuradores têm muita informação e estão muito próximos a suspeitos, ainda que ao contrário do que ocorre com políticos não sejam amigos ou colegas dos acusados. Ao tomarem depoimentos e acompanharem operações policiais, por exemplo, procuradores e promotores têm um acesso privilegiado ao que dizem os suspeitos. Em segundo lugar, é evidente que os membros do Ministério Público, graças em grande parte ao que foi traçado pela Constituição de 1988 e por sua regulamentação, têm conhecimento sobre práticas de corrupção. E, por último, o acesso de procuradores e promotores a investigações é facilitado tanto pelo fato de serem eles que encabeçam grande parte das investigações quanto pela prerrogativa legal que têm de acompanhar o trabalho de policiais.

Uma outra característica que faz de promotores e procuradores fontes muito atraentes para jornalistas está ligada à peculiaridade do trabalho dos integrantes do Ministério Público. Pelo que fazem, procuradores e

promotores têm acesso a informações que normalmente só estão disponíveis a autoridades que não têm interesse em divulgá-las, como ministros, secretários e, algumas vezes, delegados de polícia. Assim, os integrantes do Ministério Público dão um rótulo oficial para alguma informação – quando uma denúncia aparece em relatório de um procurador já passa a ser considerada documentada –, mas ao contrário de outras autoridades costumam ter grande interesse em sua divulgação.

Ao divulgar uma informação imputada ao Ministério Público, um repórter pode com facilidade utilizar a chamada “regra da atribuição”, que permite afirmar algo por meio de uma fonte à qual se atribui a informação. Conforme o professor norte-americano Philip Meyer, essa é uma das principais “regras pragmáticas” usadas por jornalistas na busca de imparcialidade, equilíbrio e objetividade.

Como a maior parte das coisas boas, a regra da atribuição pode ser perigosa quando levada longe demais. Quando aplicada compulsivamente, pode levar o repórter a esquecer a responsabilidade do jornalista de ir atrás das fontes e fazer uma verificação independente de sua validade. (MEYER, 1989, p.86)

O jornalista e pesquisador Eugênio Bucci aponta um outro problema no relacionamento entre repórteres e fontes:

Ser independente da fonte é um desafio clássico e já bastante conhecido. Trata-se de não permitir que a proximidade necessária entre o repórter e sua fonte se transforme na cooptação do repórter pela fonte: sem notar, o primeiro começa a adotar os pontos de vista da segunda, começa a usar o seu linguajar e a desenvolver espontaneamente raciocínios que não são próprios nem do veículo em que ele trabalha nem do público ao qual ele se dirige, mas dela, fonte. (BUCCI, 2003, p. 197)

A publicação de investigações do Ministério Público não implica, necessariamente, um risco maior ou menor para o jornalista em relação à publicação de investigações feitas por outros profissionais que não sejam os próprios jornalistas. De qualquer forma, a divulgação de qualquer tipo de

investigação que não tenha tido uma participação ativa do repórter carrega em si a possibilidade, como apontado por Kovach e Rosenstiel (2003) e referido na seção 2.1, de o jornalista ser manipulado ou ter acesso a somente uma parte do material. É um perigo que está ligado ao fato de as fontes também funcionarem como *gatekeepers*, como explica Sousa.

As fontes, uma vez que são, de alguma forma, e quase sempre, *gatekeepers* externos aos órgãos de comunicação social, são também, talvez, o factor externo aos *media* em que se pode atentar de imediato. Eles seleccionam as informações que passam às organizações noticiosas e aos jornalistas, quando estes não têm experiência directa do que ocorre. Consequentemente, podem mobilizar – ou não – a atenção do jornalista, co-determinando se um assunto será ou não agendado e, por consequência, se uma mensagem passará ou não o “portão”. (Sousa, 2000, p.61)

Ainda que o foco principal deste estudo seja a imprensa, é importante fazer ao menos uma menção a como integrantes do Ministério Público vêem a relação com jornalistas. Em sua pesquisa para doutoramento na Universidade de Barcelona, o promotor Bruno Amaral Machado investigou essa relação em entrevistas com procuradores.

Diversos membros compartilham a visão do que deve ser o MP: punir grupos privilegiados que parasitam o Estado e ampliar o acesso de setores vulneráveis à justiça. A grande exposição à imprensa é abertamente defendida como importante arma a ser utilizada pelo “novo” MP. (MACHADO, 2004. p.69)

Machado identificou dentro do Ministério Público duas correntes distintas no que se refere à relação com a imprensa: uma das que defendem a “radicalização” das conquistas da Constituição de 1988 e, para isso, apostam no contato com jornalistas; outra das que temem “uma exagerada politização e exposição à mídia, abandonando-se a função tradicional do MP como instituição responsável pela ação penal”. (Ibidem, p.69) Machado detectou avaliações distintas entre os integrantes do Ministério Público sobre as relações com a imprensa. Colheu depoimentos de procuradores que falam em “parceria” com jornalistas, mas também

ouviu preocupações com o trabalho da imprensa e os limites éticos da relação entre integrantes do Ministério Público e repórteres.

Neste capítulo, antes da revisão bibliográfica sobre as mudanças no Ministério Público e sobre a história do jornalismo investigativo, foram apresentadas definições que permitem distinguir uma reportagem investigativa - feita com a investigação do próprio jornalista - de uma reportagem sobre investigações - que tem como base investigações oficiais realizadas por autoridades. É a partir dessa distinção que será feita a análise dos dados. Para obtê-los, foi usada a metodologia que será detalhada no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 3

# METODOLOGIA

---

---

Como antecipado na seção 1, o *corpus* escolhido para a pesquisa são as três maiores revistas informativas brasileiras, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Essa escolha se deve, em parte, ao fato de a periodicidade semanal das revistas permitir que a pesquisa abranja um período relativamente longo de tempo sem a necessidade de análise de um número exagerado de publicações, o que ocorreria se o *corpus* escolhido fossem jornais diários, por exemplo. A escolha também se deve ao fato de, como se viu na seção 2.3 em meio à apreciação da literatura sobre o tema, as revistas terem tomado a frente nos últimos anos do processo de publicação de reportagens envolvendo denúncias sobre irregularidades praticadas por autoridades públicas.

Neste estudo são analisadas reportagens publicadas pelas revistas nos anos de 1989, 1994, 1998 e 2002. Trata-se dos quatro primeiros anos em que houve eleição para a Presidência da República desde o início do processo de redemocratização, ao final do regime militar. A escolha pelos

anos de eleição presidencial está ligada ao fato de o pleito tornar os anos comparáveis. Por outro lado, é entre os dois extremos desse período - os anos de 1989 e 2002 - que, como se viu na seção 2.6.1, o Ministério Público assumiu novas funções e ganhou uma autonomia e independência sem precedentes. Assim, a pesquisa permite a comparação de reportagens feitas antes dessa mudança no Ministério Público com as publicadas durante a mudança e posteriormente a ela. Em cada um desses anos, são analisadas as reportagens publicadas nos primeiros semestres. O período de seis meses de cada ano é considerado representativo e suficiente para o estudo, e o primeiro semestre foi o escolhido, ao invés do segundo, para evitar que a amostra pudesse ser exageradamente contaminada pela troca de acusações entre candidatos às vésperas das eleições, que muitas vezes ocorre em forma de denúncias publicadas na imprensa.

As análises das publicações nos anos das duas primeiras eleições presidenciais, 1989 e 1994, são feitas sobre as revistas *Veja* e *IstoÉ*, já que a revista *Época* ainda não havia sido lançada. O levantamento referente aos anos eleitorais de 1998 e 2002 inclui as três publicações. No entanto, como ser verá no próximo capítulo, *Época* começou a circular já no final do primeiro semestre de 1998. Com isso, a pesquisa trabalha com 52 publicações de 1989, 52 de 1994, 58 de 1998 e 78 de 2002. Isso equivale a um *corpus* total de 240 edições das três revistas.

Quando da análise das reportagens com denúncias, para ser feita a distinção entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações, foram usadas ferramentas de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Foi criada uma categoria, como será detalhado no próximo capítulo, de reportagens sobre investigações e uma outra de reportagens investigativas.

Por último, foram realizadas entrevistas com jornalistas. A intenção básica das consultas era saber se entre eles havia a percepção do aumento

na publicação de reportagens sobre investigações, tema central deste estudo. No caso de eles terem percebido o aumento, as entrevistas buscavam coletar entre esses profissionais opiniões sobre as razões para o acréscimo. As entrevistas foram montadas a partir de uma única pergunta, enviada por e-mail para os jornalistas<sup>22</sup>.

Por não se tratar de uma pesquisa científica que buscasse a opinião média da categoria dos jornalistas sobre um fenômeno, não houve uma seleção de amostragem científica, na qual fossem levados em conta critérios como idade, anos de experiência profissional, sexo, local de trabalho, formação acadêmica ou tipo de veículo de comunicação no qual o jornalista atua. De qualquer forma, a escolha da amostra levou em conta algumas preocupações:

- 1) todos os entrevistados precisavam estar no momento da entrevista trabalhando em redações de veículos impressos, já que é desse tipo de meio de comunicação que foi tirado o *corpus* deste estudo;
- 2) todos precisavam ter atuado em redações durante o período do *corpus* escolhido na pesquisa, entre 1989 e 2002;
- 3) parte dos entrevistados precisava trabalhar como repórter, para se garantir o ponto de vista de quem efetivamente faz a apuração jornalística;
- 4) parte dos entrevistados precisava trabalhar como chefe de equipe ou editor, para se garantir o ponto de vista de quem é responsável pelo trabalho dos repórteres;
- 5) precisava haver, entre os entrevistados, profissionais das três revistas que compõem o *corpus* da pesquisa, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*;

---

<sup>22</sup> A única exceção foi Ricardo Kotscho, que foi entrevistado pessoalmente no dia 7 de setembro de 2006, em Brasília, no período em que trabalhava como colaborador de *O Globo*.

- 6) a maior parte dos entrevistados deveria atuar em Brasília, já que o *corpus* da pesquisa é formado por reportagens produzidas na capital federal.

A partir desses pré-requisitos, foram enviadas perguntas para 30 jornalistas. Desses, 15 responderam ao questionamento, grupo que contemplou todos os pré-requisitos. Os jornalistas entrevistados foram<sup>23</sup>:

- 1- Alexandre Oltramari, de *Veja*
- 2- Ana Maria Campos, do *Correio Braziliense*;
- 3- André Petry, de *Veja*;
- 4- Andrei Meireles, de *Época*;
- 5- Demétrio Weber, de *O Globo*;
- 6- Fernando Rodrigues, da *Folha de S.Paulo*;
- 7- Gerson Camarotti, de *O Globo*;
- 8- Gustavo Krieger, do *Correio Braziliense*;
- 9- Hugo Marques, de *IstoÉ*;
- 10- Lúcio Vaz, do *Correio Braziliense*;
- 11- Luiz Alberto Weber, de *O Estado de S.Paulo*;
- 12- Rubens Valente, da *Folha de S.Paulo*;
- 13- Ricardo Kotsho, de *O Globo*;
- 14- Rudolfo Lago, de *IstoÉ*;
- 15- Vivaldo de Sousa, da *Folha de S.Paulo*.

Neste capítulo foi explicada a metodologia utilizada para a coleta dos dados que serão analisados a seguir.

---

<sup>23</sup> O veículo listado ao lado do nome de cada jornalista era aquele para o qual o profissional estava trabalhando no momento da entrevista.

## CAPÍTULO 4

# ANÁLISE DOS DADOS

---

Aqui são analisadas, conforme antecipado nos capítulos 1 e 3, reportagens publicadas pela revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* nos primeiros semestres dos anos de 1989, 1994, 1998 e 2002. Para se fazer o levantamento desejado neste estudo, foram criados alguns filtros para a análise de reportagens de forma que fossem consideradas apenas aquelas que são reportagens investigativas, se parecem ou podem ser confundidas com elas. A intenção da filtragem também era separar as reportagens que têm por objeto principalmente irregularidades relacionadas a autoridades – que como se viu é o viés principal do jornalismo investigativo no continente americano nas últimas décadas - de matérias de cunho policial e outras. Os filtros fizeram com que, para a análise final, só fossem levadas em consideração as reportagens que tivessem todas as características a seguir:

1) reportagens produzidas pelas sucursais das revistas em Brasília. A separação foi feita porque as reportagens que tratam de irregularidades de autoridades são, em sua maioria, produzidas pelas sucursais brasilienses das revistas. Se fossem consideradas matérias dessas revistas produzidas em outras unidades da federação, reportagens sobre narcotráfico e outros crimes gerariam distorções na amostra. A produção pela sucursal de Brasília foi definida a partir da autoria da matéria, sendo consideradas da sucursal todas as matérias assinadas por pelo menos um repórter da sucursal;

2) reportagens publicadas na editoria de Brasil em cada uma das três revistas. Trata-se da editoria nobre, que ocupa espaço no começo das revistas e na qual costumam ser publicadas todas as reportagens sobre irregularidades envolvendo autoridades. O filtro deixa de fora possíveis reportagens sobre comportamento ou cultura que por ventura possam ser produzidas por jornalistas das sucursais de Brasília, ainda que não seja comum a produção desse tipo de matérias por repórteres das revistas instalados na capital federal<sup>24</sup>;

3) reportagens exclusivas ou que têm algum elemento importante exclusivo. Com isso, a repetição por essas revistas de denúncias divulgadas durante a semana por jornais e redes de televisão é descartada;

4) reportagens com denúncias. Esse critério elimina reportagens factuais, como uma que trate de reforma ministerial ou do lançamento de um novo programa governamental.

Assim, de forma sintética, para a análise final da pesquisa foram consideradas todas as reportagens exclusivas com denúncias produzidas

---

<sup>24</sup> Tradicionalmente as equipes das sucursais de *Época*, *IstoÉ* e *Veja* em Brasília fazem a cobertura jornalística de assuntos relacionados a autoridades do governo, do Congresso Nacional e do Judiciário.

pelas sucursais em Brasília e publicadas na principal editoria de *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, as três maiores revistas informativas do país.

Como mencionado no capítulo 3, a análise das reportagens implicou a criação de duas categorias. A primeira é a categoria de reportagens investigativas. Nela se enquadram as reportagens com denúncias que passaram por todos os filtros citados acima e não têm nenhum elemento que revele serem fruto de investigações oficiais, feitas por autoridades. Assim, são consideradas reportagens investigativas aquelas clássicas, que são fruto da investigação do próprio repórter.

A outra categoria é a das reportagens sobre investigações. Nesse grupo são enquadradas as reportagens que divulgam o trabalho de investigação de autoridades, conforme foi detalhado na seção 2.1. Só são consideradas reportagens sobre investigações aquelas que mostram isso de forma clara no texto. Uma reportagem que possa ter se originado em uma investigação oficial, mas que não explicita essa origem, não será considerada uma reportagem sobre investigações. Para a construção dessa categoria foi levado em conta o fator presença/ausência da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Assim, reportagens com a presença de expressões que deixam clara sua origem em investigações oficiais foram consideradas reportagens sobre investigações. Já reportagens em que essas expressões estão ausentes não foram consideradas reportagens sobre investigações e entraram para a categoria de reportagens investigativas.

Essa metodologia implica alguns riscos de distorções que podem 'enganar' a categorização e fazer com que determinada reportagem sobre investigações seja enquadrada como reportagem investigativa e vice-versa. É possível que em determinados casos uma autoridade – um policial ou um fiscal, por exemplo – tenha passado a jornalistas informações de uma investigação em andamento, mas tenha solicitado a omissão de qualquer

indício sobre a origem dos dados, por medo de represálias ou qualquer outra razão. Nesse caso, se trataria de uma reportagem sobre investigação que neste estudo seria classificada como reportagem investigativa.

É também possível ocorrerem casos em que jornalistas descobrem determinado fato, mas, para se protegerem contra processos ou ataques de denunciados, passam essa informação para alguma autoridade, que aceita criar uma investigação formal, fato que é retratado na reportagem. Nesse caso, se trataria de uma reportagem investigativa que neste estudo seria classificada como uma reportagem sobre investigação.

Outra possibilidade é um repórter ter recebido uma espécie de dossiê com documentos e provas que embasem uma denúncia e publicado uma reportagem com essas informações. Não se trata de uma reportagem sobre investigação – já que para isso teria de haver uma investigação oficial, de alguma autoridade -, tampouco é uma reportagem investigativa, já que o jornalista recebeu o material pronto, não fez ele próprio a investigação. Nesse caso, seria uma reportagem não-investigativa que neste estudo seria classificada como investigativa.

Para tentar evitar essas distorções seria necessário um levantamento sobre a produção de cada uma das reportagens com denúncias exclusivas. Além de hercúleo, o trabalho poderia ser infrutífero, já que muitas vezes, por necessidade profissional, o processo de produção de reportagens e a relação entre jornalistas e fontes são mantidos sob sigilo. De qualquer forma, os casos que poderiam gerar distorções na classificação são raros e não têm potencial suficiente para comprometer os resultados encontrados e demonstrados a seguir.

#### 4.1 – Reportagens com denúncias em 1989

Em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta depois do golpe militar de 1964, as revistas *Veja* e *IstoÉ* produziram em suas sucursais brasilienses dezenas de matérias jornalísticas. As publicações adotavam um modelo de edição com diversas matérias pequenas, algo que mudaria um pouco nos anos seguintes. Nos seis primeiros meses do ano, *Veja* produziu em Brasília, para publicação na editoria de abertura da revista, um total de 97 matérias. Dentro dos mesmos critérios, *IstoÉ* produziu outras 73 matérias. Em um volume expressivo como esse, de 170 matérias, as reportagens com denúncias não foram muito numerosas. No total, foram oito, sendo cinco de *Veja* e três de *IstoÉ*.

Como se viu na seção 2.3, o jornalismo investigativo, como tendência, havia aparecido no Brasil apenas alguns anos antes e com uma característica forte de mirar irregularidades praticadas por autoridades e funcionários públicos. O ano de 1989 mostra claramente essa linha. Das oito matérias com denúncias publicadas no primeiro semestre pelas duas revistas, seis se dedicaram a abordar ilegalidades e imoralidades na contratação de funcionários para o serviço público e em outras atitudes relacionadas a desperdício de dinheiro dos contribuintes. Era um teor moralizador da máquina administrativa, que já vinha marcando o jornalismo desde o início do governo de José Sarney (1985-1990) e que agora aparecia potencializado. Era um ano eleitoral, e essa discussão apareceria também nas urnas, com a vitória mais tarde para a Presidência da República de Fernando Collor de Mello (1990-1992), cujas primeiras e importantes aparições na mídia nacional estiveram ligadas ao combate a altos salários e a outras supostas mordomias de servidores públicos<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Foi nessa época que servidores públicos com salários altos ou outros benefícios ficaram conhecidos como ‘marajás’. Em Brasília, atrativos dados a funcionários públicos – como moradia e pagamento de despesas – remontam ao período de criação da nova capital, na década de 1960, quando era difícil convencer servidores do governo federal a deixarem o Rio de Janeiro e se mudarem para o Planalto Central.

A revista *IstoÉ* publicou na edição de 11 de janeiro uma matéria com o título 'Trem do Norte', na qual afirmava que o então ministro da Administração, Aluizio Alves, estava preparando uma substituição do regime de contratação de servidores da União que, de forma indireta, implicaria a legalização de uma imoralidade. Com a medida, seriam efetivados amigos e parentes do ministro contratados sem concurso.

Os celetistas passariam, agora, a estatutários, com direitos a todos os benefícios previstos em lei, como aposentadoria integral, licença especial e a tão sonhada estabilidade no emprego. (*IstoÉ*, 11/01/1989, p.20)

Segundo a reportagem, um filho, um neto e outras pessoas ligadas a Alves seriam beneficiadas.

*Veja* apresenta sua primeira matéria do ano nessa linha moralizante logo em seguida, na edição de 25 de janeiro. A reportagem 'Negócio rápido' denuncia a compra sem concorrência pública de um prédio de 20 andares, pelo ministério da Reforma Agrária, às vésperas da extinção da pasta. No dia 1º do mês seguinte, *Veja* retoma a temática, dá mais informações sobre a compra do prédio – dessa vez detalhando empreiteiras beneficiadas e citando o à época suplente de deputado Sérgio Augusto Naya<sup>26</sup>. A reportagem, que tinha o título 'Rojões na saída', revelava ações de uma série de ministros que estavam deixando o cargo - em uma reforma no primeiro escalão feita por Sarney - que prejudicavam os cofres públicos. A revista retomava os casos de contratação de pessoas ligadas ao ministro Aluizio Alves, denunciados por *IstoÉ*, mas a reportagem também avançava sobre novas frentes, como o caso do ministro Prisco Viana, da Habitação e Bem Estar Social, que "em apenas dezesseis dias distribuiu 9,5 milhões de cruzados novos, 75% do total divididos entre municípios do interior da Bahia,

---

<sup>26</sup> Sérgio Naya é empresário da construção civil. Em 1998, o edifício Palace 2, erguido pela Sersan, construtora de Naya, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, desabou matando oito pessoas.

onde costuma recolher seus votos, e o interior do Maranhão, reduto eleitoral do próprio presidente” (*Veja*, 1º/02/1989, p.22).

A maior reportagem do primeiro semestre sobre irregularidades em contratações no serviço público foi divulgada na edição de *Veja* do dia 1º de março. Dessa vez, a revista dedicou sete páginas ao tema. O título era ‘A caça aos fantasmas’, e a reportagem abordava diversos casos de empreguismo e nepotismo em diversas instâncias do serviço público. A reportagem contava, por exemplo, que a Fundação Nacional do Índio tinha nove aviões e 50 pilotos e que o então Serviço Nacional de Informações (SNI) havia empregado uma mulher que acusava o ex-presidente João Figueiredo (1979.-1985) de ter sido seu amante quando ela era menor de idade. Na reportagem, houve o primeiro grande destaque dado pelas revistas naquele ano eleitoral ao então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Além de o político aparecer no texto principal da matéria, ele também ganhou um box com o título ‘A força das demissões’, que começava assim:

Com seu combate aos marajás e as providências que tomou para enxugar a máquina administrativa do Estado, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, é um exemplo acabado de político que ganha lobo com a austeridade – uma nova moeda em circulação no país. (*Veja*, 1º/03/1989, p.24)

Naquele início de 1989, pesquisas eleitorais mostravam Collor ainda bem atrás de outros candidatos como Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

No mesmo mês, no dia 8 de março, *Veja* fez de novo uma reportagem extensa, de oito páginas, sobre irregularidades envolvendo autoridades. A matéria ‘O mais novo suspeito’ reunia um pacote de ilegalidades atribuídas a Roberto Cardoso Alves, então ministro do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, e a pessoas ligadas a ele.

Entre os problemas listados estava uma suposta operação de exportação de café para a então União Soviética com o intuito de montar um caixa dois para campanhas eleitorais, irregularidades na exportação de açúcar, cobrança de propina e extorsão. A reportagem reunia algumas denúncias já mostradas durante a semana por outros veículos de imprensa e avançava em detalhes e acusações, com um texto bastante crítico.

Na realidade, o que há por trás dessas denúncias é a confirmação da pior desgraça que persegue o governo. A gestão de Sarney é um fracasso em matéria econômica, também é um desastre em matéria política. O que se descobre, agora, é que o governo é uma ruína em matéria de ministros. (Veja, 08/03/1989, p.25)

Ao final do primeiro semestre, *IstoÉ* publicou mais uma denúncia sobre a falta de austeridade no serviço público, dessa vez mirando o então governador nomeado do Distrito Federal, Joaquim Roriz, que nos anos posteriores voltaria três vezes ao cargo por eleições diretas<sup>27</sup>. A reportagem, com o título 'Tudo em família', mostrava que Roriz havia nomeado 11 parentes diretos e indiretos para cargos no governo.

No próprio dia em que tomou posse, a 20 de setembro do ano passado, Roriz nomeou o concunhado Vasco Pereira Ervilha para a chefia do Gabinete Civil, que ficou no cargo até março deste ano, quando foi indicado – e assumiu – à presidência do Banco Regional de Brasília. (*IstoÉ*, 21/06/1989, p.42)

A reportagem seguia listando os diversos outros familiares do governador e do próprio Ervilha que haviam sido alojados em cargos públicos sem concurso.

---

<sup>27</sup> Em 1988, ele foi nomeado governador do Distrito Federal pelo então presidente da República, José Sarney. Na época, ainda não havia eleição direta para o chefe do Executivo do DF. Depois, em 1990, ele foi eleito pela primeira vez pelo cargo, concorrendo pelo PTR (Partido Trabalhista Renovador). Voltou a se eleger em 1998, já pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e se reelegeu em 2002 pela mesma legenda

Das duas reportagens com denúncias publicadas no primeiro semestre de 1989 que não trataram de irregularidades relacionadas à máquina pública, a primeira, da edição de *Veja* de 15 de fevereiro, afirmava que um militante petista, José Alberto Saloes do Nascimento, havia organizado uma viagem para a Líbia, governada pelo ditador Muamar Kadafi. Entre outras coisas, a viagem incluiria treinamento militar. A outra reportagem foi publicada por *IstoÉ* na edição de 28 de junho e contava que o pedreiro Antônio Leutério dos Santos havia sido contratado pela empreiteira Servaz para trabalhar, sem carteira assinada e de forma irregular, no Sítio do Pericumã, pertencente ao então presidente da República, José Sarney.

Das oito reportagens com denúncias publicadas por *Veja* e *IstoÉ* em 1989, seis têm os pré-requisitos citados anteriormente que permitem enquadrá-las como reportagens investigativas. As outras duas são reportagens sobre investigações, já que divulgam casos que estavam sendo investigados por autoridades. Ver quadro 1, abaixo:

**QUADRO 1 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS EM 1989**

REVISTA	REPORTAGENS		TOTAL
	INVESTIGATIVAS	SOBRE INVESTIGAÇÕES	
<i>IstoÉ</i>	2	1	3
<i>Veja</i>	4	1	5
<b>TOTAL</b>	6 (75%)	2 (25%)	8 (100%)

Os dados do quadro acima mostram que três quartos das reportagens com denúncias em 1989, ou 75%, eram de fato fruto de investigação jornalística. O restante saiu de informações resultantes de investigações oficiais.

#### **4.1.1 – Reportagens investigativas em 1989**

Das seis reportagens investigativas publicadas pelas duas revistas, a metade trata de forma específica da contratação de servidores públicos, com ênfase para o nepotismo. São as já mencionadas na seção 4.1 ‘A caça aos fantasmas’, de *Veja*, e ‘Trem do Norte’ e ‘Tudo em família’, de *IstoÉ*. As demais matérias investigativas são todas de *Veja*: ‘Negócio rápido’, ‘Rojões na saída’ e ‘Viagem perigosa’. Nenhuma dessas seis matérias demonstra ter sido resultado do vazamento ou da divulgação formal de informações de alguma investigação em andamento.

#### **4.1.2 – Reportagens sobre investigações em 1989**

Cada uma das duas revistas produziu uma reportagem sobre investigação no primeiro semestre de 1989. A primeira foi ‘O mais novo suspeito’, publicada por *Veja* na edição de 8 de março de 1989. Como o texto da reportagem mostra, para apontar irregularidades praticadas pelo ministro Roberto Cardoso Alves a revista utilizou informações levantadas em investigações da Secretaria do Patrimônio da União e SNI. Esse uso aparece de forma clara em alguns trechos da reportagem, como no que cita a busca pelo SNI de detalhes sobre a suposta venda, por preços reduzidos, de 300 mil toneladas de açúcar pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Para tornar as coisas ainda mais complicadas, o Serviço Nacional de Informações, o SNI, investiga a possibilidade de que, por trás desse prejuízo, tenha ocorrido alguma espécie de irregularidade envolvendo altos funcionários do governo e grandes empresas de exportação, interessadas em ganhar com a diferença. (*Veja*, 08/03/1989, p. 19)

A referência à investigação da Secretaria do Patrimônio da União aparece já no segundo parágrafo da reportagem, quando é mencionada a

demissão de um funcionário do governo - Antonio Ricitelli, genro de Roberto Alves e suspeito de irregularidades -, e é repetida em outros trechos da matéria, como no que dá pormenores da tentativa de identificação dos responsáveis pelas irregularidades.

O que mais espanta na sindicância aberta sobre Antonio Ricitelli, contudo, não é apenas seu aspecto monetário – mas sociológico. Conforme as denúncias em mãos da Secretaria do Patrimônio da União, constantes da sindicância que resultou no fuzilamento do genro de Robertão, pedia-se dinheiro para quem o tinha – e também para pessoas que mal dispunham de verba para cobrir as contas do fim do mês. Outra novidade é que, segundo a sindicância, havia até mesmo uma pessoa especializada para esse tipo de atividade. Não se conhece, ainda, o nome desse sujeito. As investigações já conseguiram, no entanto, identificar como ele se apresentava a suas vítimas – pelo apelido caseiro de “Vavá”. (Veja, 08/03/1989, p. 21)

A reportagem da revista *IstoÉ* sobre investigações é ‘Drible na lei’, aquela já referida na seção 4.1 que mostra a contratação de um funcionário sem carteira assinada para trabalhar no sítio do então presidente José Sarney. A reportagem foi retirada de um processo que corria na Justiça do Trabalho, ou seja, de uma investigação em andamento. A referência aparece de forma clara na reportagem, inclusive com o número do processo consultado.

#### **4.1.2.1 – Fontes de reportagens sobre investigações em 1989**

Ainda que só duas reportagens sobre investigações tenham sido publicadas pelas duas revistas no primeiro semestre de 1989, houve uma razoável diversidade de fontes para obtenção das informações. Ver quadro 2, a seguir:

**QUADRO 2 – FONTES DE REPORTAGENS SOBRE  
INVESTIGAÇÕES EM 1989**

<b>REPORTAGEM</b>	<b>FONTE</b>
1- O mais novo suspeito	SNI e Secretaria do Patrimônio da União
2- Drible na lei	Justiça do Trabalho

Uma das reportagens, como visto, teve duas fontes.

**4.1.2.2 – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1989**

Como se discorreu ao longo desta tese, as reportagens sobre investigações resultam do recebimento, por jornalistas, de informações sobre investigações em andamento feitas por autoridades. Quando levada em consideração apenas a fonte principal de cada uma das reportagens sobre investigações publicadas pelas revistas em 1989, é possível definir dentre as autoridades responsáveis por investigações nos três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – e no Ministério Público quais são as origens de cada uma das reportagens. Ver quadro 3, a seguir:

### QUADRO 3 – ORIGEM DAS FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1989

REPORTAGEM	ORIGEM DA FONTE
1- O mais novo suspeito	Poder Executivo
2- Drible na lei	Poder Judiciário

Assim, no ano de 1989 não houve reportagens sobre investigações com origem no Poder Legislativo nem no Ministério Público, que, como se viu na seção 2.6, é um órgão autônomo e independente dos três poderes.

#### 4.2 – Reportagens com denúncias em 1994

Ao contrário do que ocorreu em 1989, quando quase a totalidade das reportagens com denúncias publicadas por *Veja* e *IstoÉ* estavam relacionadas a irregularidades na contratação de servidores e a outros problemas relacionados ao mal uso do dinheiro público, em 1994, ano da segunda eleição presidencial depois do fim da ditadura militar, não há um tema predominante nas matérias investigativas e sobre investigações das duas revistas. Reportagens sobre problemas com o uso de verbas públicas continuaram aparecendo, mas já dividiram espaço com denúncias envolvendo espionagem e crimes econômicos. Ainda assim, permaneceu o direcionamento da maioria das reportagens para o mau comportamento de autoridades, fato que marca denúncias jornalísticas a partir da

redemocratização. A disputa presidencial daquele ano foi polarizada por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que havia sido ministro no governo de Itamar Franco e acabou ganhando as eleições ao centralizar sua campanha no Plano Real<sup>28</sup>, o plano econômico que ajudara a implementar para debelar a inflação.

Nos seis primeiros meses de 1994, as duas revistas deram destaque a matérias mostrando tipos distintos de espionagem clandestina. São quatro matérias, duas de cada uma das publicações semanais. A primeira, publicada por *IstoÉ* na edição do dia 9 de fevereiro com o título ‘Sob proteção do SNI’, trata da ligação de agentes daquele órgão de inteligência com o desaparecimento – que mais tarde se revelaria como um assassinato – de Ana Elizabeth Lofrano dos Santos, mulher de José Carlos Alves dos Santos. Ele era funcionário do Congresso e estava envolvido num esquema de desvio de verbas por meio de emendas ao Orçamento da União feitas por um grupo de parlamentares que ficaram conhecidos pela alcunha de ‘anões do Orçamento’<sup>29</sup>. Segundo a reportagem de *IstoÉ*, agentes e ex-agentes do SNI estariam tentando proteger Santos.

Em nenhum momento do processo as interferências de pessoas vinculadas ao SNI estiveram tão presentes como na tentativa de despistar a verdadeira apuração do caso, com a informação de que Ana Elizabeth estaria viva e morando em Nova York. E nesse aspecto as suspeitas de envolvimento de ex-agentes de informações levam a uma aproximação inevitável, até porque pública, entre os seus objetivos e o de

---

<sup>28</sup> Plano econômico que, entre outras coisas, criou a paridade entre as moedas brasileira e norte-americana, com R\$ 1 valendo US\$ 1.

<sup>29</sup> Em 1993, foi descoberto um esquema pelo qual parlamentares recebiam propina para favorecer empreiteiras na liberação de recursos do Orçamento da União e também desviavam verbas para entidades de assistência social fantasmas. Foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso. O relatório da comissão acusou 18 parlamentares. Desses, seis foram cassados, quatro renunciaram e oito foram absolvidos. Como a maior parte dos acusados tinha baixa estatura, o grupo ficou conhecido como ‘anões do Orçamento’. Os principais parlamentares envolvidos eram Genebaldo Correia, Ibsen Pinheiro, João Alves, Manoel Moreira, Raquel Cândido e Ricardo Fiúza. Em 2004, o ex-repórter de *Veja* Luís Costa Pinto admitiu que uma das principais reportagens que escrevera contra Ibsen Pinheiro na época estava incorreta. O Ministério Público denunciou todos os acusados pela CPI, mas não houve devolução de dinheiro aos cofres da União.

alguns setores da esquerda representados na CPI do Orçamento. (*IstoÉ*, 09/02/1994, p.20)

Na edição do dia 20 de abril da revista *Veja*, o coronel da reserva Sávio Costa, que pertenceu à comunidade de informações, apareceu como um dos personagens centrais. A reportagem o colocava como responsável pela escuta clandestina de telefonemas de Álvaro Dias, ex-governador do Paraná. A reportagem mostrava que o resultado da escuta havia sido entregue a Joaquim Roriz, que então cumpria o segundo de seus quatro mandatos como governador do Distrito Federal e mantinha uma disputa política com Dias pelo poder dentro do PP (Partido Progressista), sigla à qual ambos pertenciam. A reportagem afirma que Roriz pretendia espalhar o conteúdo do grampo, o que o colocaria na condição de co-autor do crime de escuta clandestina.

A fita destinada a Roriz chegou às mãos do governador no dia 7 de janeiro. O governador ordenou que fosse feita a transcrição para o papel. Sua idéia era enviar o conteúdo anonimamente às redações dos jornais. A degravação foi colocada num computador portátil 486 de um assessor do governador e está gravada num disquete de 3,5 polegadas com a senha "Dias". Seria enviada com a seguinte explicação: "Acreditando ter valor jornalístico, passamos às suas mãos uma fita cassete e degravação, com assunto de seu interesse" A idéia só foi abandonada diante da constatação de que Dias acabaria beneficiado com a imagem de vítima de uma ilegalidade. (*Veja*, 20/04/1994, p.21)

Na edição seguinte, do dia 27 de abril, *Veja* voltou ao tema, dessa vez centrando a denúncia no empresário Cecílio do Rego Almeida, que segundo a revista foi o responsável pela ordem de grampear os telefones de Álvaro Dias e de três assessores. Com o título 'Empreiteiro orelhudo', a reportagem chama Almeida de "capo" e o relaciona a várias irregularidades. A matéria inclui um box explicando que dois repórteres da revista foram detidos pelo empresário na casa de Almeida, em Curitiba, Paraná, para onde foram realizar uma entrevista que havia sido marcada. A matéria jornalística mostra Almeida como uma pessoa truculenta, violenta e à beira do desequilíbrio emocional. A reportagem relaciona a participação, no episódio,

de uma série de espões ligados a grampos e a outras formas de espionagem.

Exatamente o coronel da reserva Sávio Costa, que tinha aparecido na primeira matéria de *Veja* sobre a escuta de telefonemas de Álvaro Dias, é personagem-chave de uma outra reportagem com o título 'O SNI nas pegadas', publicada por *IstoÉ* na edição do dia 4 de maio. A matéria jornalística revela que adversários do governo, principalmente políticos do PT, foram monitorados.

Durante a eleição presidencial de 1989, cinco órgãos de informação do governo foram mobilizados para vigiar o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva. A lupa dos espões mirou especialmente os grupos mais radicais do PT. (*IstoÉ*, 04/05/1994, p.20).

A reportagem estava baseada em 154 páginas de relatórios produzidos pelo SNI com a ajuda dos centros de informações do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Federal. Sávio Costa aparece na reportagem confirmando o esquema de monitoramento do PT.

Em número menor que o de matérias dedicadas ao tema da espionagem, aparecem também em 1994 reportagens envolvendo mordomias de servidores públicos. São três denúncias, uma publicada por *IstoÉ* e duas divulgadas por *Veja*. A primeira reportagem da série foi publicada por *Veja* na edição de 12 de janeiro com o título 'Causa própria'. Tratava de uma isenção de imposto de renda auto-concedida por ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 19 de maio do ano passado, os ministros realizaram uma sessão secreta e decidiram, por unanimidade, que poderiam abater do cálculo do imposto de renda o valor pago mensalmente por eles a um montepio, criado para garantir pensão integral às viúvas dos magistrados. (*Veja*, 12/01/1994, p.25)

A reportagem ataca de forma dura a decisão, e mostra que a isenção foi aceita pela Receita Federal.

Na edição de 2 de março, *Veja* denunciou mordomias que haviam ocorrido ainda no governo de Fernando Collor, que deixara a presidência República em 1992 acusado de envolvimento com uma rede de corrupção. Na nova reportagem, a revista mostrou que o casal formado pelo embaixador Marcos Coimbra e por Leda, irmã de Collor, tinha uma dívida de US\$ 100 mil por conta de jantares milionários oferecidos a convidados. A conta, segundo a matéria, deveria ter sido paga por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha de Collor já mencionado na seção 2.1.1. A matéria revela que a estrutura de órgãos públicos foi usada pelo casal para as festas, o que incluiu o transporte a uma mansão de uma mesa para 40 lugares que pertencia ao Palácio do Planalto, sede do governo. A reportagem também revela terem sido utilizados soldados da Aeronáutica, que trabalharam como garçons em festas, e a estrutura da Força Aérea.

Com as facilidades patrocinadas por PC Farias e pelo poder do irmão, os Coimbra usavam jatinhos particulares e aviões da FAB para comprar os ingredientes de seus pratos favoritos em São Paulo (*Veja*, 02/03/1994, p.31)

A última reportagem sobre mordomias do pacote daquele ano foi publicada na edição de *IstoÉ* de 06/04/1994 com o título 'Praga renitente'. Também mirava o governo Collor, dessa vez mostrando que colaboradores próximos ao ex-presidente continuavam ocupando apartamentos funcionais do governo, sem pagar aluguel.

Quinze meses depois de desalojar o ex-presidente Fernando Collor do Palácio do Planalto, o contribuinte brasileiro continua financiando mordomias para uma equipe de ex-assessores *colloridos*. A 15 dias do início do julgamento da quadrilha PC-Collor pelo Supremo Tribunal Federal, seis coadjuvantes da "república das Alagoas" moram, à causa da União, em apartamentos funcionais da Presidência da República. Sem nenhum vínculo com o funcionalismo público, os seis antigos burocratas do Planalto ocupam hoje imóveis que deveriam abrigar auxiliares do presidente Itamar Franco. (*IstoÉ*, 06/04/1994, p.32, grifo original)

Houve em 1994 um outro grupo de três reportagens que não trataram de mordomias, mas de outras formas de desvios de recursos públicos. A primeira matéria dessa série foi publicada na edição de 12 de janeiro da revista *IstoÉ* com o título 'Desperdício oficial'. Mostrava que 1,7 bilhão de quilos de alimentos fora desviado dos estoques do governo entre 1987 e 1992. A reportagem mostrou que o problema ocorreu com o desaparecimento de alimentos pertencentes à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que haviam sido depositados em armazéns. Alguns dos depósitos pertenciam a parlamentares e ex-parlamentares. Parte dos alimentos foi desviada, e outra parte, apodreceu.

Problemas relacionados à produção de alimentos também aparecem na reportagem 'Assalto ao cofre aberto', publicada por *IstoÉ* na edição de 2 de fevereiro. Segundo a revista, o rombo tinha dimensão muito maior que a do desvio do já mencionado grupo 'anões do Orçamento'. A reportagem revelava que através de um esquema fraudulento eram criadas dívidas indevidas para o Proagro, que as quitava a título de indenizações.

No final do ano passado, o governo investigou mais uma roubalheira de dar água na boca aos anões: o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), um seguro que reembolsa os produtores em casos de perda de safra, sofreu um assalto estimado em US\$ 500 milhões. Pelo que foi descoberto até agora, não há nenhum parlamentar ou figurão do governo envolvido no caso – e é aí que mora o perigo. Encoberta pelo anonimato, uma legião de funcionários de bancos – apesar da flagrante resistência e vigilância do Banco do Brasil -, peritos e produtores agrícolas assalta o Tesouro. (*IstoÉ*, 02/02/1994, p.21)

A revista *Veja*, também na linha de desvio de recursos públicos em operações fraudulentas, publicou na edição de 19 de janeiro uma outra reportagem envolvendo o então governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Citando dados da quebra de sigilo do político, feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta para investigar fraudes no Orçamento

da União, a reportagem mostra a ligação de Roriz com contas fantasmas, testas-de-ferro, laranjas, obras superfaturadas e verbas suspeitas.

Fernando Collor sofreu o impeachment e PC está preso. Roriz, que passou catorze dias no ministério de Collor, segue instalado em seu gabinete no Palácio do Buriti, sede do governo do DF. Mas já corre o risco concreto de perder o cargo antes da hora. (*Veja*, 19/01/1994, p. 18)

Entre as reportagens com denúncias de 1994 há duas que tratam de temas isolados. Uma delas, 'Jogo arriscado', foi publicada por *Veja* na edição de 1º de junho e mostrou que o então deputado Dércio Knop, que havia apresentado dois projetos de lei para recriar cassinos e regularizar o jogo do bicho no Brasil, tinha exagerado em suas ligações com a contravenção. Segundo a reportagem, Knop havia ido a um cassino clandestino em Cuiabá, Mato Grosso, jogado, e ainda se hospedado em um hotel com despesas pagas pelo dono da casa de jogos.

A revista *IstoÉ* publicou na edição do dia 23 de março a reportagem 'Esquadrilha da fumaça', na qual mostrava um grande esquema de lavagem de dinheiro, sonegação e evasão de divisas na compra e uso de jatinhos.

A prática de desvio de dinheiro a jato consiste na montagem de uma empresa no Exterior, geralmente com a utilização de um testa-de-ferro para dirigi-la. (*IstoÉ*, 23/03/1994).

A reportagem citava vários políticos envolvidos nas irregularidades, entre eles, de novo, o então deputado Sérgio Naya.

Das 12 reportagens com denúncias publicadas por *Veja* e *IstoÉ* no primeiro semestre de 1994, nove têm as características que permitem enquadrá-las dentro do jornalismo investigativo. As outras três estão na categoria das reportagens sobre investigações. Ver quadro 4, a seguir:

#### QUADRO 4 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS EM 1994

REVISTA	REPORTAGENS		TOTAL
	INVESTIGATIVAS	SOBRE INVESTIGAÇÕES	
<i>IstoÉ</i>	4	2	6
<i>Veja</i>	5	1	6
<b>TOTAL</b>	9 (75%)	3 (25%)	12 (100%)

Com isso se vê que, em termos de percentuais, a proporção encontrada em 1989 na relação entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações se repetiu, de forma exata, em 1994. Do total de reportagens com denúncias, três quartos, ou 75%, são resultado da investigação de repórteres. As demais foram produzidas com base em informações de investigações oficiais.

##### 4.2.1 – Reportagens investigativas em 1994

Entre as nove reportagens investigativas publicadas em 1994 está o bloco de matérias jornalísticas tratando da espionagem. São ‘O grampo de Roriz’ e ‘Empreiteiro abelhudo’, de *Veja*, e ‘Sob proteção do SNI’ e ‘O SNI nas pegadas’, de *IstoÉ*. Também foram resultado de investigação de jornalistas as reportagens que trataram de mordomias de funcionários públicos: ‘Causa própria’ e ‘Hora da ressaca’, publicadas por *Veja*, e ‘Praga renitente’, de *IstoÉ*. O bloco das reportagens investigativas é fechado pelas duas matérias de temas isolados, a ‘Jogo arriscado’, de *Veja*, e ‘Esquadrilha da fumaça’, de *IstoÉ*. Esta última reportagem é um claro exemplo das matérias jornalísticas que usam informações de investigações de autoridades, muitas já divulgadas, mas agregam a investigação jornalística

de repórteres. No caso, as novas descobertas são a parte principal da reportagem: a participação de Sérgio Naya no esquema.

#### **4.2.2 – Reportagens sobre investigações em 1994**

Das três reportagens sobre investigações publicadas em 1994, duas têm a origem no trabalho de técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão fiscalizatório que pertence ao Poder Legislativo e dá apoio ao trabalho do Congresso Nacional. A primeira reportagem publicada naquele ano foi a mencionada 'Desperdício oficial', que revelou o desvio de 1,7 bilhão de quilos de alimentos de estoques do governo. A referência à origem da investigação aparece já no primeiro parágrafo da reportagem.

Mesmo sem repetir o barulho produzido pela CPI do Orçamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou outro ninho de políticos que se aproveitaram do dinheiro público. (*IstoÉ*, 12/01/1994, p.29)

Outros trechos da reportagem reforçam essa origem, explicando que a descoberta do desvio foi feita em uma auditoria realizada por 35 técnicos do TCU na Conab, o que gerou um relatório aprovado pelos ministros daquele tribunal.

Também do TCU saíram as principais informações da reportagem 'Peixe graúdo na rede', publicada por *Veja*, que trata de acusações contra Joaquim Roriz. A matéria começa resgatando fatos revelados nos dias anteriores por jornais, tratando principalmente da quebra do sigilo bancário do político pela CPI do Orçamento, mas em seguida avança na denúncia mostrando o que a CPI ainda irá averiguar.

O trabalho de investigação começará pela obra de ampliação da Papuda, penitenciária de Brasília. Um relatório do TCU diz que a obra está superfaturada em até 100% - custará cerca de 83 milhões de dólares – e ainda suspeita que houve um acerto prévio entre um grupo de dez empreiteiras para que a vencedora da licitação fosse a OAS, de César

Mata Pires. O TCU constatou que uma mesma pessoa retirou cópia do edital de licitação para um grupo de cinco empresas. (Veja, 19/01/1994, p.18)

A outra reportagem sobre investigações de 1994 foi aquela com o título 'Assalto ao cofre aberto', publicada por *IstoÉ* tratando do golpe para indenizações irregulares na área de produção de alimentos.

Realizada entre agosto e novembro de 1993, a auditoria do governo federal que constatou as fraudes no Proagro confirmou o descontrole estrutural do sistema. A falta de parâmetros atinge o Banco Central, os bancos que atuam no programa, os produtores e, principalmente, a Comissão Especial de Recursos (CER), que julga os pedidos de indenização nos casos em que não há acordo. Os auditores do governo federal descobriram que as indenizações concedidas pela CER multiplicaram-se vertiginosamente nos últimos anos. (*IstoÉ*, 02/02/1994)

Assim, a origem das informações ficou registrada com clareza na reportagem: o resultado de uma auditoria feita pelo próprio governo no ano anterior.

#### 4.2.2.1 – Fontes de reportagens sobre investigações em 1994

O leque de fontes usadas nas reportagens sobre investigações em 1994 não é grande. Ver quadro 5, abaixo:

**QUADRO 5 – FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1994**

REPORTAGEM	FONTE
1- Desperdício oficial	Tribunal de Contas da União
2- Peixe graúdo na rede	Tribunal de Contas da União
3- Assalto ao cofre aberto	Banco Central

Como se vê, dois terços das matérias que trataram de investigações feitas por autoridades saíram do Tribunal de Contas.

#### **4.2.2.2 – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1994**

As três reportagens sobre investigações se originaram em dois poderes específicos: Executivo e Legislativo. Ver quadro 6, a seguir:

**QUADRO 6 – ORIGEM DAS FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1994**

<b>REPORTAGEM</b>	<b>FONTE</b>
1- Desperdício oficial	Poder Legislativo
2- Peixe graúdo na rede	Poder Legislativo
3- Assalto ao cofre aberto	Poder Executivo

Em 1994, ao contrário do que havia ocorrido em 1989, não houve entre as reportagens fruto de investigações oficiais nenhuma que tivesse o Poder Judiciário como originário das informações. Tampouco o Ministério Público aparece na origem dessas reportagens.

#### **4.3– Reportagens com denúncias em 1998**

Em 1998, a produção de reportagens com denúncias pela sucursal de Brasília da revista *IstoÉ* foi marcada pela divulgação de irregularidades que estavam ocorrendo em várias unidades da federação, deixando assim

um pouco de lado a capital federal como foco das matérias. Era um ano de eleição presidencial, polarizada novamente por Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, o então presidente que buscou – e conseguiu – se reeleger, mas também havia disputas regionais na corrida pelos governos dos estados.

A primeira reportagem da revista nessa linha aparece na edição de 4 de fevereiro. Com o título ‘Saquearam o fundo’, *IstoÉ* informa que o governo de Rondônia retirou R\$ 1,9 milhão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de contas de servidores do estado.

O saldo desses trabalhadores ficou zerado e o dinheiro foi parar em três contas do governo estadual, duas delas abertas especialmente para isso pelo chefe da casa Civil, José de Almeida Júnior, cunhado do governador Valdir Raupp (PMDB). (*IstoÉ*, 04/02/1998, p.23)

A outra matéria sobre problemas estaduais é em uma frente bem distinta. ‘A um passo do tribunal’, publicada no dia 18 de fevereiro, trata de novas revelações a respeito da morte de Paulo César Farias, que havia sido tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor de Mello. A reportagem traz novos indícios contra a tese de que Farias havia sido assassinado no dia 23 de junho de 1996 pela namorada, que teria se matado em seguida. Segundo a reportagem de *IstoÉ*, na qual a hipótese de duplo homicídio é reforçada, novas frentes de investigação incriminavam antigos seguranças de Farias.

Por insistência de uns poucos, 20 meses depois do assassinato, a Justiça alagoana caminha para colocar no banco dos réus os seis seguranças do ex-tesoureiro de Fernando Collor. Eles serão os primeiros acusados de terem participado dos crimes ocorridos na mansão da praia de Guaxuma naquela madrugada de sábado. (*IstoÉ*, 18/02/1998, p.31)

Para fazer a última matéria da trilogia sobre problemas estaduais, *IstoÉ* enviou uma equipe a Teresina, no Piauí. A reportagem com o título ‘Mão nada santa’ denunciava a existência de uma série de irregularidades

envolvendo o governador Francisco de Assis de Moraes Souza (PMDB), que por conta de sua atividade como médico se tornou conhecido como “Mão Santa”. A linha de apoio<sup>30</sup> que acompanhava o título resumia a reportagem da seguinte forma:

Mergulhado num mar de corrupção, o governador do Piauí emprega 27 parentes, desvia para sua companha à reeleição recursos que deveriam ajudar os flagelados da seca e há dois meses não paga os servidores. (*IstoÉ*, 24/06/1998)

A denúncia mais grave se baseava em um decreto assinado pelo governador que transferia dos recursos para obras contra a seca um total de R\$ 1,38 milhão para gastos com aeroportos, apoio a prefeituras e construção de metrô.

O dinheiro iria beneficiar municípios do sertão piauisense reconhecidos pelo próprio governo estadual como em situação de calamidade pública por causa da estiagem. (*IstoÉ*, 24/06/1998)

Por sua vez, *Veja* publicou naquele primeiro semestre de 1998 duas novas denúncias sobre mordomias e favorecimentos no serviço público em Brasília. A primeira, divulgada na edição de 28 de janeiro com o título ‘Voando de graça’, revelava que militares do então Ministério da Aeronáutica<sup>31</sup>, que depois perderia esse status, estavam exagerando no uso de passagens cedidas por companhias aéreas teoricamente para facilitar o trabalho de fiscalização em aeronaves e aeroportos.

O que chama a atenção é a freqüência com que o ministério usa o passe livre. Só no ano passado, a Aeronáutica pediu 32.000 bilhetes, o que equivale a lotar um Boeing 737 todos os dias do ano, descontando-se apenas os fins de semana. (*Veja*, 28/01/1998, p.24)

---

<sup>30</sup> Pequeno texto usado abaixo, acima ou ao lado do título de uma matéria. O nome varia de uma redação para outra, podendo ser subtítulo ou até sutiã. Ver MARTINS (1990) e SQUARISI (2005).

<sup>31</sup> Na época, cada uma das três Forças Armadas – Aeronáutica, Exército e Marinha – era um ministério. No primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), essa estrutura foi alterada, com as três Forças passando a ser subordinadas ao Ministério da Defesa.

Na reportagem seguinte com denúncias sobre servidores públicos, *Veja* mirou o Judiciário, mostrando uma série de casos de nepotismo em Brasília.

Entre os 65 ministros de três tribunais superiores, catorze deles empregam dezesseis parentes em cargos de confiança. Somados, levam 82.000 reais de salário para casa ao final do mês. (*Veja*, 27/05/1998).

A reportagem, com o título 'Laços de sangue', dizia que os casos mais comuns eram de ministros que empregavam seus parentes nos gabinetes de colegas, algo que já à época era considerado ilegal, mas servia para despistar quem procurasse os vínculos familiares nas folhas de pagamento da terceira instância da Justiça.

Há, também em 1998, um terceiro bloco de reportagens com tema semelhante que trata de irregularidades no uso de dinheiro do governo federal. São matérias de *Veja* e de *IstoÉ*. Na edição de 4 de fevereiro, com o título 'Missão Santos', *Veja* mostrou que um assessor direto do então secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, era encarregado pelo Palácio do Planalto de controlar a liberação de recursos para emendas feitas pelos parlamentares ao Orçamento da União. O nome do funcionário era Haroldo Vítor Azevedo Santos. Segundo a revista, ele marcava com canetas de cores distintas as emendas que deveriam ser liberadas em ritmo mais ou menos lento, e deixava em branco as que não deveriam ser atendidas.

O critério para distribuição de cores foi a fidelidade do político ao governo na hora das votações no Congresso Nacional. (*Veja*, 04/02/1998)

Também de *Veja* foi a reportagem 'Vista grossa', que revelou novos detalhes sobre a contratação da construtora OAS para ampliar a penitenciária da Papuda, em Brasília. A reportagem afirmou que a empreiteira usou subterfúgios ilegais para vencer a licitação da obra.

Para isso, verificou-se mais tarde, a empreiteira falsificou documentos, adulterou balanços e deu garantias ilegais. Descobriu-se ainda que o preço estava superfaturado e que a concorrência não passou de um acerto. (*Veja*, 25/03/1998, p.33)

A revista *IstoÉ* contribuiu para a leva de reportagens sobre desvio de recursos públicos com a matéria 'Sujeira sob o tapete', na qual revelava que funcionários do Ministério da Educação não haviam sido punidos por uma série de irregularidades que envolviam a contratação de empresas ligadas a eles para prestar serviços para o governo, sem licitação. A reportagem responsabilizava o então ministro Paulo Renato pela impunidade. Um exemplo:

No caso do coordenador-geral de Desenvolvimento do Sistema de Educação a Distância, Sérgio Franco Flores, que comprou para o MEC material elétrico da empresa de sua própria esposa, o ministro aplicou somente uma pena de suspensão temporária de 30 dias. (*IstoÉ*, 01/04/1998)

A série de matérias com denúncias publicadas pelas revistas em 1998 incluiu também uma matéria em linha bastante distinta que tratava de uma irregularidade envolvendo a embaixada americana em Brasília. A revista *Veja* informou, em sua edição de 28 de janeiro, que a embaixada estava sendo investigada por aparentemente ter burlado leis brasileiras que proíbem a contratação de empresas de segurança administradas ou controladas por estrangeiros.

Foi em 1998 que a revista *Época*, hoje uma das três maiores revistas semanais do país, entrou em circulação. A primeira edição foi no dia 25 de maio, já no final do primeiro semestre do ano. Nessa e nas cinco edições seguintes, a última referente ao dia 29 de junho, *Época* publicou 32 matérias produzidas pela sucursal de Brasília para a editoria Brasil, mas nenhuma delas apresentava denúncias.

As nove reportagens com denúncias publicadas por *Veja* e *IstoÉ* no primeiro semestre de 1998 se dividem em dois grupos quase iguais nas

categorias de reportagens investigativas e reportagens sobre investigações. Foram, no total, quatro reportagens com características claras de investigação feita pelos repórteres e outras cinco que revelaram resultados finais ou parciais de investigações feitas por autoridades. Ver quadro 7, abaixo:

**QUADRO 7 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS EM 1998**

REVISTA	REPORTAGENS		TOTAL
	INVESTIGATIVAS	SOBRE INVESTIGAÇÕES	
<i>IstoÉ</i>	1	3	4
<i>Veja</i>	3	2	5
<b>TOTAL</b>	4 (45%)	5 (55%)	9 (100%)

Dessa forma, 1998 é o primeiro ano de eleições presidenciais pós-redemocratização em que aparece uma mudança na proporção entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações. Ao invés de as reportagens investigativas representarem 75% do total de matérias com denúncias, como ocorrera em 1989 e 1994, elas equivalem em 1998 a 45%.

#### **4.3.1 – Reportagens investigativas em 1998**

No bloco das reportagens investigativas de 1998 estão as duas matérias de *Veja* sobre mordomias e favorecimento de parentes no serviço público federal. São ‘Voando de graça’ e ‘Laços de sangue’. Também foi publicada por *Veja* a reportagem ‘Missão Santos’, da mesma categoria de reportagens investigativas. *IstoÉ* contribuiu com o bloco com a matéria ‘Mão nada santa’, sobre irregularidades no governo do Piauí.

#### 4.3.2 – Reportagens sobre investigações em 1998

Das cinco reportagens sobre investigações publicadas em 1998, duas noticiaram investigações em andamento feitas pela Polícia Federal. Uma delas foi publicada por *Veja* em 28 de janeiro e tratou do contrato suspeito de ser irregular da embaixada dos Estados Unidos.

O contrato, assinado assim mesmo, foi denunciado à Polícia Federal por uma empresa brasileira que perdeu a licitação. A PF acionou o Ministério das Relações Exteriores, que já cobrou da embaixada as devidas explicações. (*Veja*, 28/01/1998, p.23)

A reportagem ‘Saquearam o fundo’, com a qual *IstoÉ* denunciou irregularidades no governo de Rondônia, também tratou de um assunto investigado pela PF. A reportagem, publicada no início de fevereiro (*IstoÉ*, 04/02/1998), relatou uma conversa na qual o governador Valdir Raupp (PMDB) dizia que iria devolver o dinheiro retirado do FGTS de servidores.

Àquela altura, o assunto já estava sendo investigado pela Polícia Federal, que abriu inquérito na sexta-feira 23, e pela Procuradoria Geral do Estado. (*IstoÉ*, 04/02/1998, p.23)

Outras duas reportagens sobre investigações daquele ano trataram de trabalhos feitos pelo Ministério Público. A origem da matéria ‘A um passo do tribunal’, sobre a morte de Paulo César Farias, fica clara em vários trechos da matéria. A reportagem traz foto e declaração de uma promotora que investigava o caso e cita o nome de um outro integrante do Ministério Público também ligado ao processo.

O Ministério Público, que nunca acreditou na tese oficial, como sustentaram a polícia alagoana e os irmãos do morto, irá oficializar a denúncia nos próximos dias. Juízes e promotores que conhecem o processo em detalhes são unânimes na avaliação de que há fortes indícios para que se inicie o processo criminal. Esses indícios, na verdade, não apontam uma autoria em relação aos disparos, mas mostram que houve uma encenação com o objetivo de esconder o assassino e que os seguranças de PC participaram ativamente dela. (*IstoÉ*, 18/02/1998, p.31)

Também trata de investigação do Ministério Público a reportagem 'Vista grossa', publicada por *Veja*, sobre irregularidades na contratação da OAS para a obra no presídio da Papuda. As informações saíram de uma ação da Procuradoria da República, protocolada na Justiça na semana anterior à publicação da matéria. A reportagem traz uma declaração do procurador Luiz Francisco de Souza, responsável pela denúncia.

Para quem gosta de precisão, a procuradoria encontrou 36 irregularidades na licitação. A mais incrível: as propostas das demais empreiteiras foram preenchidas e assinadas por um representante da própria OAS, e todas propuseram preços superiores ao da empreiteira baiana. (*Veja*, 25/03/1998)

A última matéria do grupo de reportagens sobre investigações de 1998 é a 'Sujeira sob o tapete', na qual *IstoÉ* mostra a impunidade de servidores do Ministério da Educação envolvidos em irregularidades. As informações da reportagem têm origem em investigações internas do próprio governo.

Dois extensos relatórios da Secretaria Federal de Controle (Ciset) e de uma comissão de sindicância interna do MEC provaram que, entre 1994 e 1997, altos funcionários do Ministério privilegiaram empresas, algumas dirigidas por parentes ou sócios deles, e pagaram preços até 305% maiores que os de mercado por serviços de gráficas, reformas de móveis e compras de medicamentos e equipamentos elétricos. (*IstoÉ*, 01/04/1998)

Na reportagem são citados dois trechos literais do relatório da Ciset detalhando as irregularidades e a participação de servidores do ministério no esquema.

#### 4.3.2.1 – Fontes das reportagens sobre investigações em 1998

As cinco matérias publicadas por *Veja* e *IstoÉ* a respeito de investigações de autoridades têm fontes distintas, como mostra o quadro 8, a seguir:

**QUADRO 8 – FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1998**

REPORTAGEM	FONTE
1- Dúvida Jurídica	Polícia Federal
2- Saquearam o fundo	Polícia Federal
3- A um passo do tribunal	Promotoria de Justiça
4- Vista grossa	Procuradoria da República
5- Sujeira sob o tapete	Ciset e sindicância interna do MEC

Como se vê no quadro, duas reportagens saíram de informações da Polícia Federal, e as demais têm, cada uma, uma fonte diferente.

#### 4.3.2.2 – Origem das fontes de reportagens sobre investigações em 1998

As cinco reportagens sobre investigações trataram de trabalhos em andamento ou já concluídos dentro do Poder Executivo e no Ministério Público. Em 1998, não houve fontes dos poderes Judiciário e Legislativo em matérias sobre investigações, como pode ser visto no quadro 9, a seguir:

**QUADRO 9 – ORIGEM DAS FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1998**

REPORTAGEM	FONTE
1- Dúvida Jurídica	Poder Executivo
2- Saquearam o fundo	Poder Executivo
3- A um passo do tribunal	Ministério Público
4- Vista grossa	Ministério Público
5- Sujeira sob o tapete	Poder Executivo

Há uma clara preponderância do Poder Executivo na origem das fontes. Foram de fiscalizações do governo que saíram três das cinco reportagens sobre investigações em 1998.

**4.4 – Reportagens com denúncias em 2002**

No primeiro semestre de 2002, as três grandes revistas semanais de informação – *Época*, *IstoÉ* e *Veja* - publicaram, no total, 38 matérias jornalísticas com denúncias produzidas por suas sucursais brasilienses. Esse número equivale a mais que o triplo do que foi registrado, também no primeiro semestre, em cada um dos anos das três eleições presidenciais anteriores. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva concorreu à Presidência da República pela quarta vez, pelo PT, e derrotou o candidato do governo, José Serra (PSDB), no segundo turno.

Esse aumento no número de denúncias está ligado a pelo menos três fatores. O primeiro deles é que a eleição presidencial de 2002 foi a primeira que a revista *Época* cobriu de forma plena. Como foi dito no capítulo 3, a revista foi lançada no final do primeiro semestre de 1998 e, até o meio daquele ano, não chegou a publicar reportagens com denúncias. Em 2002, competiu de forma igualitária com as outras duas publicações semanais.

Além disso, houve dois grandes temas que, juntos, geraram 18 reportagens com denúncias no primeiro semestre de 2002. Um deles foi o processo desencadeado com uma blitz da Polícia Federal na empresa do marido de Roseana Sarney, à época pré-candidata à Presidência da República pelo PFL. Foram 10 matérias com denúncias sobre o assunto. O outro tema que gerou uma grande produção de reportagens foram as ligações de Ricardo Sérgio - que havia sido diretor do Banco do Brasil e arrecadador de recursos para campanhas eleitorais do PSDB - com supostos desvios de dinheiro e criação de caixa dois para financiamento de candidatos.

A primeira matéria com denúncia envolvendo o nome de Ricardo Sérgio apareceu na edição de 25 de março da revista *Época*. A reportagem tratava de suspeitas de movimentação irregular em conta corrente do ex-diretor do BB. Ainda com poucos elementos, a reportagem já mencionava supostos pagamentos irregulares de comissão a Ricardo Sérgio por sua atuação no processo de privatização de empresas da área de telecomunicações. Uma semana depois, na edição de 1º de abril, a revista publicou a reportagem 'Aprontaram ou não?', em que voltava a mencionar a possibilidade de recebimento de propina por Ricardo Sérgio na venda das teles. Ainda em *Época*, a edição do dia 6 de maio dá detalhes de um documento que apontaria o caminho das propinas no processo de privatização.

O documento é uma evidente defesa do banco Opportunity, sócio de algumas teles privatizadas. (*Época*, 06/05/2006, p.35)

A revista *Veja* entrou na cobertura do caso Ricardo Sérgio primeiro com uma matéria produzida em São Paulo e publicada fora da editoria de Brasil, que por isso não entra na amostra escolhida para esta pesquisa<sup>32</sup>. No entanto, na edição do dia 15 de maio, *Veja* deu seqüência ao assunto com a reportagem ‘Alvorço no ninho tucano’, publicada então na editoria de Brasil e com participação da equipe de reportagem da sucursal brasiliense da revista. A reportagem traz indícios de que pelo menos parte da propina que teria sido cobrada por Ricardo Sérgio na privatização da Vale do Rio Doce havia sido paga.

Agora, porém, surgem indícios de que a propina não foi apenas cobrada – mas de que uma parte chegou a ser paga. Na semana passada, VEJA colheu cinco depoimentos de pessoas que mantêm relações estreitas com a Vale do Rio Doce e o empresário Benjamin Steinbruch, que hoje não está mais à frente da mineradora. Todas foram entrevistadas em ocasiões diferentes, todas pediram para ter a identidade preservada e todas contam a mesma história, com pequenas variações, ratificando que uma parte da propina foi desembolsada. (*Veja*, 15/05/2002, p.42)

A revista *Época* também repercutiu a denúncia da concorrente com uma matéria na mesma linha. Com o título ‘A propina foi paga’, a reportagem da revista também afirmava que o dinheiro exigido por Ricardo Sérgio chegou até ele.

*Época* também apurou que a maior parte dessa quantia foi paga – até que Steinbruch decidiu suspender os pagamentos em função de um detalhe que dizia respeito ao destinatário. Segundo o relato de um executivo envolvido diretamente com a privatização da Vale e que participou de reuniões fechadas e encontros informais, Steinbruch estava convencido de que Ricardo Sérgio falava em nome do PSDB. “Ao descobrir que o dinheiro era embolsado por Ricardo Sérgio e seus amigos, decidiu que não pagaria nem mais um tostão”, diz esse executivo. (*Época*, 13/05/2002, p.37)

---

<sup>32</sup> A reportagem ‘Quinze milhões na Vale’, publicada na edição de *Veja* de 8 de maio de 2002, afirmava que Ricardo Sérgio havia cobrado comissão para montar o consórcio que comprou a Vale do Rio Doce na privatização da empresa.

*IstoÉ* primeiro entrou fraca na cobertura do caso. A reportagem 'A internação Tucana', da edição de 15 de maio, se limitava em uma página a dizer que uma operação de Ricardo Sérgio para suposta lavagem de dinheiro para campanhas na eleição de 1994 estava sendo investigada. Na semana seguinte, uma matéria com o título 'O elo perdido' foi além e, em sete páginas afirmava que Vladimir Rioli, ex-sócio de José Serra, então candidato à Presidência pelo PSDB, havia sido parceiro de Ricardo Sérgio em operações fraudulentas.

A Operação Banespa que ajudou Ricardo Sérgio a internar dinheiro de paraísos fiscais foi aprovada pelo então vice-presidente de operações do Banespa Vladimir Antônio Rioli. Na época, o senador José Serra (PSDB-SP) era sócio de Rioli. (*IstoÉ*, 29/05/2002)

Na edição do dia 26 de junho, *IstoÉ* retomou o assunto afirmando que o governo estava escondendo um dossiê de um delegado da Polícia Federal que apontava irregularidades envolvendo, entre outros, o mesmo Ricardo Sérgio.

O outro assunto que recebeu grande espaço na cobertura das revistas nos primeiros meses de 2002 foi o caso que resultou na desistência de lançamento da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, filha do ex-presidente da República José Sarney, como candidata ao Palácio do Planalto pelo Partido da Frente Liberal (PFL). *Época* se antecipou às duas concorrentes e na edição de 4 de março conseguiu dar detalhes da operação da Polícia Federal realizada em São Luís, no Maranhão. Segundo a reportagem 'A devassa contra Murad', que em seu nome fazia menção ao marido de Roseana, Jorge Murad, a Polícia Federal investigava o caso havia um ano, e na sexta-feira anterior entrara num escritório de contabilidade da capital maranhense.

Ali se fez a descoberta mais preciosa até agora, uma detalhada documentação sobre a criação de seis empresas no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas. Todas foram criadas entre 12 e 14 de abril de 1999. (*Época*, 04/03/2002, p.28).

Nas matérias que se seguiram, as revistas resgatavam parte do já sabido e publicado em outros veículos de comunicação, mas conseguiam acrescentar algum detalhe inédito. A própria *Época*, na edição seguinte, com a reportagem 'Por dentro dos envelopes', detalhou o conteúdo de caixas de papelão sob a custódia da Polícia Federal, que continham documentos apreendidos na busca ao escritório de contabilidade e a empresas de Murad e estava sob sigilo decretado pela Justiça.

Na mesma semana, a reportagem 'A fraude está até na placa', publicada por *Veja*, revelou detalhes de um atípico financiamento para construção de uma fábrica de peças para automóveis. A revista afirmou que o empréstimo de R\$ 1,7 bilhão, intermediado por Roseana e Murad, era muito alto e fora aprovado com muita rapidez. *IstoÉ* partiu para linha distinta na cobertura do caso e afirmou que o trabalho da PF tinha sido influenciado por José Serra, então pré-candidato do PSDB à Presidência, e envolvia espionagem.

Em dezembro do ano passado, uma firma de segurança foi contratada para fazer escutas nos telefones da governadora e de sua família e um levantamento detalhado da atuação de suas empresas. O trabalho desses arapongas, incluindo fotos em situações íntimas, foi oferecido, a custo zero, no final de fevereiro ao governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), para ser usado como arma na campanha eleitoral. (*IstoÉ*, 13/03/2002, p.26)

Na semana seguinte, *Veja* publicou a reportagem 'A sétima mentira sobre o dinheiro', na qual revelava bastidores da montagem de uma explicação para a existência de R\$ 1,34 milhão em dinheiro vivo no cofre de uma empresa de Jorge Murad. O dinheiro havia sido apreendido pela PF e a imagem das cédulas foi devastadora para as pretensões eleitorais de Roseana. Com 'Poder paralelo', na mesma semana, *IstoÉ* apresentava novos indícios do envolvimento de tucanos com a operação contra a governadora do Maranhão.

Na edição do dia 15 de abril, *Época* retomou o assunto afirmando que um deputado aliado da família Sarney era suspeito do desvio de R\$ 2,04 milhões liberados com a ajuda de Roseana. Na mesma semana, *IstoÉ* publicou a reportagem 'Jogada ao mar', na qual tratava da renúncia de Roseana à candidatura à Presidência e também apresentava novos detalhes sobre o que fora descoberto nas empresas do marido da governadora. Em 6 de maio, *Época* mostrou que a Construtora Sucesso, ligada ao escândalo do Maranhão – parte do dinheiro vivo apreendido estava em envelopes da empresa - e acusada de fazer obras irregulares, havia conseguido R\$ 7 milhões de cofres da União depois das descobertas da Polícia Federal. A última denúncia sobre o caso no primeiro semestre de 2002 foi publicada na edição de 15 de maio de *IstoÉ*. A reportagem 'Aparece o contato' afirmava que o publicitário Luiz Alberto Marques, ligado a tucanos, fez contatos com pessoas que espionaram Roseana Sarney antes da operação da Polícia Federal.

Duas outras frentes de denúncias em 2002 envolveram senadores. Na edição de 8 de abril, com o título 'A política como ela é', reportagem de *Época* abordou a saída de Ney Suassuna, então senador pelo PMDB da Paraíba, do comando do Ministério da Integração Nacional por suspeita de envolvimento com irregularidades. A reportagem mostrou uma conversa até então desconhecida entre dois prefeitos de cidades paraibanas, um deles primo de Suassuna, em que era abordado o fato de o senador trocar verbas do ministério por apoio político. Suassuna voltou às páginas da revista na edição de 20 de maio, que relatou a prisão de um empresário ligado ao senador. O empresário e um assessor de um outro parlamentar da Paraíba estavam com R\$ 100 mil em dinheiro. A prisão foi feita durante uma investigação de um esquema de corrupção que seria liderado por Suassuna. Uma terceira matéria, também de *Época*, revelou em 10 de junho a apreensão de uma planilha de custos que detalharia o esquema envolvendo empreiteiras e, também, Suassuna.

A revista *Veja* mostrou na edição de 12 de junho a saída irregular de recursos do país. Segundo a revista, um relatório sobre o assunto revelava “a radiografia minuciosa das entranhas do maior esquema de remessa ilegal de dinheiro ao exterior de que se tem notícia no Brasil” (*Veja*, 12/06/2002, p.46). Na edição de 17 de junho, *Época* abordou o mesmo assunto na reportagem com o título ‘Surpresa para todos’, que revelava ter sido encontrado durante a investigação um boleto bancário com o nome do senador Jorge Borhausen, de Santa Catarina.

Também aparece no conjunto de matérias publicadas pelas três revistas em 2002 um outro grande pacote de reportagens sobre desvios de recursos e corrupção em órgãos públicos. ‘Mãozinha federal’, matéria publicada por *IstoÉ* em 23 de janeiro, revelou que o delegado da Polícia Federal encarregado de investigar o ex-governador do Piauí Francisco de Assis Souza, o “Mão Santa” - acusado de uma série de usos indevidos de recursos daquele estado -, era na verdade um candidato ao Senado e aliado do próprio investigado. Em ‘Rastro no paraíso’, de 20 de fevereiro, *Veja* mostrou detalhes sobre o recebimento, pela família de Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo, de U\$\$ 92 milhões saídos de um paraíso fiscal. Com o título ‘Pegadas na lavanderia’, reportagem de *Época* de 4 de março mostrou a descoberta de três empresas especializadas em lavagem de dinheiro atuando na Comissão de Valores Mobiliários com o objetivo de desviar recursos de fundos de pensão. A mesma revista, duas semanas depois, publicou matéria com o título ‘Muamba verde-oliva’, na qual detalhava irregularidades na importação de produtos estrangeiros entregues ao Exército. Também *Época*, na edição de 8 de abril, revelou que um funcionário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão ligado ao Ministério da Justiça e encarregado de arbitrar disputas entre empresas pelo domínio do mercado de vendas, era suspeito de vender pareceres. Em 22 de abril, a revista mostrou em ‘Dos dois lados do guichê’

que o então advogado-geral da União, Gilmar Mendes, era sócio-fundador de um instituto que ganhava dinheiro dando aulas para funcionários da Advocacia Geral da União. *Época* ainda publicou em 20 de maio a reportagem 'Instituição usou BB para golpe', que tratava do suposto financiamento pelo Banco do Brasil de operações irregulares. *Veja* divulgou, na edição de 29 de maio, uma reportagem em que mostrava que um irmão do então ministro da Saúde, Barjas Negri, tinha vínculos com o laboratório que liderava o mercado de remédios genéricos. Na edição de 26 de junho, a revista publicou a reportagem 'Descoberta a bancada da pesada', na qual mostrava que um grupo de pessoas ligadas a quatro deputados e um senador de Tocantins estava sendo investigado por um esquema de desvio de R\$ 10 milhões dos cofres públicos, por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

O primeiro semestre de 2002 ainda foi marcado por reportagens que provocaram mudanças na composição das chapas dos candidatos à Presidência da República. O primeiro desfalque ocorreu após *Época* publicar a reportagem 'Passado escondido', na qual revelava que o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Costa Leite, escolhido para concorrer como vice na chapa de Anthony Garotinho, estava ocultando parte de sua biografia.

Até agora Costa Leite não informou aos 114 milhões de eleitores que durante 11 anos trabalhou para o Serviço Nacional de Informações, o SNI, centro de arapongagem, bisbilhotice e ataques aos direitos individuais criado pelo regime de 64. (*Época*, 06/05/2002, p.33)

O deputado Henrique Eduardo Alves, que havia sido escolhido para vice na chapa de José Serra, perdeu a chance depois que a revista *IstoÉ* divulgou a reportagem 'Um vice riquinho', na qual informava que o parlamentar tinha uma fortuna de US\$ 15 milhões no exterior. Sem conseqüências tão pesadas, *Veja* publicou em 29 de maio a reportagem 'Um torpedo contra Garotinho', na qual apareciam denúncias feitas por um

empresário segundo as quais o candidato à Presidência recebia propinas. Garotinho seguiu com sua candidatura e ficou em terceiro lugar na disputa.

As editorias de Brasil das três revistas ainda publicaram nos seis primeiros meses de 2002 duas denúncias mais distantes da política pura e das suspeitas de desvios de recursos. *Época* divulgou na edição de 18 de fevereiro a reportagem 'Chance perdida', na qual revelava que o Ministério da Saúde havia abandonado um projeto para exterminar o mosquito transmissor da dengue, o que poderia ter impedido – ou reduzido – o surto da doença que estava ocorrendo no país. Na semana seguinte, *IstoÉ* publicou a reportagem 'A segunda armação', na qual tratava da gravidez da mexicana Gloria Trevi, então presa em Brasília. A revista havia divulgado no final do ano anterior a denúncia de que a atriz e cantora tinha sido engravidada por policiais dentro da prisão. Nessa nova reportagem sobre o assunto, *IstoÉ* mostrava que um delegado da Polícia Federal e um procurador da República estavam pressionando a atriz para que ela atribuísse a paternidade do bebê a um empresário que trabalhava com ela. Na edição de 17 de abril, *IstoÉ* retomou o assunto com uma reportagem em que aparece o nome do delegado que, segundo Glória Trevi, manteve relações sexuais com ela dentro da prisão.

Dessas 38 reportagens com denúncias publicadas pelas três revistas no primeiro semestre de 2002, 13 têm as características para serem classificadas como investigativas, e as demais 25 se enquadram na definição de reportagens sobre investigações. Veja o quadro 10, a seguir:

## QUADRO 10 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS EM 2002

REVISTA	REPORTAGENS		TOTAL
	INVESTIGATIVAS	SOBRE INVESTIGAÇÕES	
<i>Época</i>	5	14	19
<i>IstoÉ</i>	5	6	11
<i>Veja</i>	3	5	8
<b>TOTAL</b>	13 (34%)	25 (66%)	38 (100%)

Assim, no primeiro semestre de 2002, dois terços de todas as reportagens com denúncias publicadas pelas três grandes revistas informativas tiveram como base investigações oficiais.

### 4.4.1 – Reportagens investigativas em 2002

Entre as 13 reportagens investigativas publicadas pelas três revistas em 2002, estão cinco matérias sobre as denúncias envolvendo Roseana Sarney. Três delas foram publicadas por *IstoÉ*, uma por *Veja* e uma por *Época*. Duas reportagens – uma de *Veja* e outra de *Época* - envolvendo o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio também entram nessa categoria. São também investigativas, das matérias de *IstoÉ*, uma das que tratou de Gloria Trevi – ‘A segunda armação’ - e a que mostrou ligações de um delegado da PF com o ex-governador Mão Santa. De *Época*, ainda compõem o bloco a reportagem sobre Costa Leite, a denúncia envolvendo o então advogado-geral da União e a revelação do caso da dengue. E *Veja* também publicou uma reportagem investigativa sobre o laboratório campeão da venda de genéricos.

#### 4.4.2 – Reportagens sobre investigações em 2002

Dentre as reportagens que trataram de investigações em andamento ou mesmo concluídas, feitas por autoridades em 2002, há um pacote de seis matérias jornalísticas que divulgam trabalhos de mais de um órgão ou instituição encarregado de algum tipo de fiscalização. É o caso da reportagem de *Época* sobre irregularidades na compra de uniformes para militares. As informações principais da reportagem saíram de investigações da Receita Federal e do Comando do Exército. A mesma Receita aparece, junto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na reportagem ‘Fora de combate’, também de *Época*. Na mesma revista, a reportagem sobre o envolvimento de assessores do senador Ney Suassuna têm informações da Polícia Federal e da Procuradoria da República.

Os procuradores e policiais envolvidos na investigação identificaram o senador Ney Suassuna como provável retrato falado do chefe da turma.” (*Época*, 20/05/2002, p.36)

A revista *IstoÉ* usou na reportagem ‘O elo perdido’ informações da CPI do Banestado e do Ministério Público. *Época* retomou o caso de Suassuna com ‘Flagra no esquema’, também com base em investigações da Polícia Federal e da Procuradoria da República. E *Veja*, em ‘Tem famosos no meio’, revelou investigações também dos dois órgãos, Polícia Federal e Procuradoria da República.

Entre as reportagens que se limitam a investigações de uma única instituição, o maior bloco é o originário no trabalho de procuradores da República e outros membros do Ministério Público. Como ocorreu nos anos anteriores de eleições presidenciais, as menções às autoridades responsáveis pelas investigações reproduzidas pelas revistas são claras nos textos jornalísticos. Esse bloco de reportagens é aberto no ano por ‘Rastro no paraíso’, de *Veja*, sobre recursos do ex-prefeito Paulo Maluf.

Na semana passada, o promotor Silvio Marques e dois procuradores, Pedro Pereira Neto e Denise Abade, viajaram à Suíça para pedir a liberação de documentos bancários. O que ainda não veio a público é que os investigadores estão atrás de um elo preciso. Suspeitam que parte dos 200 milhões de dólares que estavam depositados na Suíça, e depois migraram para a Ilha de Jersey, um paraíso fiscal britânico, foi parar nos cofres da Eucatex, empresa da família do ex-prefeito Paulo Maluf. Esse elo, se existir, provaria que Maluf seria dono da fortuna que os procuradores buscam com tanto interesse no exterior. (Veja, 20/02/2002)

A reportagem de *Época* 'A devassa contra Murad', tratando do marido da ex-governadora Roseana Sarney, tem vários trechos referindo o trabalho de procuradores da República. Um dos trechos:

O Ministério Público também investiga as relações da Lunus Participações com um projeto da Sudam, batizado de Nova Holanda Agropecuária S..A, que recebeu R\$ 33 milhões. (*Época*, 04/03/2002, p.32)

Na reportagem 'A fraude está até na placa', de *Veja* sobre o mesmo tema, outra referência:

O que primeiro chamou a atenção dos procuradores que hoje investigam a encandalosa empreitada maranhense foi justamente o fato de esse megaprojeto (...). (*Veja*, 13/03/2002, p.52)

A reportagem 'Aprontaram ou não?', sobre Ricardo Sérgio, afirma logo abaixo do título:

Ministério Público abre nova frente de investigação sobre a Telemar e descobre ligação com caso Marka-FonteCindam. (*Época*, 01/04/2002, p.38)

A reportagem 'A política como ela é', de *Época*, trata de investigação do Ministério Público Federal; 'Xerife investigado', da mesma revista, tem frases e foto de um procurador da República; 'A última da Sudam', também de *Época*, faz referência direta ao Ministério Público Federal; 'Jogada ao mar', de *IstoÉ*, tem frases, foto e menção a outro procurador da República; 'Guerra no Porão', de *Época*, trata de documentos

recebidos pelo Ministério Público Federal; 'A internação tucana', de *IstoÉ*, tem foto e afirmações de um procurador-geral da República; 'Um torpedo contra Garotinho', de *Veja*, trata de depoimento colhido pelo Ministério Público Federal; e 'Operação maluco', de *IstoÉ*, é também sobre o trabalho de procuradores da República.

Há um outro bloco de reportagens sobre investigações que trata basicamente do trabalho da Polícia Federal. A reportagem 'Por dentro dos envelopes', publicada por *Época* em 11 de março, no começo do escândalo envolvendo Roseana Sarney, conta o que há em caixotes de documentos, protegidos por sigilo determinado pela Justiça e sob a guarda da Polícia Federal, que os apreendeu. 'Surpresa para todos', também de *Época*, publicada no dia 17 de junho, reproduz um relatório de um delegado da Polícia Federal a seus superiores, que envolve o senador Jorge Bornhausen em remessas de recursos ilegais para o exterior. E *Veja* reproduziu descobertas da Polícia Federal na reportagem sobre os parlamentares de Tocantins que desviavam recursos públicos por meio de emendas ao Orçamento da União.

De uma investigação específica da CVM, controlada pelo governo federal, saiu a reportagem sobre manipulação em bolsas de valores.

Na semana passada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) descobriu três empresas especializadas em lavagem de dinheiro envolvidas com o grupo. (*Época*, 04/03/2002, p. 34)

Já uma fiscalização do Banco Central foi a base da matéria 'Instituição usou BB para golpe', publicada por *Época* em 20 de maio.

Houve também nos primeiros meses de 2002 duas reportagens que relatavam investigações feitas no âmbito do Judiciário. 'Fim do Silêncio', sobre a atriz Gloria Trevi, é uma delas.

Um documento que chegou às 15h03 do dia 26 de março às mãos do ministro Nery da Silveira, no STF, rompeu esse silêncio. Na petição 37.471, em que responde a um mandado de notificação da 4ª Vara Criminal de Brasília, Gloria afirma, e assina embaixo, que manteve relações sexuais não consentidas com o delegado Francisco Moura Velho. Foram três relações sexuais entre Moura e Gloria enquanto a cantora esteve presa. (*Época*, 17/04/2002, p.36)

A reportagem que tirou do deputado Henrique Alves a indicação para concorrer como vice na chapa de José Serra à Presidência também reproduziu trabalho em andamento no Judiciário.

O processo de separação litigiosa de Mônica e Henrique Eduardo Alves, que corre na Justiça de Brasília desde outubro de 2000, está recheado de provas mostrando que o deputado declara rendimentos de classe média, mas tem hábitos e movimentação bancária de milionário. (*IstoÉ*, 22/05/2002, p.25)

#### 4.4.2.1 – Fontes das reportagens sobre investigações de 2002

As matérias jornalísticas publicadas pelas três revistas no primeiro semestre de 2002 sobre investigações em andamento mostraram resultados da atividade de distintos órgãos e instituições encarregados do trabalho de fiscalização. É o que mostra o quadro 11, a seguir:

**QUADRO 11 – FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 2002**

REPORTAGEM	FONTE
1- Rastro no Paraíso	Procuradoria da República
2- Pegadas na lavanderia	Comissão de Valores Mobiliários
3- A devassa contra Murad	Procuradoria da República
4- Por dentro dos envelopes	Polícia Federal

5- A fraude está até na placa	Procuradoria da República
6- Muamba verde-oliva	Receita Federal e Exército
7- Fora de combate	Receita Federal e Comissão de Valores Mobiliários
8- Aprontaram ou não?	Procuradoria da República
9-A política como ela é	Procuradoria da República
10- Xerife investigado	Procuradoria da República
11- A última da Sudam	Procuradoria da República
12- Jogada ao mar	Procuradoria da República
13- Fim do mistério	4ª Vara Criminal de Brasília
14- Guerra no porão	Procuradoria da República
15- A internação Tucana	Procuradoria da República
16- Instituição usou BB para golpe	Banco Central
17- Os homens da mala	Procuradoria da República e Polícia Federal
18- Um vice riquinho	Justiça de Brasília
19- O elo perdido	CPI e Procuradoria da República
20- Um torpedo contra Garotinho	Procuradoria da República
21- Flagra no esquema	Procuradoria da República e Polícia Federal
22- Tem famosos no meio	Polícia Federal e Procuradoria da República
23- Surpresa para todos	Polícia Federal
24- Operação maluco	Procuradoria da República
25- A descoberta da bancada da pesada	Polícia Federal

O fato de o primeiro semestre de 2002 ter apresentado um número alto de reportagens sobre investigações – na comparação com anos das três eleições presidenciais anteriores – fez com que o elenco de fontes para esse tipo de matéria jornalística também fosse mais amplo e diversificado.

#### **4.4.2.2 – Origem das fontes das reportagens sobre investigação em 2002**

As 25 reportagens sobre investigação do primeiro semestre de 2002 divulgaram o trabalho de órgãos e instituições dos três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – e também do Ministério Público. Dentro do *corpus* escolhido para esta pesquisa, o ano 2002 registrou pela primeira vez reportagens sobre investigação que tinham origem em mais de uma frente de apuração em esferas de poderes distintos. É o caso das matérias jornalísticas que mostram trabalho da Polícia Federal, na esfera do Poder Executivo, e de algum órgão do Ministério Público. Também é o caso de uma reportagem que teve como base uma apuração de uma CPI, na esfera do Poder Legislativo, e do Ministério Público. Em casos assim, para a montagem do quadro a seguir, foi levada em conta a esfera de poder de origem da fonte que teve o papel principal na geração das informações da reportagem. Isso pôde ser constatado no próprio texto das matérias jornalísticas, em que menções às diferentes investigações permitem estabelecer qual foi a preponderante. Veja o quadro 12, a seguir:

**QUADRO 12 – ORIGEM DAS FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 2002**

<b>REPORTAGEM</b>	<b>FONTE</b>
1- Rastro no Paraíso	Ministério Público
2- Pegadas na lavanderia	Poder Executivo
3- A devassa contra Murad	Ministério Público
4- Por dentro dos envelopes	Poder Executivo
5- A fraude está até na placa	Ministério Público
6- Muamba verde-oliva	Poder Executivo
7- Fora de combate	Poder Executivo
8- Aprontaram ou não?	Ministério Público
9- A política como ela é	Ministério Público
10- Xerife investigado	Ministério Público
11- A última da Sudam	Ministério Público
12- Jogada ao mar	Ministério Público
13- Fim do mistério	Poder Judiciário
14- Guerra no porão	Ministério Público
15- A internação Tucana	Ministério Público
16- Instituição usou BB para golpe	Poder Executivo
17- Os homens da mala	Ministério Público
18- Um vice riquinho	Poder Judiciário
19- O elo perdido	Poder Legislativo
20- Um torpedo contra Garotinho	Ministério Público

21- Flagra no esquema	Ministério Público
22- Tem famosos no meio	Poder Executivo
23- Surpresa para todos	Poder Executivo
24- Operação maluco	Ministério Público
25- A descoberta da bancada da pesada	Poder Executivo

A pluralidade das fontes das reportagens sobre investigações em 2002 se refletiu na pluralidade de esferas de poder de origem dessas fontes. Assim, como se viu no quadro, as informações que resultaram nas matérias jornalísticas saíram dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e do Ministério Público.

#### **4.5 – Comparação entre reportagens com denúncias em 1989, 1994, 1998 e 2002**

Como se viu na seção 2.3, depois da redemocratização o jornalismo investigativo aparece como uma tendência na imprensa brasileira. A análise das reportagens com denúncias publicadas por *Veja*, *IstoÉ* e *Época* nos primeiros semestres dos anos de eleição presidencial mostra que, em termos numéricos, o total de matérias com denúncias só tem alteração expressiva em 2002, por motivos já relatados. Em 1994, há um crescimento em relação a 1989, o que proporcionalmente é significativo – o aumento é de 50% - mas, em termos absolutos, houve apenas quatro reportagens com denúncias a mais. De 1994 para 1998, há uma redução, também representativa em termos proporcionais, mas pequena em relação a números totais. Em 2002, enfim há o grande aumento. Nesse ano, o total de reportagens com

denúncias publicadas nas três revistas supera a soma de todos os anos anteriores, como se vê no quadro 13, abaixo.

**QUADRO 13 – REPORTAGENS COM DENÚNCIAS EM 1989, 1994, 1998 e 2002 PUBLICADAS POR *Época*\*, *IstoÉ* e *Veja***

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE REPORTAGENS</b>
1989	8
1994	12
1998	9
2002	38

\*as matérias de *Época* só aparecem em 2002

Nos diferentes anos de eleições presidenciais pós-redemocratização, há variação entre os assuntos que ganharam mais atenção em matérias com denúncias. A tendência detectada de fiscalização da atuação de autoridades, focalizando irregularidades praticadas por governantes e parlamentares, se mantém nos quatro anos, mas com nuances distintas. Em 1989, o viés principal das reportagens eram privilégios, mordomias e irregularidades em contratações no serviço público. No ano da eleição seguinte, o desvio de recursos públicos e a espionagem clandestina feita por agentes e ex-agentes de Estado predominaram nas reportagens. Em 1998, as reportagens avançaram para irregularidades em governos estaduais, e, em 2002, dois escândalos relacionados a então pré-candidatos à Presidência geraram a maioria das matérias jornalísticas com denúncias nas três revistas.

#### 4.5.1 – Comparação entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigação em 1989, 1994, 1998 e 2002

Em termos numéricos, apesar de as reportagens com denúncias só terem crescido de forma expressiva em 2002, a parcela dessas matérias jornalísticas que abordou investigações feitas por autoridades aumentou a partir da eleição de 1994. Foi uma linha de crescimento clara, sem reversão. Nos anos eleitorais de 1989 e 1994, um quarto do total de matérias com denúncias apresentava o trabalho de investigadores. Em 1998, há quase um equilíbrio entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigação. As primeiras representam 45% do total de matérias jornalísticas com denúncias, e as demais aparecem em 55% do material. Em 2002, a inversão em relação aos cenários de 1989 e 1994 aparece de forma clara, e dois terços do total de reportagens com denúncias se dedicam a revelar investigações de autoridades. Veja o quadro 14, a seguir:

**QUADRO 14 – REPORTAGENS INVESTIGATIVAS E REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1989, 1994, 1998 E 2002 PUBLICADAS POR *Época*\*, *IstoÉ* e *Veja***

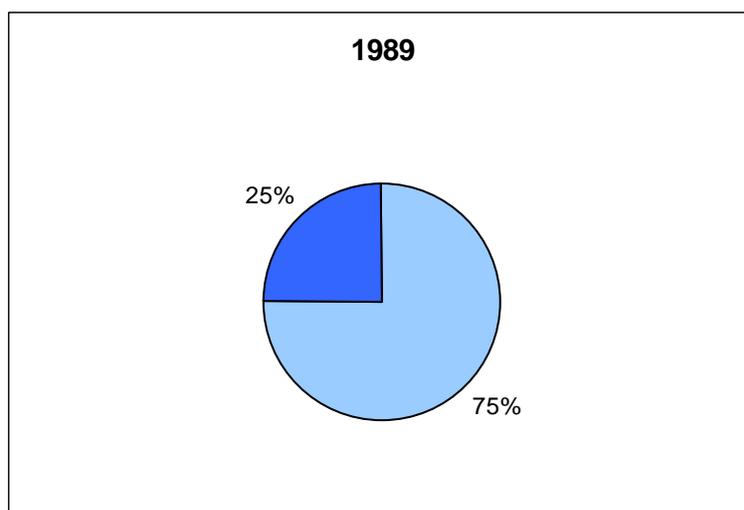
	REPORTAGENS		TOTAL
	INVESTIGATIVAS	SOBRE INVESTIGAÇÕES	
<b>1989</b>	6 (75%)	2 (25%)	8
<b>1994</b>	9 (75%)	3 (25%)	12
<b>1998</b>	4 (45%)	5 (55%)	9
<b>2002</b>	13 (34%)	25 (66%)	38

\*as matérias de *Época* só aparecem em 2002

A relação entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações pode ser melhor analisada se os números absolutos forem deixados de lado. Assim, é possível visualizar a mudança do espaço ocupado por cada um desses dois tipos de reportagens no total de matérias jornalísticas, com denúncias, produzidas pelas três revistas nos quatro diferentes anos analisados.

O gráfico 1, a seguir, mostra de forma clara que, em 1989, havia grande predomínio de reportagens investigativas:

**Gráfico 1: Divisão das reportagens com denúncias em 1989**

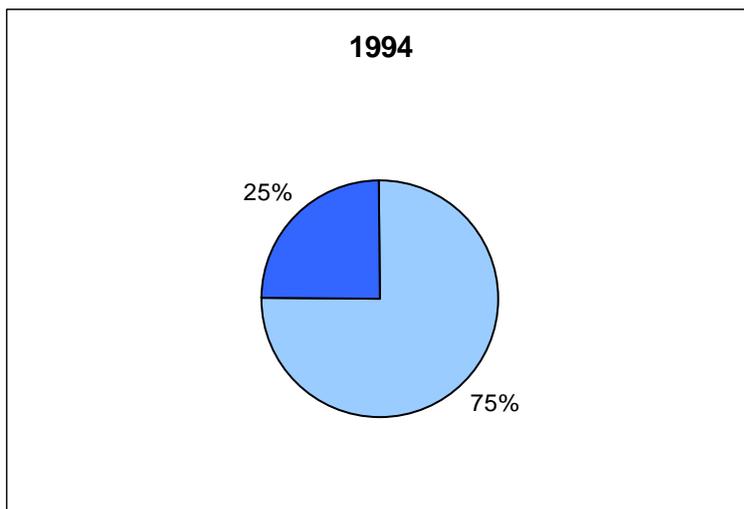


Legenda:

-  Reportagens investigativas
-  Reportagens sobre investigações

O gráfico 2 mostra, a seguir, que no ano da eleição presidencial seguinte, 1994, a relação entre reportagens sobre investigações e reportagens investigativas se manteve idêntica:

**Gráfico 2: Divisão das reportagens com denúncias em 1994**

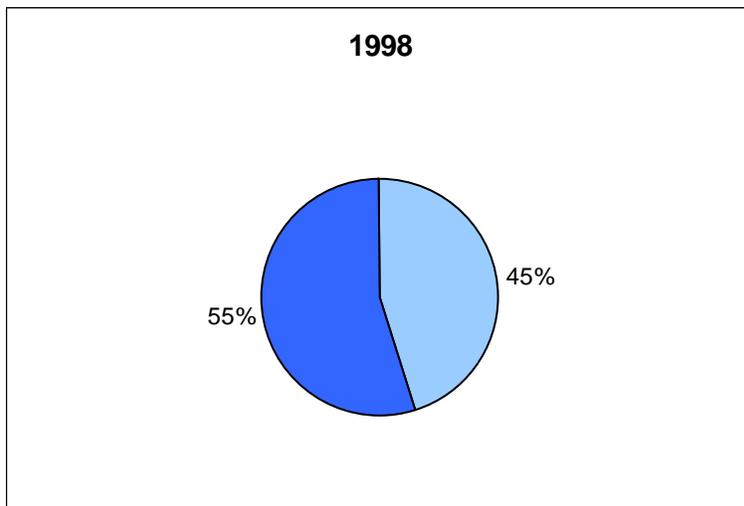


Legenda:

-  Reportagens investigativas
-  Reportagens sobre investigações

O gráfico 3, referente a 1998, já mostra uma mudança significativa na relação entre os dois tipos de reportagens, com cada um deles ocupando quase metade do conjunto de matérias jornalísticas com denúncias. Apesar dessa divisão quase igualitária, as reportagens sobre investigações já predominam, como pode ser visto a seguir:

**Gráfico 3: Divisão das reportagens com denúncias em 1998**

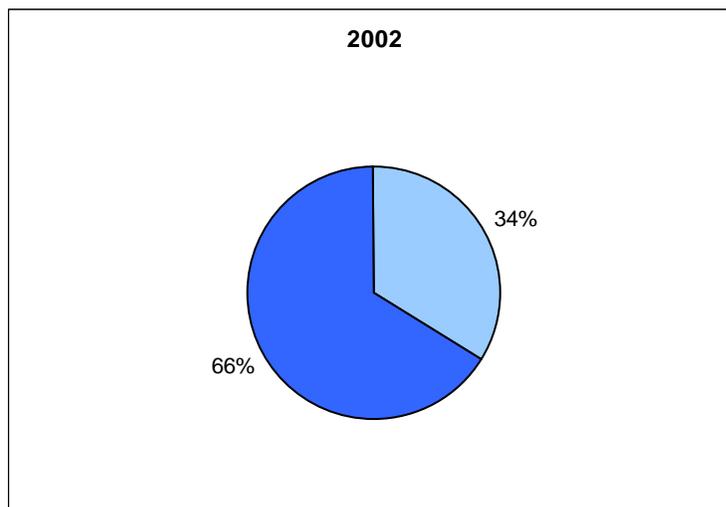


Legenda:

-  Reportagens investigativas
-  Reportagens sobre investigações

O gráfico 4, a seguir, do ano de 2002, permite observar como se dá a inversão no conjunto de matérias jornalísticas com denúncias. As reportagens sobre investigações passam a ocupar um espaço muito maior que o das reportagens investigativas:

**Gráfico 4: Divisão das reportagens com denúncias em 2002**



Legenda:

-  Reportagens investigativas
-  Reportagens sobre investigações

Ainda que o importante para este estudo seja o conjunto de reportagens das três grandes revistas, é preciso apontar algumas diferenças entre as publicações no que se refere a matérias que tratam de investigações feitas por autoridades. Entre as reportagens com denúncias publicadas por *Veja* em 1989, 1994 e 1998, a parcela das que trataram de investigações foi respectivamente 20%, 17% e 40%. Em *IstoÉ*, nos mesmos anos, a parcela ficou em 33%, 33% e 75%. No ano de 2002, o que permite uma comparação entre as três grandes publicações semanais, o quadro se altera. Do total de matérias com denúncias, a parcela de reportagens sobre investigações foi de 62,5% em *Veja*, 74% em *Época* e 55% em *IstoÉ*.

Apesar dos diferentes percentuais, a tendência é a mesma nas três publicações.

A parcela de denúncias que se originam em investigações de autoridades praticamente não se altera em 1989 e 1994 – vai de 17% para 20% em *Veja* e repete 33% em *IstoÉ* -, e nas duas publicações essa fatia cresce em 1998, passando para 40% em *Veja* e 75% em *IstoÉ*. A tendência de crescimento se mantém em *Veja* em 2002: a parcela sobe para 62,5%. Em *IstoÉ*, há um recuo em 2002 em relação a 1998, de 75% para 55%, mas ainda assim a parcela é bem superior aos dois primeiros anos analisados, quando a revista apresentou uma fatia de 33% de reportagens sobre investigações no total de denúncias. Também em 2002, a revista *Época* desponta na contagem como a que tem o maior percentual de matérias sobre investigações na amostra analisada: foi de 74%.

É muito importante também analisar os dados do quadro 14 em relação às reportagens investigativas. Em termos proporcionais, o número dessas matérias cresce 50% de 1989 para 1994. Depois cai 56% na comparação entre 1994 e 1998 e, finalmente, aumenta 225% de 1998 para 2002, já com a entrada no *corpus* da pesquisa das reportagens produzidas por *Época*. Em termos absolutos, a variação é relativamente pequena. Há apenas três matérias investigativas a mais em 1994 que em 1989. Depois, há cinco dessas reportagens a menos em 1998 que em 1994 e, por último, há nove reportagens a mais em 2002 que em 1998, já com a participação de *Época*.

Os dados do quadro 14 deixam claro que a variação no número de reportagens investigativas foi muito menor do que a verificada na comparação dos registros de reportagens sobre investigações. O total dessas últimas cresceu 50% em 1994 em relação a 1989. Depois, o crescimento das reportagens sobre investigações foi de 67% de 1994 para

1998. Por último, já com a participação de *Época*, o volume total de reportagens sobre investigações cresceu 400% em 2002 na relação com 1998. Em números absolutos, o crescimento do volume de reportagens sobre investigações também se mostra bem maior que o das reportagens investigativas no final do período analisado. Essas reportagens passaram de duas, em 1989, para três, em 1994, e cinco em 1998. Em 2002, chegaram a 25.

#### **4.5.2 – Comparação entre fontes de reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002**

Como o volume de reportagens sobre investigações e a parcela que esse tipo de matéria jornalística representa no total de denúncias são pequenos nos anos das primeiras eleições presidenciais, também é restrito o número de fontes que estão na origem das apurações das revistas. Em 1989, as duas reportagens sobre investigações divulgam atividades do Serviço Nacional de Informações, da Secretaria do Patrimônio da União e da Justiça do Trabalho. Em 1994, duas das três reportagens sobre investigações saíram do trabalho do Tribunal de Contas da União. A outra tem origem em investigação do Banco Central.

Em 1998 - quando há a virada e a parcela de reportagens sobre investigações supera a fatia de reportagens investigativas -, a pluralidade de fontes aumentou. Há duas reportagens que se originaram no trabalho da Polícia Federal e uma outra que saiu de comissão interna do Ministério da Educação e da Secretaria Federal de Controle. Em 1998, pela primeira vez em anos eleitorais pós-redemocratização, apareceram reportagens retratando investigações de uma promotoria de Justiça e da Procuradoria da República, dois segmentos distintos do Ministério Público.

O ano de 2002, no qual as reportagens sobre investigações se multiplicaram, a pluralidade de fontes aumentou muito. Além da Polícia Federal, do Banco Central e da Procuradoria da República, que já haviam aparecido na origem de denúncias dos anos eleitorais anteriores, surgiu uma série grande de fontes que não foram registradas anteriormente: Comissão de Valores Mobiliários, Exército, Receita Federal, distintos segmentos do Poder Judiciário e uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

#### **4.5.3 – Comparação entre origem de fontes de reportagens sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002**

Nos anos de 1989 e 1994, todas as reportagens sobre investigações relatavam trabalhos de fiscalização realizados nos âmbitos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, é em 1998 que aparecem pela primeira vez investigações do Ministério Público, fora da esfera dos três poderes da República. Ainda que em termos numéricos as matérias que relataram o trabalho de procuradores e promotores fossem poucas em 1998 – são duas -, em termos proporcionais isso já era representativo. Do total de cinco reportagens sobre investigações, 40% saíram do Ministério Público.

No entanto, foi no ano eleitoral seguinte, o de 2002, que cresceu muito a participação do Ministério Público na parcela de reportagens sobre investigações. Procuradores da República são responsáveis pelo trabalho que deu origem a 14 das 25 reportagens sobre investigações publicadas no primeiro semestre daquele ano pelas três revistas. Isso significa que saíram do Ministério Público 56% de todas as reportagens sobre investigações, restando 44% com origem nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Veja o quadro 15 a seguir:

**QUADRO 15 – ORIGEM DAS FONTES DE REPORTAGENS SOBRE INVESTIGAÇÕES EM 1989, 1994, 1998 e 2002 PUBLICADAS POR *Época*\*, *IstoÉ* e *Veja***

ORIGEM DA FONTE					
	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	LEGISLATIVO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
<b>1989</b>	1 (50%)	1 (50%)			2
<b>1994</b>	1 (33%)		2 (66%)		3
<b>1998</b>	3 (60%)			2 (40%)	5
<b>2002</b>	8 (32%)	2 (8%)	1 (4%)	14 (56%)	25

\*as matérias de *Época* só aparecem em 2002

Levando-se em conta o total de reportagens com denúncias registrado em 2002 pelas três publicações – 38 matérias, aqui computadas tanto as reportagens sobre investigações quanto as reportagens investigativas –, nota-se que 37% delas tiveram origem em trabalho do Ministério Público. Em nenhum outro ano eleitoral pós-redemocratização, um único segmento responsável por investigações tinha tido tamanho peso nas reportagens com denúncias. Em 1989, 12% das reportagens com denúncias saíram do Poder Executivo e uma parcela idêntica se originou no Poder Judiciário. Em 1994, investigações no âmbito do Poder Legislativo representaram 17% das reportagens com denúncias, e o trabalho do Poder Executivo apareceu em 8% do conjunto. Na eleição presidencial seguinte, em 1998, 33% das reportagens com denúncias saíram do Poder Executivo, e outras 22% já tiveram origem no Ministério Público.

Em números absolutos, a participação de promotores e procuradores na produção de trabalhos que geraram reportagens sobre investigações

também é bastante significativa. Nos anos eleitorais em que aparece na origem das investigações (1998 e 2002), o Ministério Público foi o responsável pelo trabalho que serviu de base de 16 reportagens com denúncias. O Poder Executivo, nos quatro anos de eleições presidenciais, gerou investigações que abasteceram 13 reportagens. Do Poder Legislativo, também nos quatro anos, saíram as bases de três reportagens sobre investigações. Outras três tiveram origem no trabalho do Poder Judiciário. Por conseguinte, em quatro anos de eleições presidenciais, 19 reportagens sobre investigações foram dedicadas à revelação do trabalho feito nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Apenas em 1998 e 2002, 16 reportagens sobre investigações divulgaram fiscalizações do Ministério Público.

Repassados de novo à forma de percentuais, esses números mostram que o Ministério Público está na origem de 46% de todas as reportagens sobre investigações publicadas pelas três revistas nos primeiros semestres dos quatro anos de eleições presidenciais. O Poder Executivo está na origem de 37% das reportagens sobre investigações dos quatro anos. Os poderes Legislativo e Judiciário aparecem, cada um, na origem de 9% das investigações que abasteceram as reportagens com denúncias.

Como já foi mencionado, para esses cálculos é levado em consideração o âmbito de origem da autoridade mais relevante para a investigação que gerou a matéria. Casos de reportagens que mostram investigações feitas em âmbitos distintos aparecem a partir de 1998. Em 2002, há três reportagens feitas a partir de investigações realizadas em uma parceria da Polícia Federal, do âmbito do Poder Executivo, com a Procuradoria da República, segmento do Ministério Público. Há ainda uma reportagem com origem em investigações feitas por uma CPI e pela Procuradoria da República. O índice de 56% de reportagens de 2002 com origem no Ministério Público se refere apenas àquelas em que procuradores

e promotores são efetivamente as autoridades fiscalizadoras com maior peso nas investigações retratadas nas reportagens.

Se forem levados em conta todos os casos de reportagens que retratam o trabalho do Ministério Público, como origem principal ou origem secundária das informações que geraram as matérias jornalísticas, a participação de fiscalizações de procuradores da República nas denúncias retratadas pelas revistas sobe ainda mais em 2002. Passam a ser 16 as reportagens com base no trabalho do Ministério Público, o que equivale a 64% de todas as matérias jornalísticas publicadas pelas três grandes revistas no primeiro semestre de 2002. Ou seja, praticamente duas de cada três matérias sobre investigações retrataram o trabalho do Ministério Público.

Como fica claro nas opiniões de juristas abordadas na seção 2.6.1, a independência, a autonomia e o poder investigatório do Ministério Público são conquistas e avanços da democracia no Brasil. Nada há neste estudo que indique algum problema com as prerrogativas de promotores e procuradores. No entanto, é claro que há um problema grave na imprensa quando números mostram que investigações do Ministério Público chegaram a aparecer na origem de quase dois terços de todas as reportagens com denúncias publicadas pelas três mais importantes revistas informativas do país. No momento em que determinada instituição é alçada à condição de super-fonte e passa a fornecer a base para a maior parte das reportagens da imprensa, há outras fontes que são preteridas, com prejuízos claros para leitores.

Em condições convencionais, as denúncias publicadas pela imprensa devem ser fruto de um leque grande de fontes. Há aquelas que saem de investigações do próprio governo – e nelas estão os temas que o governo escolhe para se auto-fiscalizar -, outras que resultam de iniciativas do Congresso – e aí estão as prioridades dos parlamentares -, outras são

originárias de processos que tramitam no Judiciário – dentre as linhas de atuação desse poder – e outras do Ministério Público, decorrentes das frentes de investigação abertas por promotores e procuradores. Um número enorme das denúncias não deve sair dessas fontes, deve ser fruto da própria investigação dos jornalistas. Nesse trabalho de repórteres, irão surgir tanto problemas que aparecem na observação dos próprios profissionais da imprensa, como aqueles encontrados a partir de informações fornecidas por grupos, instituições, trabalhadores que não têm poder de fiscalizar. São dicas de irregularidades no poder público, que podem ser dadas a um jornalista por um servidor, ou informações levantadas por um grupo de ambientalistas, um sindicato, uma associação ou apenas um cidadão atento. Nessa situação ideal, graças à pluralidade de fontes, as reportagens com denúncias irão contemplar irregularidades em órgãos públicos, problemas resultantes da miséria, crimes envolvendo executivos de grandes empresas, atentados contra os direitos humanos.

Quando dá prioridade excessiva a algum tipo de fonte para alimentar suas reportagens com denúncias, a imprensa está valorizando os interesses dessa fonte em detrimento das demais. Assim, quando jornalistas resolvem se ater de forma especial às investigações de procuradores e promotores - chegando a dar a elas dois terços do espaço de todas as denúncias que publicam -, estão deixando que o Ministério Público decida a ‘agenda’ da imprensa, que determine de forma indireta quais assuntos devem chegar aos leitores.

Conforme explicitado na seção 2.3, o jornalismo investigativo apareceu como tendência no Brasil, a partir da redemocratização, com o foco voltado principalmente para irregularidades envolvendo autoridades. É como se a investigação na imprensa brasileira tivesse sido gerada já sob a sombra do Watergate, sem que tivesse experimentado a fase que nos Estados Unidos foi a idade do ouro do jornalismo investigativo. Nesse período,

reportagens de jornalistas norte-americanos atacavam integrantes do governo e do Congresso, mas de forma igual revelavam crimes econômicos envolvendo executivos e empresas famosas, injustiças contra miseráveis, desrespeitos ao direito de imigrantes e outros problemas sociais graves. Essa tendência de o jornalismo investigativo no Brasil se voltar para autoridades foi reforçada durante a cobertura dos escândalos do governo de Fernando Collor de Mello, como relatado na seção 2.1.1. Dentre as 13 reportagens investigativas publicadas pelas três revistas em 2002, há três que, apesar de tratarem do comportamento de autoridades, deixam um pouco de lado o tema da corrupção e se esgueiram para a área social. São reportagens, como visto na seção 4.4.1, que mostram o descaso com a dengue, um possível caso de estupro dentro de um presídio federal e as ligações de um político com a ditadura militar. Também em 2002 - quando o Ministério Público apareceu como fonte principal ou secundária de quase dois terços das reportagens com denúncias -, todas as 16 matérias jornalísticas com informações de promotores e procuradores tratavam de denúncias ligando autoridades a casos de corrupção. O resgate histórico das reportagens com denúncias mostra que a tendência de focar mais improbidade administrativa e outros casos de irregularidades de autoridades, ligadas a questões financeiras, não se deve às mudanças no Ministério Público, já que são anteriores a elas, mas essa prioridade da imprensa foi reforçada a partir da transformação de promotores e procuradores em super-fontes.

É uma discussão que deve ser feita pelo menos no âmbito do Ministério Público se procuradores e promotores estão priorizando esse tipo de problema em detrimento de outros tão ou mais graves. No entanto, cabe a jornalistas e acadêmicos da Comunicação e de outras áreas mostrar que a imprensa não pode fazer da improbidade administrativa e outros crimes envolvendo autoridades e servidores públicos seu alvo quase único.

#### 4.6- A percepção de jornalistas

Como foi explicado no capítulo 3, que tratou da metodologia deste estudo, ao se fazer as entrevistas com jornalistas a intenção não foi realizar uma pesquisa quantitativa. Por isso, não foi montada uma amostra científica, que levasse em conta fatores como as diferenças entre profissionais, número de entrevistas proporcionais ao tamanho de redações e coisas assim. Os objetivos básicos das entrevistas com jornalistas foram dois. O primeiro era avaliar a percepção de profissionais de imprensa a respeito do fenômeno do avanço do jornalismo sobre investigações. Ou seja, saber se jornalistas estavam percebendo aquilo que esta pesquisa havia revelado de forma quantitativa. Havendo essa percepção, aparecia o segundo objetivo – e mais importante: saber quais são, na opinião desses jornalistas, as causas para o aumento na publicação de reportagens sobre investigações.

Como também foi antecipado no capítulo 3, para se obter a opinião de jornalistas foi feita a eles uma única pergunta aberta, composta de duas partes. Depois de serem informados sobre a realização desta pesquisa e sua abrangência temporal, entre os anos de 1989 e 2002, os jornalistas eram instados a responder a esta pergunta:

Em sua opinião, houve nesse período um aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades? Se sim, por quê?

#### 4.6.1 – A percepção do fenômeno

Todas as respostas foram afirmativas. Nenhum dos 15 jornalistas que responderam aos questionamentos respondeu não haver um aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades. A maioria dos profissionais foi enfática e começou a sua resposta com a palavra 'sim'. Três deles, apesar de também responderem afirmativamente, fizeram alguma ponderação inicial. André Petry<sup>33</sup> salientou o fato de não possuir dados quantitativos que seriam ideais para embasar uma resposta.

Não disponho de números, portanto falo por uma sensação. (Petry, 2007)

Observação semelhante foi feita por Rubens Valente<sup>34</sup>, que mencionou desconhecer dados mensuráveis a respeito.

Falo apenas a partir de mera impressão pessoal, já que não conheço nenhum levantamento estatístico a respeito. (Valente, 2007)

O jornalista Fernando Rodrigues<sup>35</sup> fez menção à carência de informações quantitativas sobre o tema.

Infelizmente, não existe uma pesquisa científica a respeito do volume de reportagens publicado com base em investigações já conduzidas pelos poderes constituídos. É apenas uma impressão minha, mas acho que sim, esse tipo de prática tornou-se mais acentuado. (Rodrigues, 2007)

Ainda que um grupo de 15 jornalistas seja restrito, a unanimidade na resposta afirmativa à percepção do fenômeno mostra haver conhecimento claro na categoria a respeito do avanço do jornalismo sobre investigações. Isso permite avaliar que o resultado da análise de dados mostrado no capítulo anterior não está em desacordo com o que profissionais que trabalham na imprensa estão observando em sua labuta cotidiana e no acompanhamento da produção jornalística. Já as ponderações feitas pelos

---

<sup>33</sup> Chefe da sucursal de *Veja* em Brasília desde 2000. Ocupou o mesmo cargo entre 1990 e 1999.

<sup>34</sup> Repórter da *Folha de S.Paulo* desde 2001. Já havia trabalho para o jornal entre 1997 e 1999.

<sup>35</sup> Repórter da sucursal da *Folha de S.Paulo* em Brasília desde 1996. Está no jornal desde 1987.

três jornalistas mencionados, sobre o fato de estarem fazendo avaliações sem base quantitativa, reforça a validade deste estudo, que justamente está apresentando embasamento numérico para o fenômeno comentado pelos profissionais entrevistados.

#### **4.6.2 – As causas do fenômeno**

Como a pergunta - ao buscar as razões para o aumento na publicação de reportagens sobre investigações - era aberta e não estabelecia nenhum limite para tamanho da resposta ou número de fatores a serem apontados, cada um dos entrevistados assinalou quantas causas considerou necessárias. Isso resultou em uma variedade grande nas respostas. Dos 15 jornalistas, apenas dois apontaram uma única causa. Cinco citaram dois fatores; cinco referiram três razões distintas e os outros três mencionaram quatro motivos. Com isso, juntos os 15 jornalistas fizeram 39 referências a razões do aumento no número de reportagens sobre investigações.

Em alguns casos, as causas mencionadas foram coincidentes, em outros, não. As respostas, ainda que muitas vezes usando expressões distintas, fizeram referência a 14 fatores diferentes que, na opinião dos jornalistas, provocam o aumento no número de reportagens com base em investigações de autoridades. Os 14 fatores apontados podem ser divididos em quatro grandes grupos:

- 1) causas extra-redações;
- 2) causas relacionadas a empresas jornalísticas;
- 3) causas relacionadas a empresas jornalísticas e a jornalistas;
- 4) causas relacionadas a jornalistas.

A distinção entre fatores que estão relacionados a empresas, a jornalistas ou a ambos é arbitrária. Muitas vezes, parece claro que um fator ligado a jornalistas também está ligado a empresas. No entanto, a distinção foi feita para facilitar a análise das respostas dos entrevistados usando-se como critério algo como o ‘peso’ de jornalistas ou empresas em cada um dos fatores apontados. Aqueles em que o ‘peso’ de ambos pareceu equilibrado foram justamente colocados no grupo de causas relacionadas tanto a jornalistas quanto a empresas jornalísticas.

#### **4.6.2.1 – Causas extra-redações**

Este primeiro grupo também poderia ser chamado de ‘causas histórico institucionais’. Nele estão aqueles motivos apontados que não têm relação direta com a imprensa. São as referências a mudanças registradas na história recente do país sem uma vinculação direta com alterações ocorridas dentro dos veículos de comunicação. Este é, de longe, o grupo com o maior número de referências feitas pelos jornalistas entrevistados. Dos 41 motivos, repetidos ou não, citados pelos profissionais, 22 (54%) são do grupo de causas extra-redações. Dos 15 jornalistas, somente um não fez menção a causas extra-redações. Apesar do número alto, as 22 referências podem ser agrupadas em dois únicos motivos que, com pequenas variações de enfoque e expressões, resumem o que os jornalistas apontaram:

- 1) a melhoria no aparato fiscalizatório no país;
- 2) o fim da censura ocorrido com a redemocratização.

É claro que há uma relação grande entre os dois motivos e, de alguma forma, daria para reunir ambos em uma expressão como ‘avanço da democracia’. No entanto, para fins de análise das causas da expansão do jornalismo sobre investigações, é melhor avaliá-los separadamente, já que

de alguma forma, apesar de próximos, eles são independentes. Ou seja, seria possível haver o fim da censura, com a redemocratização, sem que isso implicasse um aumento nos mecanismos de fiscalização da atuação de autoridades. Por outro lado, não se pode dizer que seja impossível criar um melhor aparato fiscalizatório em instituições ainda que sob um regime autoritário.

#### **4.6.2.1.1 – Melhoria no aparato fiscalizatório**

Trata-se de um ponto mencionado por 12 jornalistas. Na avaliação deles, mudanças na legislação, alteração na estrutura de órgãos públicos, novas orientações na linha de atuação e algumas outras melhorias em diversas frentes ligadas à investigação da atuação de autoridades estão na base do aumento da publicação de reportagens originárias de investigações oficiais. No conjunto das respostas, são citados vários mecanismos e instituições de fiscalização que ou foram criados ou tiveram incrementos em sua atuação nos anos recentes: Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs), Tribunal de Contas da União (TCU)<sup>36</sup>, o Sistema de Acompanhamento Financeiro (Siafi)<sup>37</sup>, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)<sup>38</sup>, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Receita Federal, a área de inteligência da Previdência Social e a Controladoria Geral da União (CGU)<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Órgão do Poder Legislativo encarregado do julgamento e da fiscalização de gastos da União.

<sup>37</sup> Sistema abastecido *on line* com informações de gastos do Executivo federal. Deputados e senadores têm senha de acesso ao Siafi, e parte das informações do sistema também estão à disposição do público por meio dos sites do Senado e da Câmara dos Deputados.

<sup>38</sup> Órgão subordinado ao Ministério da Fazenda. Recebe informações de bancos e outras instituições financeiras sobre a movimentação de recursos por clientes.

<sup>39</sup> Órgão do Executivo que fiscaliza o uso, por estados e municípios, de recursos da União.

Para Luiz Alberto Weber<sup>40</sup>, há na raiz do avanço do jornalismo sobre investigações a ampliação do aparato fiscalizatório, fruto de conflitos políticos característicos do regime democrático.

Múltiplos processos que se entrelaçam e retro-alimentam estão na raiz dessa transformação. Mas há uma modificação fundamental que potencializou todo o processo – a consolidação da democracia no Brasil. É próprio da democracia o conflito político, com os diversos atores mobilizando os recursos disponíveis para desgastar os oponentes. Parte dessa disputa cristalizou-se nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Não que o instituto da CPI seja uma novidade. Mas nesse período as comissões parlamentares incorporaram tecnologia investigativa, ampliaram a colaboração com outros órgãos e tornaram-se importante caixa de ressonância do conflito político. A imprensa integrou-se a esse cenário legítimo, expondo esses conflitos na forma, também, de reportagens investigativas, cuja matéria-prima adveio, em boa parte, das apurações dos parlamentares. São notórios os casos de reportagens baseadas em material da CPI do Orçamento, por exemplo. Registre-se que considero as CPIs uma "autoridade", vez que detêm poderes para solicitar e quebrar sigilos e tomar depoimentos, por exemplo. Paralelamente, ocorreu uma outra transformação institucional importante. A partir da promulgação da Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou independência e se revestiu de poderes investigatórios importantes: passou a fiscalizar o patrimônio e os agentes públicos, produzindo farto material para a imprensa e, claro, alimentando, mesmo que involuntariamente, a disputa política. Ademais, o espectro de atuação do MP (incluindo os direitos difusos, como meio ambiente, direito de minorias, acesso a medicamentos, e outros) coincidiu, também, com uma mudança na agenda de cobertura da imprensa, que passou a privilegiar esses temas, considerados novos. O MP, assim, tornou-se fonte para uma ampla variedade de reportagens. É preciso dizer, ainda, que se tornou interessante para as burocracias detentoras do poder de investigação (auditores do TCU, da Receita, policiais federais, membros do MP, entre outros) produzir e DIVULGAR investigações que valorizassem suas posições na sociedade e os favorecessem na luta orçamentária. Em síntese, um órgão com prestígio social e força política mais dinheiro poderá obter do Tesouro. Claro que esse é um movimento não coordenado ou planejado. Não se deve minimizar, ainda, o papel de agentes públicos motivados por cálculos individuais, que também contribuem para a divulgação pela imprensa de investigações. (Weber, 2007)

Fica claro em respostas de jornalistas que mesmo instrumentos já existentes durante o regime militar mudaram com a redemocratização de forma a produzir investigações que pudessem ser base de reportagens jornalísticas. Dois dos entrevistados salientaram como isso se manifestou

---

<sup>40</sup> Coordenador de Política da sucursal de *O Estado de S.Paulo* desde 2006.

dentro da Polícia Federal. Para Andrei Meireles<sup>41</sup>, essa força policial acabou sendo influenciada pela mudança no papel do Ministério Público.

Nesse novo papel, [o Ministério Público] estimulou a Polícia Federal – na ditadura, a PF foi comandada por militares e agia como linha auxiliar da repressão – a atuar como polícia judiciária. (Meireles, 2007)

Gustavo Krieger<sup>42</sup> também salienta avanços da Polícia Federal como uma das razões do aumento no número de reportagens sobre investigação.

Nos últimos anos, a Polícia Federal ganhou autonomia e especializou-se no combate à corrupção. (...) Delegados e investigadores tornaram-se fontes privilegiadas em casos de corrupção. A polícia tem a prerrogativa de gravar conversas telefônicas, que muitas vezes acabam sendo o elemento de sustentação de denúncias de corrupção. (Krieger, 2007)

Ainda que tenha sido mencionado, nas respostas, um número grande de instituições e mecanismos, como foi mostrado, é preciso salientar as referências feitas especificamente ao Ministério Público, dado o destaque que o órgão recebeu dos jornalistas entrevistados.

#### **4.6.2.1.1.1 – O avanço do Ministério Público**

Muitas das instituições e mecanismos de fiscalização são referidos em um número restrito de respostas. A CGU e o Coaf têm, cada um, uma menção, o Siafi é citado três vezes e a Polícia Federal aparece na resposta de oito jornalistas. No entanto, todos os 12 entrevistados que disseram haver relação entre o aumento na aparato fiscalizatório e o aumento no número de reportagens sobre investigações fizeram referência direta ao Ministério Público. Assim, parece estar muito claro entre jornalistas que a ampliação da atuação de promotores e procuradores, com o conseqüente aumento na oferta de informações para jornalistas, está na base do jornalismo sobre

---

<sup>41</sup> Chefe da sucursal de *Época* em Brasília desde 2002. Antes trabalhava na revista *IstoÉ*.

<sup>42</sup> Repórter do *Correio Braziliense* desde 2006. Antes era chefe da sucursal de *Época* em Brasília.

investigações. Grande parte das respostas fez menção histórica precisa a respeito das mudanças no Ministério Público, destacando a alteração provocada nessa instituição pela Constituição promulgada em 1988.

[o aumento na publicação de reportagens sobre investigações feitas por autoridades ocorreu] pelo fato de um dos principais órgãos de investigação no país ter evoluído muito desde a Constituição de 1988: o Ministério Público. Com o grau de autonomia dos procuradores, eles se tornaram parceiros naturais de jornalistas que buscam investigações mais alentadas. (Rodrigues, 2007)

Meireles citou a ampliação do foco de atuação do Ministério Público, com procuradores e promotores se dedicando a distintas linhas de trabalho.

Pela nova Constituição, o MP ganhou autonomia e independência e poderes para atuar no combate à corrupção e à defesa do meio-ambiente e de minorias. (Meireles, 2007)

É freqüente a alusão de jornalistas a fatores que caracterizam a atuação de procuradores e promotores, conforme referido na seção 2.6.1, e à forma como isso contribui para que esses fiscais se tornem fontes privilegiadas de jornalistas.

A Constituição de 1988 deu novas atribuições, poderes e independência ao Ministério Público. Isso fez com que os procuradores se transformassem em personagens privilegiados na investigação de casos de corrupção e abuso de poder. Os procuradores podem ir onde os jornalistas não vão. Eles requisitam documentos, intimam testemunhas, quebram sigilos bancários e fiscais. Por outro lado, é a mídia quem dá destaque e peso a essas investigações. (Krieger, 2007)

Há clareza também entre os jornalistas entrevistados em relação à evolução histórica recente da atuação do Ministério Público. Ao fato de a Constituição promulgada em 1988 ter garantido as novas atribuições e poderes de promotores e procuradores, mas as mudanças na prática só terem ocorrido mais tarde. Petry situa na década de 1990 a consolidação da nova forma de atuação do Ministério Público.

(...) a nova Constituição traz um dado fundamental para o novo dinamismo da imprensa: o status do Ministério Público, que passa a

investigar as autoridades com mais afinco e independência, e isso tem forte repercussão nas páginas de jornais e revistas. Leva tempo, também não acontece de imediato, mas esse feito se materializa com plenitude no decorrer dos anos 90. (Petry, 2007)

A jornalista Ana Maria Campos<sup>43</sup> endossa essa localização histórica, marcando como ponto de referência o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que cumpriu dois mandados consecutivos na Presidência da República, de 1995 a 2002.

No governo FHC, a oposição era muito competente e alimentava, como nunca, o trabalho dos repórteres. Nesse período, o MP atingiu o seu período mais atuante e livre. Procuradores não se negavam a dar declarações contundentes sobre irregularidades no governo e também não apresentavam resistência para detalhar investigações e divulgar documentos sigilosos. A cobertura era quente e dinâmica. (Campos, 2007)

Dos 12 entrevistados que citaram as mudanças no Ministério Público entre as razões do avanço do jornalismo sobre investigações no país, dois apontaram em suas respostas questões negativas relacionadas a isso. Rudolfo Lago<sup>44</sup> fez uma referência rápida ao detectar alguns “excessos” no que chamou de “parceria” entre integrantes do Ministério Público e jornalistas. Gustavo Krieger fez uma menção a uma espécie de auxílio recíproco nessa relação.

Com o tempo, consolidou-se uma aliança entre jornalistas e procuradores. Às vezes, uma aliança que leva a desvios. Há casos de jornalistas que publicam uma denúncia com a combinação prévia de que o procurador abrirá um inquérito sobre o caso. (Krieger, 2007)

Krieger faz referência a algo que o convívio em redações mostra não ser comum, mas tampouco desconhecido. Integrantes do Ministério Público necessitam ser ‘provocados’ para começar uma investigação. Ou seja, é preciso haver um fato deflagrador de uma investigação, que pode tanto ser uma denúncia formal feita ao Ministério Público, um indiciamento realizado pela polícia ou mesmo uma irregularidade abordada em uma notícia de

---

<sup>43</sup> Repórter do *Correio Braziliense* desde 2006.

<sup>44</sup> Editor da sucursal de *IstoÉ* em Brasília desde 2006.

jornal. Ocorre que algumas vezes procuradores ou promotores recebem uma denúncia que não é formal, uma informação de alguma pessoa que não quer ser identificada como deflagradora de uma investigação. Assim, nessa “aliança” referida por Krieger, um procurador pode passar essa informação para um jornalista, ela ser usada como base para uma reportagem e, depois da publicação, o mesmo procurador pegar a reportagem e utilizá-la como provocação formal de uma investigação. Isso está referido no capítulo 4, que menciona possíveis desvios na metodologia utilizada nesta pesquisa. A reportagem publicada nessa “aliança”, que não faria menção ao Ministério Público – já que formalmente não haveria nenhuma investigação em andamento –, não apareceria neste estudo classificada como reportagem sobre investigação, apesar de sê-lo.

#### **4.6.2.1.2 – A redemocratização e o fim da censura**

Ainda que também não sejam a mesma coisa, a redemocratização e o fim da censura foram referidos nas respostas dos jornalistas em um mesmo contexto. Dessa vez, a primeira implica o segundo: ou seja, não pode haver redemocratização sem o fim da censura. Já o segundo não implica o primeiro: pode haver fim da censura sem redemocratização, numa hipótese pouco provável de um regime autoritário deixar a imprensa trabalhar livremente, mas não garantir eleições diretas, por exemplo. De qualquer forma, nas respostas dos entrevistados as duas coisas aparecem juntas e entrelaçadas, algo compreensível pelo fato de no Brasil o fim do controle criado pelo regime militar sobre a imprensa ter sucumbido com o fim do próprio regime. Isso ainda que durante os 21 anos em que os militares estiveram no poder o grau e as formas de censura existentes terem variado bastante. Dos 15 jornalistas entrevistados, 10 mencionaram a volta da liberdade de imprensa como um dos fatores fundamentais para o aumento no número de reportagens sobre investigações. O ano de 1985, quando José

Sarney tomou posse como o primeiro presidente civil do país desde o golpe militar de 1964, aparece de forma recorrente nas respostas dos jornalistas.

A publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades avança com a redemocratização do país, a partir de 1985. Após duas décadas de censura durante a ditadura militar, a imprensa voltou a exercer seu papel de fiscalizar o poder, denunciando abusos e corrupção. A retomada de eleições diretas, com a disputa pelo voto, acirra o debate público, que passa a ocupar espaço cada vez maior em jornais e revistas. Vigiar os passos dos novos governantes é pauta obrigatória. Ainda mais após a ressaca da censura e o exemplo dos Estados Unidos, onde a atuação da imprensa havia sido decisiva para a renúncia do presidente Richard Nixon, em 1974, no escândalo de Watergate. No Brasil, a investigação de autoridades acompanha a redemocratização. (Demétrio Weber<sup>45</sup>, 2007)

Para Petry, 1985 é também um marco, mas a imprensa ainda leva algum tempo para se ambientar no novo cenário de liberdade de expressão e, assim, passar a publicar denúncias de forma mais freqüente.

Um deles [dos motivos para o aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades] é amplo e geral: tem a ver com o retorno do país ao regime democrático. Isso acontece tecnicamente em 1985, com a eleição de Sarney e o sepultamento das sucessões militares, mas leva um tempo até que a imprensa comece a efetivamente se adaptar aos novos ares. Aos poucos, a imprensa vai descobrindo, depois de duas décadas e meia de ditadura, como se comportar num ambiente sem censura. (Petry, 2007)

Krieger salienta que a democracia reconquistada a partir do fim do regime militar, ao se consolidar, gera uma espécie de consolidação também do jornalismo ligado à fiscalização de autoridades.

Democracias são um ambiente propício ao jornalismo investigativo, ao contrário das ditaduras. À medida em que a democracia se consolidou no país, as condições para o jornalismo de investigação do poder também se consolidaram. (Krieger, 2007)

Também Lago ressalta uma espécie de caminho trilhado por jornalistas a partir da desocupação militar do governo.

---

<sup>45</sup> Repórter da sucursal em Brasília de *O Globo*.

Eu acho que o fim da ditadura funcionou como uma espécie de retirada de um tampão. É como se tudo, de bom e de ruim, na nova conformação política se espalhasse meio sem controle. Até que a sociedade fosse aperfeiçoando seus meios e a sua vivência com a democracia para encontrar mecanismos para controlar os excessos. (Lago, 2007)

Ao se referirem à redemocratização e ao fim da censura, os profissionais consultados incluem entre as causas do jornalismo sobre investigação no país o mesmo motivo que estudiosos vêem - conforme foi detalhado na seção 2.3 - como razão do surgimento do jornalismo investigativo como tendência no Brasil. Quando há menção ao fim da censura - uma espécie de razão histórica -, parte dos jornalistas claramente não faz nenhuma distinção entre jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações, reforçando a idéia de que profissionais de imprensa tratam essas duas formas de chegar a reportagens com denúncias como uma mesma coisa, conforme foi apontado no primeiro capítulo deste estudo.

#### **4.6.2.2 – Causas relacionadas a empresas jornalísticas**

Ao contrário do que ocorreu com o grupo de causas extra-redações, os demais grupos de fatores não revelam motivos que se repetem em grande parte das respostas. Casos como a melhoria do aparato fiscalizatório, referida em 12 respostas, não se registram quando os motivos apontados estão relacionados à atuação de empresas jornalísticas e jornalistas.

Foram cinco os entrevistados que relacionaram o aumento no jornalismo sobre investigações com empresas jornalísticas, e ainda assim, desses cinco só dois fizeram menção a um mesmo fator. Portanto, há aqui uma diversidade de causas abordadas. Quase sempre, cada uma das causas foi mencionada na resposta de um único entrevistado.

#### 4.6.2.2.1 – Receio de ações na Justiça

O único fator desse grupo referido por dois jornalistas está ligado a ações judiciais. Não são incomuns casos de políticos e outras pessoas que, ao se sentirem prejudicados por alguma reportagem, recorrem ao Judiciário para tentar enquadrar a postura de jornalistas e empresas de comunicação em crimes como injúria, calúnia e difamação. Também não são raras as situações em que essas ações buscam indenizações que podem causar prejuízos a empresas de comunicação. Tentar se proteger contra essas ações foi considerado por dois entrevistados um dos motivos para o aumento na publicação de reportagens que têm como base investigações de autoridades. Isso é detalhado na resposta de Alexandre Oltramari<sup>46</sup>.

Por fim, também destacaria a ofensiva judicial contra repórteres e veículos de comunicação que ocorre desde o início desta década. Sem entrar no mérito desses processos, creio que a existência de uma avalanche de processos contra jornalistas e veículos já é um fenômeno que, se não inviabiliza, ao menos inibe a abertura de novas frentes investigativas por parte da imprensa. Temerosos de perder somas vultosas em ações judiciais, muitos empresários de comunicação preferem publicar reportagens com denúncias apenas quando elas são baseadas em investigações ou documentos oficiais. (Oltramari, 2007)

Com abordagem semelhante, Weber salienta que algumas decisões judiciais tratam de forma bastante distinta uma denúncia originária de investigação própria do repórter e uma outra que tem como base uma investigação oficial de autoridades.

Para as empresas, a publicação de reportagens baseadas em investigações de órgãos oficiais permite aos jornais e revistas que as veiculam oferecer um produto diferenciado aos leitores (a revelação e cobertura de escândalos) sem se exporem aos riscos jurídicos; isto é, a pedidos de indenizações das partes citadas. Há certo entendimento nas redações, ancorado em decisões judiciais favoráveis às empresas e aos jornalistas, que reportagens dessa natureza, que apenas relatam investigações do Ministério Público, CPs ou Polícia Federal, numa eventual disputa judicial, serão categorizadas como mero *animus narrandi* (quando o repórter apenas expõe o que sabe, sem o objetivo de denegrir a imagem do personagem). (Weber, 2007)

---

<sup>46</sup> Repórter da sucursal de *Veja* em Brasília desde 1998.

Mesmo em casos que uma pessoa referida em uma reportagem ingresse na Justiça com uma ação contra o jornalista, e não contra a empresa, é comum que a defesa do profissional seja feita pelo departamento jurídico do veículo para o qual ele trabalha. Da mesma forma, eventuais indenizações costumam ser bancadas pelas empresas. Essa prática reforça a preocupação levantada pelos dois jornalistas.

#### **4.6.2.2.2 – Outras causas relacionadas a empresas**

Cada uma das outras quatro menções a empresas foram feitas por apenas um dos jornalistas entrevistados. Vivaldo Sousa<sup>47</sup> salienta a procura, por parte de empresas jornalísticas, de um conteúdo diferenciado para atrair leitores e anunciantes.

Creio que esse trabalho de investigar autoridades decorre [tanto] de maior liberdade por parte da imprensa quanto de uma decisão das empresas de buscar um material diferenciado para publicação, o que obviamente traz leitores e pode ainda atrair mais anunciantes. (Sousa, 2007)

Há duas abordagens bastante distintas a respeito da relação entre o aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades e o espaço destinado a reportagens pelas empresas jornalísticas. Na avaliação de Luiz Alberto Weber, o espaço para material destinado a denúncias baseadas em investigação se amplia, e isso influencia diretamente no aumento da publicação.

A ampliação nos principais jornais e revistas do espaço destinado às reportagens investigativas (motivada tanto pela expressão do conflito político quanto pela competição por mercado) operou uma transformação interna nas redações. Tornou-se cada vez mais comum a figura do repórter investigativo; na realidade, um jornalista especializado na cobertura de órgãos de investigação. Reflexo disso é que reportagens investigativas foram incorporadas à cadeia produtiva dos grandes jornais;

---

<sup>47</sup> Coordenador de Economia da sucursal em Brasília da *Folha de S.Paulo*. Está desde 1992 no jornal, onde já havia trabalhado entre 1988 e 1991.

ou seja, passaram a compor a edição, produzidas pelos especialistas e exigidas pelos comandos das redações. (Weber, 2007)

Já na avaliação de Ricardo Kotsho<sup>48</sup>, houve uma redução, de forma geral, no espaço dedicado a reportagens em veículos de comunicação. E isso, em sua opinião, estimulou a prática de se buscar investigações feitas por autoridades. Algo mais fácil do que fazer investigações próprias que, para compensar o investimento, costumam ser beneficiadas com grandes espaços. Justamente essa escassez de espaço teria feito com que os responsáveis por empresas jornalísticas se conformassem com a publicação de investigações que não são realizadas por seus próprios profissionais.

O jornal não reclama porque o espaço diminuiu também. Quanto menos o cara escreve é melhor. Antes não, quanto mais você escrevia os caras achavam melhor. (Kotscho, 2006)

Oltramari menciona uma outra causa relacionada a espaço, só que dentro das redações. Para ele, a redução no tamanho das equipes de jornalistas fez com que aumentasse a publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades, que podem ser obtidas mais facilmente que investigações próprias de jornalistas.

A segunda [razão para o aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades] é que, com os cortes ocorridos nas redações, principalmente a partir da segunda metade da década passada, os jornalistas que restaram tiveram de se concentrar na apuração do dia-a-dia, deixando em segundo plano as investigações jornalísticas próprias, que costumam ser longas, caras e, muitas vezes, improdutivas. (Oltramari, 2007)

Nessas cinco causas relacionadas a empresas jornalísticas, citadas nas respostas dos entrevistados, fica clara a influência do fator financeiro no aumento da publicação de reportagens sobre investigações. Na avaliação dos entrevistados que as mencionaram, o aumento do lucro de empresas – caso de busca por um produto diferenciado capaz de atrair leitores e anunciantes – e a redução de gastos – como ocorre com a diminuição das

---

<sup>48</sup> Colaborador de *O Globo* desde 2006.

equipes nas redações e com a proteção contra ações judiciais – estão na base da prática de se publicar reportagens originárias de investigações oficiais.

#### **4.6.2.3 – Causas relacionadas a empresas jornalísticas e a jornalistas**

Há dois motivos citados por jornalistas como causas do aumento na publicação de reportagens sobre investigações nos quais aparece, de forma mais ou menos equilibrada, o ‘peso’ de jornalistas e de empresas jornalísticas. Dos 15 jornalistas, sete – quase metade – fizeram referência a duas razões reunidas nesse terceiro grupo de causas: a cobertura do governo Collor e o apreço por informações oficiais.

##### **4.6.2.3.1 – A cobertura do governo Collor**

Para seis jornalistas, o trabalho da imprensa desempenhado durante o governo de Fernando Collor de Mello, e sobretudo na crise que marcou os últimos meses do político no Palácio do Planalto, funcionaram como uma espécie de aprendizado e, ao mesmo tempo, bom precedente para a publicação de reportagens baseadas em investigações oficiais. Essa questão pode ser incluída como uma causa relacionada tanto a jornalistas quanto a empresas jornalísticas porque ela envolve questões que abrangem experiências de profissionais e também fatores do mercado jornalístico. Apesar de, como se viu na seção 2.1.1, as denúncias contra Collor serem exemplo de jornalismo investigativo, e não de jornalismo sobre investigações, a experiência da imprensa naquele período é referida por entrevistados como fundamental para o aumento também na publicação de reportagens sobre investigações.

Na avaliação de Petry, na cobertura do governo Collor a imprensa passou a fazer coisas que não fizera antes e que, a partir daquela experiência, repetiria:

(...) temos o fenômeno do governo Collor, que desperta a imprensa para o seu papel de investigar e publicar. Isso é tão notório que, na primeira eleição presidencial com voto direto, que elegeria Collor, a imprensa não se preocupou em levantar com profundidade nem mesmo o passado da novidade chamada Fernando Collor - ocasião em que poderia, por exemplo, se despachasse seus repórteres para Alagoas, constatar que o candidato nunca fora um caçador de marajás, mas antes um aliado de usineiros. Mas isso não foi feito, erro que jamais se repetiria nas sucessões posteriores, mesmo porque os candidatos com chances de vitória jamais seriam tão desconhecidos do mundo político. Mas, voltando ao ponto que interessa: a cobertura da corrupção no governo Collor é, a meu ver, o grande momento de inflexão, a hora da virada. Ali, pela primeira vez, estabeleceu-se uma concorrência acirrada entre os veículos pelo furo jornalístico, todos empenhados numa mesma cobertura. Ali, ficou claro para jornalistas e donos de órgãos de comunicação que a informação, a notícia, o furo, a exclusividade, a investigação, a reportagem, a denúncia compunham um hard core do jornalismo e podiam render dividendos - anúncio, publicidade, audiência, prêmios - e chegar até mesmo ao ponto de contribuir para derrubar um presidente da República, trunfo do jornalismo investigativo só obtido pela imprensa americana até então. Ali, se constatou qual poderia ser efetivamente o papel da imprensa num regime sem censura. Ali, surgiu o caldo de cultura necessário para que se formasse uma geração de jornalistas voltados para o que chamamos de "reportagem investigativa". Ali, começou a se popularizar entre os jornalistas a tecnologia de investigar. Desse momento em diante, a meu ver, a imprensa, sobretudo a imprensa escrita, muda seu status diante de si mesma, das fontes, dos que aparecem nas suas páginas e diante de seu público consumidor - uma mudança que, um pouco mais tarde, vai também se refletir no jornalismo de televisão. (Petry, 2007)

A perspectiva de aumentar lucros publicando reportagens com denúncias, vislumbrada por empresários na cobertura da crise do governo Collor, é também mencionada por Meireles.

Investigadores públicos e jornalistas só tomaram consciência plena do que poderiam fazer nessa nova realidade constitucional na apuração dos escândalos no governo Collor. Aí aconteceu outro fato que estimulou autoridades a investigar e jornalistas a publicar: a divulgação de escândalos gerou credibilidade para os veículos de comunicação e aumentou a venda de jornais e revistas. A consequência disso foi uma maior concorrência na mídia e entre os próprios jornalistas na busca de novas investigações feitas por autoridades. (Meireles, 2007)

Para Lago, a questão da credibilidade da imprensa e suas conseqüências esteve em evidência naquele momento.

A primeira é que isso segue uma tendência do jornalismo político que se iniciou, de forma mais marcante, no período que antecedeu ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Foi a partir dali que se estabeleceu de forma mais nítida esse modelo que se convencionou chamar de jornalismo de investigação na cobertura política em Brasília. Eu não sei até que ponto isso se reverteu em resultados mercadológicos, mas é inegável que isso, num primeiro momento, contribuiu para aumentar a sensação de credibilidade da imprensa junto à sociedade (me lembro que houve anos aí em que a imprensa ficava entre as instituições mais confiáveis do país). E gerou um determinado tipo de escola de jornalismo cujos profissionais continuarão produzindo esse tipo de material e pressionarão pela publicação dele com destaque. Enfim, abriu-se um nicho que eu avalio que sempre produzirá reportagens, independentemente de quem esteja no governo. Porque há vários profissionais cuja presença nos veículos em que trabalham - e os seus salários - se justifica pela expectativa de trazer esse tipo de matéria. (Lago, 2007)

Para Campos, o impacto da cobertura de denúncias contra Collor no aumento da publicação de reportagens sobre investigações vai um pouco além da própria imprensa e chega a influenciar setores da sociedade que, vendo o que ocorria, passaram a cobrar mais de jornalistas e empresas jornalísticas.

O governo Collor - uma mina de denúncias que culminaram com o impeachment - também foi uma grande motivação para o trabalho jornalístico. Na minha avaliação, a partir desse período houve uma cobrança maior da sociedade e da imprensa com relação ao Poder Público. Não à toa depois do caso Collor houve um dos maiores escândalos do país, na CPI do Orçamento, que desvendou um esquema de emendas parlamentares. (Campos, 2007)

O jornalista Hugo Marques<sup>49</sup> se refere ao esforço da imprensa na crise do governo Collor como algo 'contagante' no meio jornalístico.

Tivemos um verdadeiro boom do jornalismo investigativo, no qual se sobressaíram os nomes de vários jornalistas. Toda a imprensa nacional foi contagiada pelo jornalismo investigativo. (Marques, 2007)

---

<sup>49</sup> Repórter da sucursal de *IstoÉ* em Brasília desde 2006.

A referência se assemelha ao que é feito por estudiosos, conforme referido na seção 2.2, ao tratarem do 'contágio' registrado entre jornalistas dos Estados Unidos a partir do Watergate.

#### **4.6.2.3.2 – O apreço por informações oficiais**

Para Fernando Rodrigues, a atração da imprensa por informações e fontes oficiais é um dos motivos responsáveis pelo aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações feitas por autoridades.

Nossa tradição cartorial, católica e lusitana parece nos compelir a buscar documentos oficiais, carimbados e cheios de assinaturas. A palavra vale nos países católicos muito menos do que nos protestantes e anglo-saxões. Dessa forma, quando um procurador aparece com um documento ou há algum diálogo captado e gravado, a informação ganha uma aura de maior credibilidade (conforme o costume nacional). (Rodrigues, 2007)

Na seção 2.6.2, foram expostas avaliações de estudiosos a respeito do apreço que a imprensa tem por informações oficiais e os riscos que isso implica.

#### **4.6.2.4 – Causas relacionadas a jornalistas**

Quatro entrevistados fizeram menção a causas relacionadas diretamente aos jornalistas, sendo que um deles apontou dois motivos. Assim, foram cinco os fatores com referência direta ao trabalho dos profissionais citados como razões para o aumento na publicação de reportagens com base em investigações de autoridades.

#### 4.6.2.4.1 – Experiências de jornalistas

Dois entrevistados incluíram entre as razões citadas situações experimentadas por jornalistas que os levaram a, de certa forma, despertar para reportagens relacionadas a autoridades. Para Petry, a cobertura do processo que em 1988 culmina com a promulgação da Constituição foi fundamental para que isso ocorresse.

A Constituinte, em 1988, é outro fator que, a meu ver, contribui para esse aumento do papel fiscalizatório da imprensa. Os veículos de comunicação - e seus trabalhadores, naturalmente - passam a ter contato direto, diário e cotidiano com a elaboração da nova Constituição, o que lhes proporciona uma visão mais adensada sobre direitos e deveres no país. Antes, no regime militar, isso era feito a portas fechadas, com canetadas e atos institucionais, atrás dos quais se discutia os interesses ocultos em cada artigo ou inciso. Com a Constituinte, isso passou a ser feito não exatamente às claras, mas ao alcance dos olhos e ouvidos do reportariado. Ajudou a formar, entre os profissionais de imprensa, uma noção mais nítida sobre os deveres das autoridades, seus possíveis crimes, desvios de conduta, e por aí afora. (Petry, 2007)

Na avaliação de Krieger, houve uma série de experiências entre os anos em que se detêm a pesquisa – de 1989 a 2002 – que funcionaram como uma espécie de aprendizado para os repórteres.

Nesses 14 anos, uma geração de repórteres se estabeleceu. São profissionais que construíram sua carreira com base na investigação do poder. Outros jornalistas mais jovens conviveram com esses profissionais mais experientes no ambiente da redação e passaram a dominar e aperfeiçoar este tipo de reportagem. (Krieger, 2007)

Dentro do período mencionado por Krieger está a experiência da cobertura do governo Collor, já referida anteriormente nas causas ligadas tanto a empresas jornalísticas quanto a jornalistas.

#### 4.6.2.4.2 – Outras causas relacionadas a jornalistas

Na opinião de Krieger, junto a essas experiências adquiridas, os jornalistas também tiveram contato com novas ferramentas que facilitaram a busca de informações sobre autoridades. Ele faz referência ao Siafi, já citado na seção 4.6.2.2.1, na discussão sobre a melhoria do aparato fiscalizatório. Krieger se refere ao Siafi como facilitador do acesso a informações, já que esse sistema está disponível na internet. A rede mundial de computadores é considerada por Krieger fundamental para o entendimento do processo de aumento no número de reportagens baseadas em investigações. De novo se vê uma avaliação que não faz distinção entre jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações.

A tecnologia auxilia o jornalismo investigativo. Nesse caso, falo tanto de ferramentas específicas quanto de outras abertas a qualquer usuário de computador. No primeiro caso, destaco o Siafi, sistema informatizado que registra todos os gastos e contratos do governo federal. Ele só pode ser acessado por funcionários ou parlamentares, mas vários desses políticos atuam como auxiliares dos jornalistas. Quando precisa de uma pesquisa no Siafi, o repórter pede ajuda ao deputado e recebe a resposta. Outras ferramentas de transparência estão na internet. Quem quiser conhecer a lista de financiadores oficiais de campanha de qualquer político pode obter os dados na hora no site do Tribunal Superior Eleitoral. Se quiser investigar se aquelas empresas têm contratos com o governo, a resposta pode estar no próprio site delas ou no do ministério responsável por uma determinada obra. (Krieger, 2007)

O jornalista Lúcio Vaz<sup>50</sup>, em sua resposta, deixa claro considerar distintas as reportagens resultantes de investigação dos próprios repórteres e aquelas fruto da investigação de autoridades. Em sua visão, ao mesmo tempo em que as reportagens sobre investigações aumentaram, as que são fruto de investigações jornalísticas diminuíram.

(...) acho que até diminuiu a produção de reportagens a partir de apuração própria dos jornalistas. Muitos colegas, em vez de investigar, passaram a investir na construção de fontes nessas novas áreas [Ministério Público e Polícia Federal]. Acho que as duas coisas são válidas. (Vaz, 2007)

---

<sup>50</sup> Repórter do *Correio Braziliense* desde 2004.

Ricardo Kotscho é mais enfático ao tratar da responsabilidade de jornalistas no processo que resultou no aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações feitas por autoridades. Para ele, a mudança no comportamento de repórteres e seus superiores imediatos está na raiz desse aumento.

Eu acho que houve uma acomodação, a começar pelos chefes. O que acontecia antes: o chefe atçava o repórter e o repórter brigava pra fazer a matéria, uma briga permanente, o repórter às vezes propunha a matéria ou o chefe ficava em cima pro cara fazer. Hoje nem o chefe manda, incentiva, e nem o repórter briga pra fazer. Então ele pega duas ou três pautas por dia, vai pro telefone, vai pra internet, dá uma zapeada ali, da uma passada nos inquéritos, acabou. (Kotscho, 2006)

Das cinco causas atribuídas a jornalistas para o aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades, só uma de fato tem uma abordagem negativa, que é a acomodação de repórteres e seus chefes citada por Kotscho. Vaz se aproxima dessa avaliação, mas não aponta o fato de jornalistas preferirem trabalhar com reportagens sobre investigação – preterindo reportagens investigativas - como algo negativo. Para ele, são dois tipos distintos de reportagens, e ambos têm validade.

#### **4.6.2.5 – Comentários sobre as causas apontadas pelos entrevistados**

Uma análise das respostas dadas por jornalistas para explicar as razões do aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações de autoridades deve levar em conta, antes de tudo, que parte dos entrevistados deixou claro não fazer distinção entre essas reportagens e aquelas que são fruto da investigação própria de jornalistas. Assim, de certa forma, em parte das respostas parece haver uma referência ao aumento na publicação de denúncias, independentemente de elas serem resultado de

investigação oficial e não da imprensa. Isso não invalida, de forma alguma, a importância das respostas dos jornalistas. Pelo contrário, a constatação de que entre profissionais não está clara a diferença entre jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações é um resultado muito importante do questionamento aos jornalistas - ainda que não tenha sido um objetivo inicial – e reforça ainda mais a relevância deste estudo. Essa ‘confusão’ não é unanimidade entre os entrevistados, já que parte das respostas dadas levou em conta a distinção entre reportagens investigativas e reportagens sobre investigações, como ficou claro na opinião de alguns dos jornalistas.

#### **4.6.2.5.1 – Comentários sobre as causas extra-redações**

O fato de o principal fator apontado por jornalistas ser a melhoria no aparato fiscalizatório corrobora o que foi demonstrado na seção 2.6.1, que tratou exclusivamente das mudanças ocorridas no Ministério Público entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990. Os jornalistas apontaram melhoria também em outras instituições e mecanismos de fiscalização, como a criação do Siafi e do Coaf, além da mudança clara na linha de atuação da Polícia Federal, que durante os 21 anos do regime militar esteve a serviço do autoritarismo. Como foi tratado na seção 4.6.2.1, no início deste capítulo, há uma relação muito grande entre a melhoria neste aparato e a redemocratização, o outro fator extra-redações apontado pelos jornalistas.

A melhoria do aparato fiscalizatório, quando avaliada apenas em relação ao aumento na publicação de reportagens sobre investigações, pode ser interpretada como aumento na oferta. Ou seja, a publicação de informações relacionadas a investigações oficiais teve um acréscimo porque houve um aumento no volume dessas informações. Assim, é possível

pressupor que antes da melhoria do aparato fiscalizatório e antes de as instituições brasileiras se readaptarem ao novo cenário democrático, havia menos investigações oficiais e por isso a publicação de reportagens com base nelas era menor. Por isso é possível imaginar que na hipótese, felizmente improvável, de ocorrer um novo golpe de Estado nos próximos anos no Brasil e órgãos oficiais de fiscalização serem impedidos de atuar, a imprensa passará a publicar menos reportagens sobre investigações. Ou seja, trata-se realmente de um fator sobre o qual jornalistas e empresas jornalísticas não detêm o controle.

#### **4.6.2.5.2 – Comentários sobre as causas relacionadas a empresas jornalísticas**

Há base numérica em duas questões apontadas pelos entrevistados que mostram a relação entre o aumento na publicação de reportagens sobre investigações e o comportamento de empresas jornalísticas. A diminuição nas equipes de repórteres – que reduziria a estrutura para a realização de grandes empreitadas investigativas dos próprios jornalistas e, com isso, estimularia a divulgação de investigação de terceiros – pode ser vista com facilidade pela comparação entre o número de profissionais que trabalhavam nas sucursais das revistas *IstoÉ* e *Veja* no começo de 1989 e no final do primeiro semestre de 2002<sup>51</sup>, o período abrangido por este estudo. Dados oficiais mostram ainda que o número de ações contra empresas jornalísticas e jornalistas é muito grande<sup>52</sup>, e em alguns casos os valores de indenização

---

<sup>51</sup> Os expedientes da revista *Veja* mostram que a sucursal da revista em Brasília tinha, no começo de 1989, um chefe e oito repórteres. No final de junho de 2002, havia na sucursal um chefe e quatro repórteres.

<sup>52</sup> Levantamento feito pela revista *Consultor Jurídico* mostra em abril de 2007 tramitavam 3.133 ações indenizatórias contra os cinco mais conhecidos grupos de comunicação do país: Globo, Abril, Estado, Folha e Editora Três (Site CONJUR, 2007).

exigidos por pessoas citadas em reportagens são muito elevados, superando R\$ 500 mil<sup>53</sup>.

#### **4.6.2.5.3 – Comentários sobre as causas relacionadas a empresas jornalísticas e jornalistas**

A cobertura do governo Collor, a principal causa citada pelos entrevistados quando referiram fatores relacionados a empresas e a profissionais, funcionou como uma espécie de batismo da imprensa brasileira – como visto na seção 2.3 - na publicação de séries de reportagens com denúncias. No entanto, é preciso recordar que as reportagens mais importantes publicadas naquela cobertura, como foi tratado com detalhes na seção 2.1.1, foram reportagens investigativas, e não sobre investigações. Exemplo são as duas principais entrevistas do processo, a de Pedro Collor, para *Veja*, e a do motorista Eriberto França, para *IstoÉ*.

Mesmo assim, é possível encontrar também na cobertura algo como as sementes do jornalismo sobre investigações, e por isso parece haver grande acerto nas repostas dos jornalistas. Após a publicação da entrevista com o irmão do presidente Fernando Collor de Mello, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os negócios de Paulo César Farias, ex-tesoureiro do presidente. Essa CPI se tornou celeiro de informações para jornalistas, ainda que, ao contrário do que ocorreu em episódios posteriores, a investigação do Congresso tenha sido feita em parte a reboque da investigação da imprensa. Houve no episódio da cobertura da crise do governo Collor um pouco destas duas coisas: o jornalismo investigativo alimentou a CPI, que por sua vez alimentou o jornalismo sobre investigações.

---

<sup>53</sup> A mesma fonte mostra que o valor médio das ações que tramitam em 2007 contra os cinco grupos é de R\$ 80 mil. Há casos de valores bem mais altos. Por causa de uma reportagem ligando a família Passos à grilagem de terras, o jornal *Correio Braziliense* é réu em uma ação que exige uma indenização de R\$ 1 milhão.

#### **4.6.2.5.4 – Comentários sobre as causas relacionadas a jornalistas**

É no momento da auto-crítica, quando devem apontar fatores relacionados ao seu próprio trabalho, que os jornalistas parecem deixar algumas lacunas nas respostas. Como se viu na seção 4.6.2.4.2, apenas um dos entrevistados faz crítica enfática à atuação dos jornalistas, apontando uma certa “acomodação” que estaria na origem do aumento na publicação de reportagens sobre investigações. Assim, pelo conjunto de respostas, os profissionais são os menos ‘culpados’ pelo avanço do jornalismo sobre investigações, havendo maior responsabilidade por parte das empresas e das instituições do país. É claro que a palavra ‘culpados’ não combina com todo o conjunto de respostas de jornalistas, pois como se viu grande parte deles não parece ver problemas no jornalismo sobre investigações nem o diferencia do jornalismo investigativo.

É justamente nesse ponto que parece ainda haver espaço para explicações que não foram abordadas pelos jornalistas. São muito relevantes as ponderações feitas por Valente, Rodrigues e Petry, que aparecem na seção 5.1, em relação ao fato de eles estarem fazendo comentários - sobre o aumento na publicação de reportagens baseadas em investigações oficiais - sem dispor de dados quantitativos. À luz dos dados levantados neste estudo, a avaliação das causas do avanço do jornalismo sobre investigações ganha outras nuances.

Os dados do quadro 14, que está na seção 4.5.1, mostram que, em números absolutos, o total de reportagens investigativas publicadas por *IstoÉ* e *Veja* foi de seis em 1989, nove em 1994 e quatro em 1998. Em 2002, já com a participação de *Época*, as três revistas publicaram, ao todo, 13 reportagens. Já que em três anos eleitorais o *corpus* da pesquisa abrangeu

duas revistas, e em um ano tratou de três publicações, é mais fácil fazer a comparação entre os quatro anos se levando em conta números médios. Assim, em média, cada revista publicou três reportagens investigativas em 1989; 4,5 em 1994; 1,3 em 1998 e 4,3 em 2002. Ou seja, apesar de algumas respostas dos jornalistas considerarem jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações em um mesmo conjunto, é possível com base na classificação deste estudo mostrar que não houve aumento na publicação de reportagens investigativas entre o começo e o fim do período analisado. A média encontrada em 2002 é, inclusive, um pouco inferior à média encontrada em 1994. É importante ressaltar que algumas das ferramentas citadas nas entrevistas como facilitadoras do jornalismo investigativo – como acesso ao Siafi e a dados do TSE sobre doadores de campanhas eleitorais - ainda não existiam em 1994.

O que houve, de forma clara, entre o começo e o final do período analisado neste estudo, foi o aumento no volume de reportagens sobre investigações. Esse acréscimo foi o que provocou o aumento no volume de reportagens com denúncias. Nos três primeiros anos analisados, 1989, 1994 e 1998, *IstoÉ* e *Veja* publicaram, ao todo, duas, três e cinco reportagens sobre investigações, respectivamente. Em 2002, com o ingresso das matérias de *Época*, as três revistas publicaram, ao todo, 25 reportagens sobre investigações. Isso mostra que a média de publicação de reportagens sobre investigações em cada revista foi de uma, em 1989; 1,5, em 1994; 2,5 em 1998 e 8,3 em 2002. Assim, o jornalismo sobre investigações, ao contrário do jornalismo investigativo, teve um crescimento constante no período analisado e um boom em 2002.

Se tanto o jornalismo investigativo quanto jornalismo sobre investigações tivessem crescimento constante a partir de 1989, algumas das respostas dos jornalistas seriam válidas para os dois casos. No entanto, o que se viu foi que, apesar de todos os avanços citados nas respostas – como

uso da internet, melhoria da cultura investigativa, percepção de lucros com a publicação de denúncias contra autoridades, resgate da liberdade de imprensa –, o que efetivamente teve impulso entre o final da década de 1980 e o começo do século XXI foi a divulgação de investigações oficiais. Não a investigação jornalística.

## CAPÍTULO 5

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No capítulo 1, quando foram listados os objetivos deste estudo, o primeiro deles esclarecia a intenção de indicar uma tipologia que contemplasse as diferenças entre uma reportagem gerada a partir de investigação de um repórter e a produzida a partir de investigações de autoridades. Essa foi a tarefa principal perseguida no capítulo 2. Ali foram criadas, com base na bibliografia, duas categorias de reportagens que apresentem denúncias. A primeira tem como característica básica e essencial o trabalho de investigação ser feito pelo próprio jornalista. É a categoria das reportagens investigativas, que resultam no **jornalismo investigativo**. A segunda categoria é a das reportagens cuja base são informações de investigações oficiais, feitas por autoridades. Nessa categoria estão as reportagens sobre investigações, aquelas que mostram o resultado final ou parcial do trabalho de policiais, procuradores, promotores, auditores, fiscais e outros profissionais que trabalham em investigações oficiais. É a categoria que neste estudo recebeu a denominação de

**jornalismo sobre investigações.** No decorrer do capítulo 2, se demonstrou que as duas categorias são importantes, mas não devem ser confundidas. As revelações de uma reportagem sobre investigações, por mais relevantes que sejam, não podem ser enquadradas em jornalismo investigativo, já que este pressupõe a investigação de jornalistas. Para reforçar essa classificação e distinção, o capítulo 2 também resgatou episódios da história do jornalismo investigativo no mundo e no Brasil, mostrando seus ápices, características, problemas e contribuições.

O segundo objetivo proposto no estudo foi demonstrar o avanço das funções e da atuação do Ministério Público no Brasil. Isso era fundamental, já que procuradores e promotores aparecem de forma relevante no fenômeno do jornalismo sobre investigações, ao qual se dedica a pesquisa. Assim, ainda no segundo capítulo, foi demonstrado como o Ministério Público brasileiro foi criado com inspiração na instituição equivalente na França – que, por sua vez, tem origens que remontam à Antigüidade. De forma especial o estudo se deteve em apresentar as alterações que ocorreram no Ministério Público a partir da promulgação da Constituição de 1988, a atual, que deu a promotores e procuradores autonomia, independência e poderes de fiscalização sem precedentes. Por causa da regulamentação do texto constitucional e da necessária ampliação da estrutura do Ministério Público, essas mudanças só puderam ser colocadas em prática de forma ampla em meados da década de 1990. Fazendo uma ponte direta com o jornalismo, o capítulo 2 mostrou ainda como, a partir das mudanças, procuradores e promotores se tornaram uma espécie de super-fonte para repórteres. Isso ocorre porque as informações que saem do Ministério Público têm pré-requisitos considerados essenciais para boas fontes – como credibilidade e produtividade – e porque promotores e procuradores, de certa forma, agem dentro de um campo de ação amplo, tal qual jornalistas, e ao mesmo tempo têm instrumentos poderosos de investigação, tal qual policiais.

O terceiro objetivo apresentado para o estudo foi quantificar dentro do *corpus* da pesquisa o total de reportagens investigativas e de reportagens sobre investigações. Assim, levando em conta a categorização feita no capítulo 2 e com a metodologia detalhada no capítulo 3, o quarto capítulo da tese se dedicou a apresentar a análise dos dados de reportagens das revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* publicadas nos anos de 1989, 1994, 1998 e 2002. Na análise foi possível concluir que – como mostram os gráficos da seção 4.5.1 - em 1989 e 1994 as reportagens investigativas representaram uma parcela de 75% de todas as matérias jornalísticas com denúncias que integraram o *corpus* estudado. A fatia de 25% restante era de reportagens sobre investigações. Em 1998, as reportagens investigativas passaram a representar 45% das reportagens com denúncias, ficando as reportagens sobre investigações com a parcela de 55%. Em 2002, a inversão aumentou ainda mais. De todas as reportagens com denúncias analisadas, 34% eram investigativas e 66% eram sobre investigações.

Essa avaliação proporcional, em percentuais, é reforçada com a análise dos números absolutos. Em 1989, em média, cada revista publicou três reportagens investigativas no período analisado. A média subiu para 4,5 reportagens investigativas, por revista, em 1994. Em 1998, cada revista publicou 1,3 reportagem investigativa, e, em 2002, a média foi de 4,3 reportagens investigativas em cada uma das três publicações. Isso mostra uma estabilidade, entre 1989 e 2002, no número médio de reportagens investigativas nas maiores revistas semanais de informação do país. Não existe também nenhuma tendência constante de aumento ou diminuição. O número sobe de 1989 para 1994, depois cai em 1998, e volta a subir em 2002.

Não é o que ocorreu com as reportagens sobre investigações. Nessa categoria, houve um crescimento constante. Cada revista publicou, em média, uma reportagem sobre investigações em 1989. Depois a média subiu

para 1,5 reportagem em 1994; 2,5 reportagens em 1998 e, finalmente, 8,3 reportagens por revista em 2002. Como o número de reportagens com denúncias nas revistas estudadas – levadas em conta tanto as investigativas quanto as sobre investigações - cresceu muito entre os dois extremos do período analisado – foram 8 em 1989 e 38 em 2002 -, fica claro que o acréscimo se deu no jornalismo sobre investigações, e não no jornalismo investigativo.

Também se levando em conta o conjunto de reportagens com denúncias, os dados demonstram que no último ano analisado, 2002, apenas um terço de todas essas matérias jornalísticas foram fruto da investigação de repórteres. Dois terços delas se limitaram a relatar investigações de autoridades. Nesse segundo grupo, fica claro pelos textos das reportagens analisadas que de forma geral não há sequer um trabalho de apuração complementar do jornalista, que possa agregar elementos importantes à investigação oficial. As reportagens basicamente se limitam a retratar declarações de autoridades e provas colhidas na investigação oficial, com o trabalho do jornalista se restringindo à elaboração do texto e entrevistas com acusados.

Não há nenhum problema em se noticiar investigações oficiais. Em alguns casos, isso é fundamental até para que a autoridade responsável pela investigação receba o apoio necessário para seguir seu trabalho. No entanto, a predominância excessiva do jornalismo sobre investigações no conjunto de matérias com denúncias é preocupante. Como referem Kovach e Rosenstiel (2003) em análise citada na seção 2.1, reportagens com base em investigações que não são feitas pelos próprios jornalistas implicam um risco grave. Como o repórter tem acesso só à parcela da investigação que lhe é liberada, ele se expõe ao perigo de ser usado pela fonte que está passando as informações da investigação oficial. É diferente da situação em que é o próprio jornalista quem investiga. Nesse caso, o repórter tem maior

capacidade de analisar contradições, incongruências e equívocos que aparecem na investigação. Os números levantados neste estudo mostram então que, em 2002, os jornalistas das três grandes revistas analisadas não tiveram controle sobre as investigações que embasaram dois terços de todas as reportagens com denúncias que publicaram.

O capítulo 4 também apresentou algumas causas, apontadas por jornalistas entrevistados, para o avanço no volume de reportagens que têm como base investigações de autoridades. Eles apontaram fatores como a melhoria do aparato de fiscalização no país, a redemocratização, o medo de empresas jornalísticas de serem réis em processos indenizatórios – caso façam suas próprias investigações –, a redução das equipes nas redações e a acomodação de jornalistas.

Os dois objetivos seguintes do estudo eram verificar qual a origem das reportagens sobre investigações e saber se, nessa origem, havia predominância do Ministério Público. Isso foi feito também no capítulo 4. A pesquisa revelou que dentro do grupo das reportagens sobre investigações não há sequer uma pluralidade de fontes, com investigadores do Ministério Público e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário tendo uma participação relativamente equilibrada. Quase metade de todas as reportagens sobre investigações publicadas nos quatro anos de eleições presidenciais saíram do Ministério Público, apesar de o trabalho da instituição só ter aparecido efetivamente nos dois últimos anos analisados, 1998 e 2002.

Os dados demonstraram, de forma clara, que o aumento no número de reportagens sobre investigações se deve ao grande volume de matérias jornalísticas feitas com base em informações do Ministério Público. Em 1998, primeiro ano em que o trabalho de procuradores e promotores aparece na origem de reportagens com denúncias nas revistas analisadas, saíram de

investigações do Ministério Público as informações de 40% dessas matérias jornalísticas. Em 2002, quando há o *boom* no jornalismo sobre investigações, procuradores e promotores foram as fontes principais de 56% das matérias que apresentaram resultados de investigações oficiais. Se for levada em conta também a fonte secundária de cada reportagem, não só a principal, o Ministério Público aparece na origem de praticamente dois terços de todas as reportagens sobre investigações publicadas pelas três revistas no primeiro semestre de 2002. No conjunto de reportagens com denúncias – tanto sobre investigações quanto investigativas -, procuradores e promotores foram fontes em 2002 de 37% de todas as matérias jornalísticas. Isso sendo considerada apenas a fonte principal. Quando a fonte secundária entra na análise, a parcela de reportagens com informações de procuradores ou promotores sobe para 42%. Ou seja, saiu do Ministério Público quase metade de todas as denúncias publicadas pelas três maiores revistas informativas do país.

Com isso, é possível responder de forma afirmativa a pergunta que norteou este estudo: sim, a agenda da imprensa brasileira se tornou dependente da agenda do Ministério Público.

O Ministério Público é uma instituição cuja independência e autonomia são fruto do avanço da democracia. Ainda assim, a agenda da imprensa não pode ser dependente da agenda de procuradores e promotores. Ocorrendo isso, grande parte dos temas de reportagens deixam de ser fruto da iniciativa de jornalistas e do poder de pressão e influência de uma pluralidade de fontes para serem definidos de forma prioritária por uma única instituição. Pelo que mostram os dados coletados e analisados neste estudo, a imprensa transferiu para integrantes do Ministério Público seu poder de agendamento da opinião de leitores e também as chances de influenciar, de forma positiva, em decisões políticas de autoridades. Não se trata de achar que jornalistas podem investigar de forma melhor ou pior que

procuradores e promotores, mas sim de deixar claro que Ministério Público e a imprensa devem ter atuações distintas. Complementares ou não, paralelas ou não, mas claramente distintas. Quando realizadas com rigor e baseadas em princípios éticos, tanto as investigações jornalísticas quanto as do Ministério Público são fundamentais para a transparência de instituições dentro do sistema democrático.

Ao propor, com embasamento teórico, uma tipologia que permite distinguir o jornalismo investigativo do jornalismo sobre investigações e demonstrar a estagnação do primeiro e o avanço do segundo, este estudo abre uma série de portas. A mais urgente delas é a atualização dos dados. A pesquisa se debruçou sobre informações dos quatro primeiros anos de eleição presidencial pós-redemocratização. Quando o estudo já estava em fase de conclusão, houve a quinta eleição, em 2006. Assim, uma das primeiras continuações desta tese deve ser a análise das reportagens com denúncias publicadas pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* no primeiro semestre do ano passado, para compará-la com o que foi constatado em 1989, 1994, 1998 e 2002. Há alguns fatores que podem ou não ter interferido no volume de reportagens sobre investigações e, principalmente, no fato de o Ministério Público aparecer como principal fornecedor de informações para essas matérias jornalísticas. Ainda que isto não tenha sido objeto da tese, procuradores da República que atuam em Brasília foram com frequência acusados durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1995 e 2002, de serem simpatizantes do PT e, por isso, investigarem com mais afinco autoridades do governo. Em 2003 tomou posse Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente do PT. É preciso ver se a mudança de mandatário influenciou de alguma forma a atuação do Ministério Público e, por conseguinte, o fornecimento de informações para a imprensa. Também relacionado à mudança na Presidência da República houve a troca do procurador-geral da República, que na hierarquia administrativa é o chefe do Ministério Público. É preciso ver se os escolhidos por Lula da Silva – primeiro

Cláudio Fonteles e, depois, Antonio Fernando de Souza, o atual procurador-geral -, pelas características que possuem, chegaram a influenciar na produção de informações do Ministério Público que abastecem a imprensa. Houve ainda um fato em dezembro de 2002 que pode ter influenciado nessa oferta de informações por parte do Ministério Público. Foi sancionada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a lei 10.628, que estendeu a ex-presidentes, ex-ministros, ex-governadores e a antigos ocupantes de outros cargos o direito ao foro privilegiado. A lei - que desde a promulgação vem tendo sua constitucionalidade questionada -, na prática, faz com que essas antigas autoridades só possam ser processadas no Supremo Tribunal Federal (STF), o que equivale a dizer que apenas o procurador-geral da República pode denunciá-las. Como se viu pelo teor de algumas reportagens tratadas neste estudo, era prática comum procuradores da República denunciarem antigos ocupantes desses cargos.

Caso uma pesquisa sobre o ano de 2006 aponte um destaque para outro tipo de fonte no jornalismo sobre investigações – a Polícia Federal ou CPIs, por exemplo -, seria também necessária a realização de um estudo que pudesse fazer, como esta pesquisa fez com o Ministério Público, um aprofundamento na análise histórica da nova super-fonte.

Além da atualização, este estudo poderia provocar uma avaliação multidisciplinar do fenômeno do jornalismo sobre investigações. Quais são, afinal, as motivações que levam procuradores, promotores, policiais e outros investigadores a passar informações para jornalistas? Até que ponto pode efetivamente auxiliar uma investigação oficial a divulgação de seu resultado parcial ou final pela imprensa? Essa é uma frente de pesquisa que não deve ser tocada somente por acadêmicos da comunicação. Profissionais de direito, história e de outras áreas do conhecimento também poderiam participar.

Como esta tese se ateve às grandes revistas semanais, uma segunda porta que a pesquisa abre é a realização de estudos que busquem a repetição ou não do fenômeno em jornais, televisões e rádios. A comparação entre os resultados permitiria verificar se a divulgação de investigações oficiais aparece de forma igualitária em toda a imprensa ou se há nuances.

Por último, cabe sugerir a criação de um mecanismo que possa contribuir de forma permanente para o jornalismo investigativo no Brasil, tal qual um observatório do jornalismo investigativo, que a partir de uma amostra específica pudesse monitorar a publicação de reportagens investigativas e reportagens sobre investigações. Por meio desse mecanismo, estudantes, profissionais, empresas e estudiosos da imprensa seriam alertados a respeito do aumento no grau de dependência a determinado tipo de fonte, sempre que houvesse picos de jornalismo sobre investigações. Ou, no extremo oposto, o monitoramento poderia apontar o avanço no jornalismo investigativo, e assim dar à imprensa e a pesquisadores um motivo para comemoração.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ADGHIRNI, Zélia Leal. *Routines produtivas do jornalismo em Brasília*. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 449-468.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBERT, Hans. *Tratado da razão crítica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

ARRUDA, Roldão. *Dias de ira*. São Paulo, Editora Globo, 2001.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BALZAC, Honoré de . *Ilusões perdidas*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

BAGDIKIAN, Ben. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo: Scritta, 1993.

BARCELOS, Caco. *Rota 66*. São Paulo, Globo, 1992.

\_\_\_\_\_. *Abusado*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1977.
- BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina. *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. São Paulo: Riddel, 2001.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A atividade estruturalista*. (pp. 19 a 27) In Coelho, Eduardo P. (org). *Estruturalismo – Antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugália, 1980.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BELOCH, Israel; FAGUNDES, Laura R. (Org.). *Uma história escrita por vencedores – 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006.
- BERGER, Pete; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. *Todos os homens do presidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOORSTIN, Daniel. *The Image*. New York: Vintage Books, 1987.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRICKMANN, Carlos. *Corrupção velha de guerra*. São Paulo: Revista Imprensa, número 59, julho de 1992.

BRITTO, Antônio; CUNHA, Luiz Cláudio. *Assim morreu Tancredo*. Porto Alegre: LPM, 1985.

BRUM, Eliane. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago, 2006.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BUNYAN, John. *O peregrino*. São José dos Campos: Editoria Fiel, 2005.

BURITY, Antônio Carlos. *Portal Rede Governo – um ensaio sobre interatividade*. Brasília: UnB/FAC, 2002.

CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1994.

CAMPANHOLE, A; CAMPANHOLE, H. L. *Todas as constituições do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

CAPOTE, Truman. *A Sangue Frio*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

CAREY, James. *Communication as culture: essays on media and society*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CARONE, Iracy. *Adorno em Nova York*. Folha de S.Paulo, Caderno Mais, 21/04/2002, p.15.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica – antropologia e literatura do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

COMBA, Júlio. *Programa de Latim*. 3 ed.. São Paulo: Editorial Dom Bosco, 1977.

CONTI, Mario S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COOK, Timothy. *Governing with the news*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

CORNER, John. *Studying Culture: Reflexions d Assessment*. An interview with Richard Hoggart. Em *Media, culture and society*. V.13. Londres: Sage, 1991.

CORRÊA, Laura Isabel Campos. *O programa Fome Zero nas páginas de Veja*. Brasília: UniCEUB, 2003.

COUCHOT, Edmond. *Da representação à simulação*. In PARENTE, André (Org). *Imagem máquina – a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p.37-48.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et al. *Migração e identidade – Olhares sobre o tema*. São Paulo: Centauro, 2007.
- CURRAN, James et al. *Estudios culturales y comunicación*. Barcelona: Paidós, 1998.
- D'ÁVILA, Sérgio; VARELLA, Juca. *Diário de Bagdá*. São Paulo, DBA, 2003.
- DEWS, Peter. *Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade*. (pp. 51 a 70). In Zizek, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- DIJK, Teun van. *News as discourse*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1988.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 6. ed. São Paulo: Summus, 1996. 159 p.
- DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armando. *Para ler Pato Donald – Comunicação de Massa e colonialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DORNELES, CARLOS. *Deus é inocente: a imprensa, não*. São Paulo: Globo, 2003.
- EICHENWALD, Kurt. *O informante*. São Paulo, Landscape, 2003.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa*. São Paulo: Ática, 1998.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. New York: Columbia University Press, 1998.

ESCOSTEGHY, Ana C. *Os estudos culturais*. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera V. *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001. pp. 151-170

FIGUEIREDO, Lucas. *Morcegos negros*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FISKE, John. *Moments of television: neither the text nor the audience*. In SEITER, Ellen et al. *Remote control: television, audiences, and cultural power*. London: Routledge, 1991. pp.56-78.

FLEESON, Lucinda. *Dig deep & Aim High*. Washington: Internacional Center for Journalists, 2000.

FORGANES, Rosely. *Queimado, queimado, mas agora nosso*. São Paulo, Labortexto, 2002.

FORTES, Leandro. *Cayman: o dossiê do medo*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As ciências humanas*. (pp. 45 a 100) In Coelho, Eduardo P. (org). *Estruturalismo – Antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugalíia, 1980.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAG, Bárbara. *A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas*. *Tempo Social*, Vol. 1, n. 2, 1989. pp. 7-44.

\_\_\_\_\_. *Teoria crítica e pesquisa social – As pesquisas empíricas da Escola de Frankfurt*. Londrina: UEL, 1998.

GADANER, Hans-Gerog. *Verdade e método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARCIA, Luiz (Org.) *Manual de redação e estilo*. São Paulo: Globo, 1999.

GAMSON, William. *Media discourse as a framing resource*. In CRIGLER, Ann (Ed.). *The psychology of political communication*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999. pp. 111-132

GEIGER, Seth.; NEWHAGEN, John. *Revealing the black box: information processing and media effects*. In Levy e Gurevitch (Eds.), *Defining Media Studies*. New York: Oxford University Press, 1994, p. 284-292.

GERBNER, George et al. *Growing up with television: the cultivation perspective*. In BRYANT, Jennings; ZILLMANN, Dolf. (Eds.) *Media effects: advances in theory and research*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1994. pp. 17-41.

GIDDENS, Anthony. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOLDING, Peter; GRAHAM, Murdock. *Theories of communication and theories of society*. Communication Research, Vol. 5, n. 3, 1978, pp. 339-356.

GRABER, Doris. *Processing the news*. New York: University Press of America, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALINI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALL, Stuart. *Culture, media, language*. London: Routledge, 1996.

\_\_\_\_\_. *O problema da ideologia: marxismo sem garantias*. In SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. pp. 265-293.

HALLIN, Daniel. *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*. New York: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. *Comercialidad y profesionalismo en los medios periodísticos estadounidenses*. Cuadernos de Información y Comunicación, n.3, Universidad Complutense de Madrid (<http://www.ucm.es/info/per3/cic/index.htm>).

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. *A manipulação do público*. Política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo: Futura, 2003.

HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Editora Nova Fronteira. 1988.

HONNETH, Axel. *Teoria crítica*. In GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.) *Teorical social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 503-524.

HORKHEIMER, Max. *Teoria tradicional e teoria crítica*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

INGLIS, Fred. *Cultural studies*. Estados Unidos/Reino Unido: Blackwell, 1993.

INNIS, Harold. *The bias of communication*. Toronto: The University of Toronto Press, 1971.

KATZ, Elihu; BLUMLER, Jay; GUREVITCH, Michael. *Usos y gratificaciones de la comunicación masas*. In M. de Moragas (Ed.), Vol. II, pp. 127-171.

KATZ, Elihu. *La investigación en la comunicación desde Lazarsfeld*. In FERRY, J. et al. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998. pp. 85-103.

KERNELL, Samuel. *Going Public*. Washington DC: Congressional Quarterly, 1997.

KLAPPER, Joseph. *Os efeitos da comunicação de massa*. In Gabriel Cohn (Org.), *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, pp. 162-173.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRAKAUER, Jon *No ar rarefeito*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Na natureza selvagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pela bandeira do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAZARFELD, Paul. *La Campaña electoral ha terminado*. In M. De Moragas (Org.), *Sociología de la Comunicación de Masas*, Vol. III, Barcelona: Editorial Guystavo Gili, 1985, pp. 20-39.

\_\_\_\_\_. *Remarks on administrative and critical communication research*. Studies in Philosophy and Social Science. Vol. 9, n.1, 1994, pp. 2-16.

LEFF, Donna et al. *Jornalismo de Cruzada: mudar atitudes públicas e agendas políticas*. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 77-95.

LIMA, Venício. *Mídia – Teoria e Política*. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo. 2001.

LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. New York: Free Press, 1922

\_\_\_\_\_. *Estereótipos (p. 149-159) e A natureza da notícia (p. 186-198)*. In Steinberg (Org.), *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1970.

- LOPES, Denilson. *O homem que amava os rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L (Org.) *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- LUZ, Rogério. *Novas imagens: efeitos e modelos*. In PARENTE, André (Org). *Imagem máquina – a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p.37-48.
- MACEDO, Francisco. *Jornalismo investigativo e grandes reportagens durante os 20 anos do regime militar*. Trabalho elaborado para o IV PIC (Programa de Iniciação Científica) do UniCEUB, 2006.
- MACHADO, Bruno Amaral. *Ministério Público e o controle da Administração Pública Federal: do modelo formal ao construído. Trajetórias e representações*. 2004. Artigo (Pesquisa do curso de doutorado em Sociologia Jurídico-Penal da Universidade de Barcelona, Espanha)
- MAGNO, Ana B. *A agonia da reportagem – das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo*. 2007. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social – Universidade de Brasília).
- MALCOLM, Janet. *O jornalista e o assassino*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.29, 1995, pp. 5-34.

- MARIANO, Nilson Cezar. *As garras do condor*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARCUSE, Herbert. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARTINO, Luiz. *De qual comunicação estamos falando?* In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera V. *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001, pp.151-170.
- MARTINS, Eduardo (Org.). *O Estado de S. Paulo – manual de redação e estilo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.
- MARTINS, Lídia Porto. *O jornalismo literário e a crise do jornalismo impresso*. Brasília: UniCEUB, 2006.
- MARTINS, Luiz. *Imprensa e Cidadania: Possibilidades e contradições*. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 47 a 74.
- \_\_\_\_\_. *Jornalismo e interesse público*. In SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (Orgs.) *Jornalismo político – Teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro, Record: 2006.
- MARQUES, Natália Carvalho. *O Correio Braziliense e o Caso Pedrinho: Uma análise da cobertura jornalística*. Brasília: UniCEUB, 2005.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Notícia de um seqüestro*. Rio de Janeiro, Record, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Relato de um naufrago*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Viver para contar*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. V.1. Portugal: Presença/ São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *O Ministério Público na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1989, 192 p.

McCHESNEY, Robert. "Mídia Global, neoliberalismo e imperialismo", In Denis de Moraes (Org.), *Por Uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1971.

McCOMBS, M.; e SHAW, D. *A função do agendamento dos media (pp.47-61) e A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado das idéias..* In Traquina(Org.), *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 125-135.

MEDEIROS, Bianca. *You don't have to know the language*. Hollywood inventa o Rio de Janeiro. Cadernos de antropologia e imagem. Vol. 5, n. 2, 1997. pp. 107-121.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *Entrevista – O diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MERTON, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

MEYER, Philip. *A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores*. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. New York: Oxford University Press, 1985.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MIRANDA, Guilherme. (Org.) *Prêmio Esso: 40 anos do melhor em jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória: Relume Dumará, 1995.

MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo: Summus, 1976.

MITCHELL, Joseph. *O segredo de Joe Gould*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MOLICA, Fernando (Org.) *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MOREIRA, Roberto S.C. *A revista Realidade e o processo cultural brasileiro nos anos 60*. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 411-430.

MOSCO, Vicent. *Repensando e renovando a economia política da informação. Perspectivas em Ciência da Informação*, Vol. 3, n.2, 1998.

\_\_\_\_\_. *The political economy of communication*. London: Sage, 1998.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico*. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 305-319.

MOURA, Dione Oliveira. *Todo jornalismo é político*. In: MONTORO, Tânia Siqueira (Org.). *Comunicação, Cultura, Cidadania e Mobilização Social – Série Mobilização Social*, vol.2. Brasília/Salvador: Editora da UnB, 1997, p. 101-103.

MOUILLAUD, Maurice. *A informação ou a parte da sombra*. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal – Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 37-47.

NASCIMENTO, Solano. *O jornal mudou o tempero: como a mídia contagia a agenda governamental*. :*universitas//comunicação* – Revista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília. Estudos em Jornalismo. v.2. Brasília: UniCEUB, agosto 2004. p. 23-37.

\_\_\_\_\_. *Conseqüências da autonomia do Ministério Público na imprensa: o “jornalismo divulgativo”*. :universitas//comunicação – Revista da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília. Estudos em Jornalismo. v.1. Brasília: UniCEUB, novembro 2003, p.141-153.

NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.

NETTO. Accioly. *O império de papel – os bastidores de O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NIMMO, Dan; SWANSON, David. *New directions in political communication*. Newbury Park: Sage, 1990.

NOBLAT, Ricardo. *Sem investigação não há jornalismo (pp.80-82)*. In Fortes, *Jornalismo Investigativo*. São Paulo, 2005.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. *The effects of media on media effects research*. Journal of Communication, Vol. 33, n. 3, 1983. pp. 157-165.

\_\_\_\_\_. *La Espiral del Silencio*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.

OLIVEIRA, Flávia Corrêa. *Como uma matéria jornalística pode influenciar a agenda política: estudo de caso*. Brasília: UniCEUB, 2003.

OLIVEIRA, Renata Silva. *A influência da verba de propaganda de governo no editorial dos jornais*. Brasília: UniCEUB, 2005.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

PALMA, Gabriel Alvaro. *Análise da abordagem jornalística do Correio Braziliense na cobertura de mortes de internos do Caje*. Brasília: UniCEUB, 2005.

PALMER, Richard. E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1996.

PINTO, Milton J. *Comunicação & discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PORTO, Mauro P. *A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia*. In Baquero, M. (Org.), *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1996. p. 41-64.

\_\_\_\_\_. *As imagens e a expressão de valores políticos: sugestões para a pesquisa sobre televisão*, *Textos*, n.37/38, dezembro de 1997.

\_\_\_\_\_. *Enquadramentos da mídia e política*. Mimeo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante*. *Política & Sociedade*, n.2, abril de 2003, pp. 67-108.

\_\_\_\_\_. *O modelo das controvérsias interpretativas: um referencial teórico para a pesquisa sobre televisão e política*. Mimeo, 2003.

POUILLON, Jean. *Uma tentativa de definição*. In Coelho, Eduardo P. (org). *Estruturalismo – Antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugália, 1980. pp 3-18.

PROTESS, David L. et al. *The journalism of outrage – Investigative Reporting and Agenda Building in America..* The Guilford Press. New York, 1991.

QUEIROZ, Ana Gleice. *Correio Braziliense e o Ministério Público: a influência da imprensa e a resposta da Justiça no caso Manuel Durso.* Brasília: UniCEUB, 2000.

RIBEIRO, Alex. *O caso Escola Base – os abusos da imprensa.* São Paulo: Editora Ática, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *El Espacio-Público-Virgual.* Brasília: UnB/ Departamento de Antropologia, 2002.

RIBEIRO, José Hamilton. *Os tropeiros: diários da marcha.* São Paulo: Editora Globo, 2006.

RIBEIRO, Lavina M. *Contribuições ao estudo institucional da comunicação.* Teresina: Edufpi, 1996.

ROMANELLI, R.C. *Do morfema indo-europeu n em Latim.* Belo Horizonte: Editora da Universidade de Minas Gerais, 1963.

SÁ, Celso P. de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.* Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SANTORO, Daniel. *Técnicas de investigación. Métodos desarrollados em diários y revistas de América Latina.* México: FCE, 2004.

SAUWEN FILHO, João Francisco. *Ministério Público Brasileiro – e o Estado Democrático de Direito.* Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

- SCHUDSON, Michael. *The Sociology of News*. New York: W. W. Norton & Company, 2003.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCOTT, Joan. *Experiência*. In SILVA, Alcione L. et al. *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- SECANELLA, Petra M. *Periodismo de investigación*. Madri: Editorial Tecnos, 1986.
- SILVA, Karina Lima da. *A construção da imagem pública de Lula pela revista Veja nas eleições de 1998 e 2002*. Brasília: UniCEUB, 2005.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria H. *Técnica de redação: o texto nos meios de informação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1982.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro de. *As notícias e os seus efeito*. Coimbra: Minerva, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de teoria e pesquisa – da comunicação e da mídia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- SOUZA, Maria do C. C. *A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles (pp. 563 a 627)*. In Stepan, A. (Org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Percival de. *Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e jornalismo investigativo no Brasil*. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

SQUARISI, Dad. *Manual de redação e estilo*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2005.

STRATHERN, Marilyn. *The relation*. Cambridge (Reino Unido): Prickly Pear Press, 1996.

SWANSON, David; MANCINI, Paolo. *Politics, media, and Modern democracy*. Westport: Praeger, 1996.

TALESE, Gay. *Fama e anonimato*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Estados Unidos: University of Chicago Presss, 2000.

THOMPSON, John. *O Escândalo Político*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOURAINÉ, Alan. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson (Org.). Introdução. In:\_\_\_\_. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 19-26.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000.

\_\_\_\_\_. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. *Teorias do jornalismo – volume 1 – Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.

VAZ, Lúcio. *A ética da malandragem – No submundo do Congresso Nacional*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

VENTURA, Zuenir. *Chico Mendes – Crime e castigo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

WAGNER, Carlos. *A saga do João sem terra*. Petrópolis, Vozes, 1989.

WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America*. New York: Columbia University Press, 2000.

WEAVER, David H. et al. *Watergate e os media*. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p 63-76.

WHITE, David Manning. *O Gatekeeper: Uma Análise de Caso na Seleção de Notícias*. In: TRAQUINA, Nelson (Org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2 ed. Lisboa, 1999. p 142-151.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 1980.

\_\_\_\_\_. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 1995.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WOLTON, Dominique. *La comunicación política: construcción de un modelo*. In FERRY, J. et al. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998, p. 28-46.

WOODWARD, Bob. *O homem secreto*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

WRIGHT, Charles. *Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1968.

## **OUTRAS PUBLICAÇÕES**

ANDI – *Série Mídia e Mobilização Social – Vol.1 – Saúde em Pauta*.  
Realização Andi, Unicef e Cortez Editora.

ANDI – *Série Mídia e Mobilização Social – Vol.3 – O grito dos Inocente*.  
Realização Andi, Unicef e Cortez Editora.

Constituição Federal Brasileira 1891 – Edição do Senado Federal, 1992.

Constituição 1988 – Edição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

## SITES

Consultor Jurídico – Disponível em:  
<http://www.conjur.estadao.com.br/estatic/text/56141,1>. Acesso em  
22 jun. 2007

Procuradoria Geral da República – [www2.pgr.mpf.gov.br](http://www2.pgr.mpf.gov.br)

# ANEXOS